

LEIS E DECRETOS



DECRETO Nº 15.617, DE 15 DE Abril DE 2014

Enquadra, **sub judge**, a servidora **LUIZA OLINDA TEIXEIRA DE MIRANDA**, no cargo de Médico Plantonista 24 horas semanais, Classe III, Padrão E, do quadro de pessoal da Secretaria Estadual da Saúde - SESAPI, na forma da Lei Complementar Nº 90/2007, de 26 de outubro de 2007 e Lei Complementar nº 153/2010, de 26 de março de 2010.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, V e XIII, do art. 102, da Constituição Estadual, considerando o disposto na Lei Complementar Nº 90/2007, de 26 de outubro de 2007, na Lei Complementar nº 153/2010, de 26 de março de 2010, no Memorando nº 11/2014PJ/TRP, de 24 de fevereiro de 2014, que recomenda o cumprimento da decisão judicial nos autos do Proc. Nº 0013511-41.2012.8.18.0140 e Ofício nº 36.101-226/2014, do Procurador Geral Adjunto do Estado para Assuntos Administrativos, parte integrante do PROCESSO Nº AA.002.1.002682/14-42 e considerando os termos do Ofício nº 21.000-674-GAB-SEAD, de 13 de março de 2014, da Secretaria da Administração, referente ao Processo AP.010.1.001569/14-93,

DECRETA:

Art. 1º Enquadra, **sub judge**, por força de decisão judicial e condicionada a permanência da aludida decisão, proferida nos autos da Ação de Obrigação de Fazer nº 0013511.41.2012.8.18.0140, da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de Teresina - Piauí, de conformidade com o disposto na Lei Complementar Nº 90/2007, de 26 de outubro de 2007 e Lei Complementar nº 153/2010, de 26 de março de 2010, no cargo de Médico Plantonista 24 horas semanais, Classe III, Padrão E, a servidora **LUIZA OLINDA TEIXEIRA DE MIRANDA**, médica, Matrícula nº 021453-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria Estadual da Saúde - SESAPI.

Art. 2º Os acréscimos financeiros decorrentes deste enquadramento serão implantados considerando a disponibilidade de recursos financeiros do Estado e o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 15 de abril de 2014.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Of. 447



DECRETO Nº 15.618 DE 15 DE Abril DE 2014.

Abre crédito suplementar, no valor global de R\$ 5.436.992,00, em favor dos órgãos que especifica

O Governador do Estado do Piauí, no uso das atribuições que lhe confere o art.102, inciso XIII da Constituição Estadual, e diante do disposto do art.7º, parágrafo único da Lei nº. 6.477, de 16 de janeiro de 2014.

DECRETA

Art.1º Fica aberto, no Orçamento Geral do Estado, crédito adicional suplementar em favor da Secretaria de Governo, Secretaria da Segurança Pública, Secretaria do Desenvolvimento Rural/Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí - ADAPI, Secretaria da Saúde/IX - Coordenação Regional de Saúde - Picos, Secretaria do Planejamento, Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico/Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Piauí - FAPEPI, Secretaria da Assistência Social e Cidadania, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria dos Transportes/Departamento de Estradas de Rodagens do Piauí - DER/PI, Secretaria do Turismo e Secretaria de Defesa Civil, no valor de R\$ 5.436.992,00 (cinco milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, novecentos e noventa e dois reais), destinado a atender a programação contida no anexo I deste Decreto.

Art.2º Os recursos necessários para a execução do disposto no art.1º decorrerão das anulações parciais de dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste Decreto.

Art.3º As alterações promovidas no Orçamento Geral do Estado ficam incorporadas no Plano Plurianual 2012 - 2015, Lei nº. 6.154, de 05/01/2012.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina-PI, 15 de abril de 2014

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO

Diário Oficial

4



Teresina(PI) - Quarta-feira, 16 de abril de 2014 • Nº 72

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

DECRETO Nº 15.618 de 15/04/2014, publicado no D.O.E. nº , de / /2014.

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	VALOR
11110.04122011.106	ACOMPANHAMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS	FO	3.3.90.14	00	70.000,00
11110.04122011.106	ACOMPANHAMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS	FO	3.3.90.14	20	7.000,00
11110.04122011.106	ACOMPANHAMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS	FO	3.3.90.30	00	110.317,00
11110.04122011.106	ACOMPANHAMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS	FO	3.3.90.30	20	12.000,00
11110.04122011.106	ACOMPANHAMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS	FO	3.3.90.33	00	40.000,00
11110.04122011.106	ACOMPANHAMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS	FO	3.3.90.33	20	6.000,00
11110.04122011.106	ACOMPANHAMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS	FO	3.3.90.36	00	35.000,00
11110.04122011.106	ACOMPANHAMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS	FO	3.3.90.36	20	7.000,00
11110.04122011.106	ACOMPANHAMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS	FO	3.3.90.39	00	175.000,00
11110.04122011.106	ACOMPANHAMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS	FO	3.3.90.39	20	20.000,00
11110.04122011.106	ACOMPANHAMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS	FO	4.4.90.52	00	5.000,00
11110.04122011.106	ACOMPANHAMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS	FO	4.4.90.52	20	1.000,00
11110.04122902.082	COORDENAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE GOVERNO	FO	3.1.90.11	00	527.770,00
11110.04122902.082	COORDENAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE GOVERNO	FO	3.1.90.13	00	90.000,00
11110.04122902.082	COORDENAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE GOVERNO	FO	3.1.91.13	00	95.000,00
11110.04122902.082	COORDENAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE GOVERNO	FO	3.3.90.49	00	4.435,00
12101.06181011.396	CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO, VALORIZAÇÃO E ATENÇÃO BIOPSICOSOCIAL PARA OS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	FO	3.3.20.93	00	3.500,00
12101.06181011.396	CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO, VALORIZAÇÃO E ATENÇÃO BIOPSICOSOCIAL PARA OS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	FO	3.3.20.93	10	380.000,00
12101.06181011.396	CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO, VALORIZAÇÃO E ATENÇÃO BIOPSICOSOCIAL PARA OS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	FO	4.4.20.93	00	3.000,00
12101.06181011.396	CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO, VALORIZAÇÃO E ATENÇÃO BIOPSICOSOCIAL PARA OS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	FO	4.4.20.93	10	300.000,00
15204.04122902.002	COORDENAÇÃO GERAL DA ADAP1	FO	3.1.91.13	00	450.000,00
17133.10122032.324	IX - COORDENAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE - PICOS	SO	3.3.90.14	13	30.000,00
17133.10122032.324	IX - COORDENAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE - PICOS	SO	3.3.90.39	13	30.000,00
19101.04122011.383	COORDENAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GOVERNO	FO	3.3.90.39	17	664.970,00
20203.10571151.116	PESQUISA PARA O SUS: GESTÃO COMPARTILHADA EM SAÚDE	SO	3.3.90.20	00	25.000,00
20203.10571151.116	PESQUISA PARA O SUS: GESTÃO COMPARTILHADA EM SAÚDE	SO	3.3.90.20	10	300.000,00
20203.10571151.116	PESQUISA PARA O SUS: GESTÃO COMPARTILHADA EM SAÚDE	SO	4.4.90.20	00	15.000,00
20203.10571151.116	PESQUISA PARA O SUS: GESTÃO COMPARTILHADA EM SAÚDE	SO	4.4.90.20	10	135.000,00
30102.08244071.471	ATENDIMENTO INTEGRAL A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA	SO	3.3.90.14	10	35.000,00
30102.08244071.471	ATENDIMENTO INTEGRAL A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA	SO	3.3.90.30	10	50.000,00
30102.08244071.471	ATENDIMENTO INTEGRAL A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA	SO	3.3.90.33	10	15.000,00
30102.08244071.471	ATENDIMENTO INTEGRAL A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA	SO	3.3.90.36	10	45.000,00
30102.08244071.471	ATENDIMENTO INTEGRAL A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA	SO	3.3.90.39	10	110.000,00
30102.08244071.471	ATENDIMENTO INTEGRAL A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA	SO	4.4.90.51	00	5.000,00
30102.08244071.471	ATENDIMENTO INTEGRAL A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA	SO	4.4.90.52	10	5.000,00
38101.04122011.303	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA PGE	FO	3.1.90.16	12	60.000,00
46101.26122202.092	FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS NAS RODOVIAS ESTADUAIS E FEDERAIS DELEGADAS	FO	4.4.90.39	00	580.000,00
46201.04122902.048	COORDENAÇÃO GERAL DO DER-PI	FO	3.3.90.14	00	200.000,00
47101.04122902.160	COORDENAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE TURISMO	FO	3.3.90.47	00	48.000,00
47101.23695161.236	PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE IMAGENS DOS DESTINOS TURÍSTICOS PIAUIENSES	FO	4.4.90.92	00	51.000,00
47101.23695161.236	PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE IMAGENS DOS DESTINOS TURÍSTICOS PIAUIENSES	FO	4.4.90.92	10	271.000,00
47101.23695162.161	PROMOÇÃO DO TURISMO	FO	3.3.40.39	00	70.000,00
49101.04122902.075	COORDENAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE DEFESA CIVIL	FO	3.3.90.92	00	350.000,00
TOTAL					5.436.992,00

ANULAÇÃO

A N E X O II

DECRETO Nº 5.618 de 15/04/2014, publicado no D.O.E. nº _____, de ____ / ____ /2014.

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTES	VALOR
12101.06181011.398	REAPARELHAMENTO DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR	FO	4.4.90.52	10	380.000,00
12101.06183011.399	REAPARELHAMENTO DO SUBSISTEMA DE INTELIGÊNCIA	FO	4.4.90.52	00	6.500,00
12101.06183011.399	REAPARELHAMENTO DO SUBSISTEMA DE INTELIGÊNCIA	FO	4.4.90.52	10	300.000,00
14201.12364012.204	REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS	FO	3.3.90.47	12	60.000,00
15204.04122902.002	COORDENAÇÃO GERAL DA ADAPI	FO	4.4.90.51	00	50.000,00
15204.04122902.002	COORDENAÇÃO GERAL DA ADAPI	FO	4.4.90.52	00	50.000,00
15204.20604242.061	ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA NO PIAUÍ	FO	3.3.90.30	00	100.000,00
15204.20604242.061	ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA NO PIAUÍ	FO	3.3.90.39	00	150.000,00
15204.20604242.061	ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA NO PIAUÍ	FO	4.4.90.52	00	100.000,00
17101.10301032.358	IMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA NO SUS - PARTICIPASUS	SO	3.3.90.30	13	80.000,00
19101.04122011.293	ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS	FO	4.4.90.52	17	664.970,00
20203.19571151.117	INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA JOVENS PESQUISADORES NO ESTADO DO PIAUÍ	FO	3.3.90.20	00	20.000,00
20203.19571151.117	INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA JOVENS PESQUISADORES NO ESTADO DO PIAUÍ	FO	3.3.90.20	10	200.000,00
20203.19571151.117	INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA JOVENS PESQUISADORES NO ESTADO DO PIAUÍ	FO	4.4.90.20	00	20.000,00
20203.19571151.120	PROGRAMA DE APOIO A NÚCLEOS EMERGENTES PRONEM	FO	3.3.90.20	10	200.000,00
20203.19571151.120	PROGRAMA DE APOIO A NÚCLEOS EMERGENTES PRONEM	FO	4.4.90.20	10	35.000,00
30101.04122902.074	COORDENAÇÃO GERAL DA SASC	FO	3.1.90.11	00	527.770,00
30101.04122902.074	COORDENAÇÃO GERAL DA SASC	FO	3.1.90.13	00	90.000,00
30101.04122902.074	COORDENAÇÃO GERAL DA SASC	FO	3.1.91.13	00	95.000,00
30101.04122902.074	COORDENAÇÃO GERAL DA SASC	FO	3.3.90.49	00	4.435,00
30102.08244071.467	FORTELECIMENTO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	SO	3.3.90.14	00	10.000,00
30102.08244071.467	FORTELECIMENTO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	SO	3.3.90.14	10	5.000,00
30102.08244071.467	FORTELECIMENTO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	SO	3.3.90.14	20	5.000,00
30102.08244071.467	FORTELECIMENTO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	SO	3.3.90.30	00	15.000,00
30102.08244071.467	FORTELECIMENTO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	SO	3.3.90.30	10	10.000,00
30102.08244071.467	FORTELECIMENTO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	SO	3.3.90.30	20	10.000,00
30102.08244071.467	FORTELECIMENTO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	SO	3.3.90.33	00	9.000,00
30102.08244071.467	FORTELECIMENTO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	SO	3.3.90.33	10	5.000,00
30102.08244071.467	FORTELECIMENTO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	SO	3.3.90.33	20	5.000,00
30102.08244071.467	FORTELECIMENTO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	SO	3.3.90.36	00	5.000,00
30102.08244071.467	FORTELECIMENTO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	SO	3.3.90.36	10	5.000,00
30102.08244071.467	FORTELECIMENTO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	SO	3.3.90.36	20	5.000,00
30102.08244071.467	FORTELECIMENTO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	SO	3.3.90.39	00	35.000,00
30102.08244071.467	FORTELECIMENTO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	SO	3.3.90.39	10	15.000,00
30102.08244071.467	FORTELECIMENTO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	SO	3.3.90.39	20	15.000,00
30102.08244072.200	CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS GESTORES E CONSELHEIROS INTEGRANTES DA REDE DE ATENDIMENTO A MULHER	SO	3.3.90.14	00	18.000,00
30102.08244072.200	CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS GESTORES E CONSELHEIROS INTEGRANTES DA REDE DE ATENDIMENTO A MULHER	SO	3.3.90.14	10	10.000,00
30102.08244072.200	CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS GESTORES E CONSELHEIROS INTEGRANTES DA REDE DE ATENDIMENTO A MULHER	SO	3.3.90.14	20	1.000,00
30102.08244072.200	CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS GESTORES E CONSELHEIROS INTEGRANTES DA REDE DE ATENDIMENTO A MULHER	SO	3.3.90.30	00	30.317,00
30102.08244072.200	CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS GESTORES E CONSELHEIROS INTEGRANTES DA REDE DE ATENDIMENTO A MULHER	SO	3.3.90.30	10	20.000,00
30102.08244072.200	CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS GESTORES E CONSELHEIROS INTEGRANTES DA REDE DE ATENDIMENTO A MULHER	SO	3.3.90.30	20	1.000,00

Diário Oficial

6



Teresina(PI) - Quarta-feira, 16 de abril de 2014 • Nº 72

30102.08244072.200	CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS GESTORES E CONSELHEIROS INTEGRANTES DA REDE DE ATENDIMENTO A MULHER	SO	3.3.90.33	00	10.000,00
30102.08244072.200	CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS GESTORES E CONSELHEIROS INTEGRANTES DA REDE DE ATENDIMENTO A MULHER	SO	3.3.90.33	10	10.000,00
30102.08244072.200	CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS GESTORES E CONSELHEIROS INTEGRANTES DA REDE DE ATENDIMENTO A MULHER	SO	3.3.90.33	20	1.000,00
30102.08244072.200	CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS GESTORES E CONSELHEIROS INTEGRANTES DA REDE DE ATENDIMENTO A MULHER	SO	3.3.90.36	10	30.000,00
30102.08244072.200	CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS GESTORES E CONSELHEIROS INTEGRANTES DA REDE DE ATENDIMENTO A MULHER	SO	3.3.90.36	20	1.000,00
30102.08244072.200	CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS GESTORES E CONSELHEIROS INTEGRANTES DA REDE DE ATENDIMENTO A MULHER	SO	3.3.90.39	00	38.000,00

ANULAÇÃO

ANEXO II

DECRETO Nº 15.618 de 15/04/2014, publicado no D.O.E. nº , de / /2014.

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	VALOR
30102.08244072.200	CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS GESTORES E CONSELHEIROS INTEGRANTES DA REDE DE ATENDIMENTO A MULHER	SO	3.3.90.39	10	50.000,00
30102.08244072.203	ATENDIMENTO JURÍDICO E PSICOSSOCIAL À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (CENTRO DE REFERÊNCIA)	SO	3.3.90.14	00	20.000,00
30102.08244072.203	ATENDIMENTO JURÍDICO E PSICOSSOCIAL À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (CENTRO DE REFERÊNCIA)	SO	3.3.90.14	10	20.000,00
30102.08244072.203	ATENDIMENTO JURÍDICO E PSICOSSOCIAL À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (CENTRO DE REFERÊNCIA)	SO	3.3.90.14	20	1.000,00
30102.08244072.203	ATENDIMENTO JURÍDICO E PSICOSSOCIAL À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (CENTRO DE REFERÊNCIA)	SO	3.3.90.30	00	40.000,00
30102.08244072.203	ATENDIMENTO JURÍDICO E PSICOSSOCIAL À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (CENTRO DE REFERÊNCIA)	SO	3.3.90.30	10	20.000,00
30102.08244072.203	ATENDIMENTO JURÍDICO E PSICOSSOCIAL À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (CENTRO DE REFERÊNCIA)	SO	3.3.90.30	20	1.000,00
30102.08244072.203	ATENDIMENTO JURÍDICO E PSICOSSOCIAL À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (CENTRO DE REFERÊNCIA)	SO	3.3.90.36	00	30.000,00
30102.08244072.203	ATENDIMENTO JURÍDICO E PSICOSSOCIAL À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (CENTRO DE REFERÊNCIA)	SO	3.3.90.36	10	10.000,00
30102.08244072.203	ATENDIMENTO JURÍDICO E PSICOSSOCIAL À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (CENTRO DE REFERÊNCIA)	SO	3.3.90.36	20	1.000,00
30102.08244072.203	ATENDIMENTO JURÍDICO E PSICOSSOCIAL À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (CENTRO DE REFERÊNCIA)	SO	3.3.90.39	00	80.000,00
30102.08244072.203	ATENDIMENTO JURÍDICO E PSICOSSOCIAL À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (CENTRO DE REFERÊNCIA)	SO	3.3.90.39	10	45.000,00
30102.08244072.203	ATENDIMENTO JURÍDICO E PSICOSSOCIAL À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (CENTRO DE REFERÊNCIA)	SO	3.3.90.39	20	5.000,00
30102.08244072.203	ATENDIMENTO JURÍDICO E PSICOSSOCIAL À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (CENTRO DE REFERÊNCIA)	SO	4.4.90.51	00	5.000,00
30102.08244072.203	ATENDIMENTO JURÍDICO E PSICOSSOCIAL À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (CENTRO DE REFERÊNCIA)	SO	4.4.90.52	00	5.000,00
30102.08244072.203	ATENDIMENTO JURÍDICO E PSICOSSOCIAL À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (CENTRO DE REFERÊNCIA)	SO	4.4.90.52	10	5.000,00
30102.08244072.203	ATENDIMENTO JURÍDICO E PSICOSSOCIAL À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (CENTRO DE REFERÊNCIA)	SO	4.4.90.52	20	1.000,00
30102.08271071.466	REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA DA MULHER	SO	3.3.90.14	00	22.000,00
30102.08271071.466	REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA DA MULHER	SO	3.3.90.30	00	25.000,00
30102.08271071.466	REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA DA MULHER	SO	3.3.90.33	00	21.000,00
30102.08271071.466	REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA DA MULHER	SO	3.3.90.39	00	22.000,00
46101.26782201.092	OBRAS DE ARTES, IMPLANTAÇÃO/PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS NO ESTADO DO PIAUÍ	FO	4.4.90.92	00	580.000,00
46201.26782201.057	RESTAURAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS E MOBILIDADE URBANA	FO	4.4.90.92	00	200.000,00
47101.04122902.160	COORDENAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE TURISMO	FO	3.3.90.33	00	48.000,00
47101.23695161.190	FORTALECIMENTO DO APL DO TURISMO	FO	3.3.90.39	00	30.000,00
47101.23695161.200	DUPLICAÇÃO DA RODOVIA PI 116 - TRECHO LUÍS CORREIA / BARRAMARES - PRODETUR NACIONAL	FO	4.4.90.51	00	40.000,00
47101.23695161.223	MELHORIA DA INFRAESTRUTURA TURÍSTICA NOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES AOS POLOS DAS ORIGENS, DELTA, TERESINA E DAS ÁGUAS/ PRODETUR NACIONAL	FO	4.4.90.51	00	51.000,00
47101.23695161.223	MELHORIA DA INFRAESTRUTURA TURÍSTICA NOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES AOS POLOS DAS ORIGENS, DELTA, TERESINA E DAS ÁGUAS/ PRODETUR NACIONAL	FO	4.4.90.51	10	271.000,00
49101.06182211.079	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES	FO	4.4.90.51	00	350.000,00
TOTAL					5.436.992,00



O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, art. 102, da Constituição Estadual,

RESOLVE cessar os efeitos da disposição dos servidores dos órgãos constantes do Anexo Único deste decreto para o Gabinete do Vice-Governador e, de conformidade com o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, e alterações posteriores, colocar os referidos servidores à disposição da Secretaria de Governo – SEGOV, a partir de 04 de abril de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 16 de abril de 2014.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

ANEXO ÚNICO

SERVIDORES COM ÔNUS PARA O ÓRGÃO REQUISITANTE

Nº	MATRICULA	NOMES	CARGO	ÓRGÃO DE ORIGEM
01	088855-9	LILIAN MENDES DE ARAÚJO UCHOA	ENFERMEIRA	SESAPI
02	001373-X	ELISMARIA MENESES MENDES	AUX. TECNICO	SEAD
03	074198-1	CLAUDIA VALERIA RAMALHO BARROS	AUX. DE SECRETARIA	SEDUC
04	179364-X	ALDENORA REGO PERLIGEIRO	TECNICO EXECUTIVO	IAEP
05	006999-0	ANA PAULA DE SOUSA MELO	ASS. TECNICO "C"	FUNDAC
06	230499-6	CARLA MARIA SOUSA DE ARAÚJO	PROFESSOR SL-I	SEDUC
07	110650-3	TERESA CRISTINA EVANGELISTA DE ALMEIDA	PROFESSOR SE III - ATUAL SE II	SEDUC
08	008946-0	JOÃO DOS SANTOS BRAGA	AGENTE DE POLICIA CLASSE ESPECIAL	SECRETARIA SEGURANCA
09	009395-5	RAUL PEREIRA BARBOSA	AGENTE DE POLICIA CIVIL	SECRETARIA SEGURANCA
10	027305-8	JOÃO BOSCO BARBALHO COSTA JUNIOR	ASS. TECNICO	UESPI
11	007443-8	ELIZABETH MAGALHAES ZANOVELLO	TECNICO JUNIOR - C	SEMAR
12	000393-0	FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES VIANA	ASS. DE ADMINISTRAÇÃO	SETUR

SERVIDORES COM ÔNUS PARA O ÓRGÃO DE ORIGEM

Nº	MATRICULA	NOMES	CARGO	ÓRGÃO DE ORIGEM
01	130989-7	JOSÉ FRANCISCO DA SILVA FILHO	AUX. TECNICO	EMGERPI
02	008771-8	LUCIA MARANHÃO WAQUIM	ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS	EMGERPI
03	146214-8	PALMIRA DE CARVALHO NOGUEIRA	ASS. ADMINISTRATIVO	EMGERPI
04	079791-0	MAURICIO JOSÉ RIBEIRO NETO	AUX. TECNICO A	EMGERPI
05	124176-1	FERNANDO LIMA LEAL	AGENTE PENITENCIARIO	SECRETARIA SEGURANCA
06	002328-8	VALDINAR DE FREITAS FORTES	ENGENHEIRO CIVIL	AGESPISA
07	001970-1	ROBERTO FERNADES FORTES FILHO	AGENTE ADMINISTRATIVO OPERACIONAL II	AGESPISA

Of. 449

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ DECRETOS DE 15 DE ABRIL DE 2014

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

EXONERAR, DE OFÍCIO, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

JOSE AYRES FILHO, do Cargo em Comissão, de Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo DAS-4, do Instituto de Desenvolvimento do Piauí, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

NOMEAR, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

ANTONIO DE PADUA VERAS E SILVA, para exercer o Cargo em Comissão, de Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo DAS-4, do Instituto de Desenvolvimento do Piauí, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

FUNDAÇÃO DE ESPORTES DO PIAUÍ DECRETOS DE 14 DE ABRIL DE 2014

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

EXONERAR, DE OFÍCIO, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

THAISE LIMA RESENDE, do Cargo em Comissão, de Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo DAS-4, da Fundação de Esportes do Piauí, com efeitos a partir de 14 de Abril de 2014.

MANOEL DO REGO LAGES NETO, do Cargo em Comissão, de Coordenador da Comissão Permanente de Licitação, símbolo DAS-2, da Fundação de Esportes do Piauí, com efeitos a partir de 14 de Abril de 2014.

KARLENE COSTA PEREIRA, do Cargo em Comissão, de Coordenador de Esportes de Competição, símbolo DAS-2, da Fundação de Esportes do Piauí, com efeitos a partir de 14 de Abril de 2014.

REGINALDO MENDES DA SILVA, do Cargo em Comissão, de Coordenador de Estruturas do Interior, símbolo DAS-2, da Fundação de Esportes do Piauí, com efeitos a partir de 14 de Abril de 2014.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

NOMEAR, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

MARCO ANTONIO DE VASCONCELOS MENDES, para exercer o Cargo em Comissão, de Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo DAS-4, da Fundação de Esportes do Piauí, com efeitos a partir de 14 de Abril de 2014.

JOLDENE RODRIGUES GONÇALVES, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador da Comissão Permanente de Licitação, símbolo DAS-2, da Fundação de Esportes do Piauí, com efeitos a partir de 14 de Abril de 2014.

ROSIMAR MENDES RIBEIRO COELHO, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Esportes de Competição, símbolo DAS-2, da Fundação de Esportes do Piauí, com efeitos a partir de 14 de Abril de 2014.



LYA RACHEL DE CARVALHO BATISTA, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Estruturas do Interior, símbolo DAS-2, da Fundação de Esportes do Piauí, com efeitos a partir de 14 de Abril de 2014.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DECRETOS DE 15 DE ABRIL DE 2014

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

EXONERAR, DE OFÍCIO, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

IOLANDA DOS SANTOS VIEIRA RÊGO, do Cargo em Comissão, de Superintendente de Gestão, da Secretaria de Educação e Cultura, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

LEONARDO ALVES CORDEIRO, do Cargo em Comissão, de Diretor de Unidade Administrativa, símbolo DAS-4, da Secretaria de Educação e Cultura, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

NOMEAR, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

FRANCISCO CARLOS SOUSA, para exercer o Cargo em Comissão, de Superintendente de Gestão, da Secretaria de Educação e Cultura, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

ZILMAR DUARTE VIEIRA, para exercer o Cargo em Comissão, de Diretor de Unidade Administrativa, símbolo DAS-4, da Secretaria de Educação e Cultura, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, e tendo em vista o que consta no Processo nº 00012533/2014, de 13 de março de 2014, da Secretaria de Educação e Cultura, AP.010.1.001845/14-20,

RESOLVE exonerar, a pedido, de conformidade com o disposto no art. 55, da Lei Complementar nº 71, de 26 de julho de 2006, combinado com o disposto no *caput* do art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, **JUSSARA MONIQUE MOURA DOS SANTOS**, Matrícula nº 156834-5, do cargo efetivo de Professor, classe SE, nível I, 20 horas semanais, do quadro de pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, com efeitos a partir de 13 de março de 2014.

SECRETARIA DE GOVERNO DECRETOS DE 11 DE ABRIL DE 2014

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

NOMEAR, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

DIEGO FERNANDES DE ARAÚJO MARTINS, para exercer o Cargo em Comissão, de Gerente de Finanças, símbolo DAS-3, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

MARIA TERESA MENDES FORTES, para exercer o Cargo em Comissão, de Gerente de Assuntos Municipais, símbolo DAS-3, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

PALLOMA BARROS LOIOLA, para exercer o Cargo em Comissão, de Gerente de Articulação de Organizações não Governamentais, símbolo DAS-3, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

UDO BOAVISTA RAMALHO GONDIM, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Abastecimento e Serviços, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

GLÍCIA CARVALHO LINHARES DIAS, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Administração de Recursos de Informática, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

LUDMILA MENELAU LINS E SILVA, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador Área Federal, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

FRANCISCO WILSON AMARAL AGUIAR JUNIOR, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador Área Municipal, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

MARCOS FREDERICO BEZERRA, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Registros, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

RAFAEL DOS SANTOS PEDROSA, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Avaliação, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

ALLYNNE SOUSA DE MELO, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Controle Interno, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

MARIA HELENA DE CARVALHO GOMES, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Intercâmbio, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

YULA INGRID CARVALHO GOMES, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Projetos, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

GISELE ESTRELA DE CARVALHO, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Movimentos Comunitários, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

RAÍSSA MENEZES DE FREITAS FORTES, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Articulação Empresarial, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

EDMILSON DOS SANTOS BRAGA, para exercer o Cargo em Comissão, de Assessor Técnico III, símbolo DAS-4, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

FRANCISCO ALBERTO PORTELA DUARTE, para exercer o Cargo em Comissão, de Assessor Técnico III, símbolo DAS-4, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

LARISSA EMANUELLY PAZ DIAS, para exercer o Cargo em Comissão, de Assessor Técnico III, símbolo DAS-4, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

FRANCISCO DAS CHAGAS DE AZEVEDO, para exercer o Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços I, símbolo DAS-1, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

JOSÉ FERREIRA DA SILVA NETO, para exercer o Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços I, símbolo DAS-1, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

HENDERSSON DE SOUSA MELO OLIVEIRA, para exercer o Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços I, símbolo DAS-1, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

WELLINGTON COSTA DE SOUSA, para exercer o Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços I, símbolo DAS-1, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

SUZANA SILVA CARVALHO, para exercer o Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços I, símbolo DAS-1, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

JOYCE BRAGA FONTINELE, para exercer o Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços II, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

THALANE OLIVEIRA CASTELLO BRANCO, para exercer o Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços II, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

EDILSON GALENO BRITO, para exercer o Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços II, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

LORNA DE SOUSA FEITOSA BARROS, para exercer o Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços II, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

NIVIA HELYNE ARAUJO DOS SANTOS, para exercer o Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços II, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

RAIMUNDA FLAVILAM PAZ, para exercer o Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços II, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

ANTONIO DE PADUA SILVA SOUSA, para exercer o Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços II, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

GÉSSICA LIANARA AMORIM MOURA, para exercer o Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços II, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

RAQUEL SANTOS MUNIZ, para exercer o Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços II, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

IVONEIDE RIBEIRO DIAS, para exercer o Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços II, símbolo DAS-2, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

KAMILA OLIVEIRA DE SOUSA, para exercer o Cargo em Comissão, de Assessor Técnico III, símbolo DAS-4, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 11 de Abril de 2014.

DECRETOS DE 15 DE ABRIL DE 2014

CARLOS ALBERTO DE PAIVA DIAS, para exercer o Cargo em Comissão, de Gerente de Assuntos Parlamentares, símbolo DAS-3, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

MARIA VALDENIA PAZ DIAS, para exercer o Cargo em Comissão, de Gerente de Gestão de Pessoas, símbolo DAS-3, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

SECRETARIA DE SAÚDE

DECRETOS DE 15 DE ABRIL DE 2014

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

EXONERAR, DE OFÍCIO, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

MARTHA MARIA DE ALMEIDA LIRA, do Cargo em Comissão, de Superintendente de Gestão da Administração, da Secretaria de Saúde, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

LUIZ ROSA VELOSO NETO, do Cargo em Comissão, de Coordenador de Empenho, símbolo DAS-2, da Secretaria de Saúde, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

TATIANA VIEIRA SOUZA CHAVES, do Cargo em Comissão, de Diretor de Unidade de Vigilância Sanitária, símbolo DAS-4, da Secretaria de Saúde, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

SEBASTIAO NUNES MARTINS, do Cargo em Comissão, de Diretor de Unidade Hospitalar III, símbolo DAS-3, do Hospital Getúlio Vargas de Teresina, da Secretaria de Saúde, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

NOEJANE CANEJO SAMPAIO, do Cargo em Comissão, de Diretor de Unidade Executiva do Fundo Estadual de Saúde, símbolo DAS-4, da Secretaria de Saúde, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

MARCOSAURÉLIO OLIVEIRA TOURINHO, do Cargo em Comissão, de Assessor Técnico II, símbolo DAS-3, da Secretaria de Saúde, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

CARLOS IGLESIAS BRANDAO DE OLIVEIRA, do Cargo em Comissão, de Diretor de Unidade Hospitalar IV, símbolo DAS-4, do Hospital Getúlio Vargas de Teresina, da Secretaria de Saúde, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

CLARA FRANCISCA DOS SANTOS LEAL, do Cargo em Comissão, de Diretor de Unidade Hospitalar IV, símbolo DAS-4, do Hospital Estadual Dirceu Arcoverde de Parnaíba, da Secretaria de Saúde, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

JULIANA LINHARES COELHO, do Cargo em Comissão, de Diretor de Unidade Hospitalar III, símbolo DAS-3, do Hospital Regional de Campo Maior, da Secretaria de Saúde, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

CELINA TERESA CASTELO BRANCO COUTO DE SOUSA, do Cargo em Comissão, de Diretor de Unidade Hospitalar II, símbolo DAS-2, do Hospital Getúlio Vargas de Teresina, da Secretaria de Saúde, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

NILMA MILENA DA PAZ LIMA, do Cargo em Comissão, de Coordenador de Fisioterapia no Hospital Regional de Campo Maior, símbolo DAS-2, da Secretaria de Saúde, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

NOMEAR, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

FERNANDA TELES CARVALHO, para exercer o Cargo em Comissão, de Superintendente de Gestão da Administração, da Secretaria de Saúde, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

CLARA FRANCISCA DOS SANTOS LEAL, para exercer o Cargo em Comissão, de Diretor de Unidade Hospitalar IV, símbolo DAS-4, do Hospital Getúlio Vargas de Teresina, da Secretaria de Saúde, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

CELINA TERESA CASTELO BRANCO COUTO DE SOUSA, para exercer o Cargo em Comissão, de Diretor de Unidade Hospitalar III, símbolo DAS-3, do Hospital Getúlio Vargas de Teresina, da Secretaria de Saúde, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

VITOR FIGUEIREDO CARNEIRO, para exercer o Cargo em Comissão, de Diretor de Unidade Hospitalar IV, símbolo DAS-4, do Hospital Estadual Dirceu Arcoverde de Parnaíba, da Secretaria de Saúde, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

WELLINGTON SILVA DE PAIVA, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Fisioterapia no Hospital Regional de Campo Maior, símbolo DAS-2, da Secretaria de Saúde, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

RICELLE WESLEY OLIVEIRA BARBOSA, para exercer o Cargo em Comissão, de Diretor de Unidade Hospitalar III, símbolo DAS-3, do Hospital Regional de Campo Maior, da Secretaria de Saúde, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.



IRACEMA MIRANDA DE SOUSA, para exercer o Cargo em Comissão, de Assessor Técnico II, símbolo DAS-3, da Secretaria de Saúde, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

LUIZ ROSA VELOSO NETO, para exercer o Cargo em Comissão, de Diretor de Unidade Executiva do Fundo Estadual de Saúde, símbolo DAS-4, da Secretaria de Saúde, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, e tendo em vista o que consta no Processo nº AA.900.1.004740/14-35, de 25 de fevereiro de 2014, e no Ofício SESAPI/GAB nº 725, de 13 de março de 2014, da Secretaria da Saúde, AP.010.1.001573/14-36,

RESOLVE exonerar, a pedido, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, **SINARA ARAUJO BEZERRA**, do cargo efetivo de Enfermeiro, Matrícula nº 272039-6, do quadro de pessoal da Secretaria da Saúde, com efeitos a partir de 25 de fevereiro de 2014.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ DECRETOS DE 14 DE ABRIL DE 2014

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

EXONERAR, DE OFÍCIO, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

JOSE RICARDO BARROS DANTAS, do Cargo em Comissão, de Diretor de Unidade Financeira, símbolo DAS-4, do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí, com efeitos a partir de 14 de Abril de 2014.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

NOMEAR, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

FERNANDO LÍVIO MARTINS COELHO, para exercer o Cargo em Comissão, de Diretor de Unidade Financeira, símbolo DAS-4, do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí, com efeitos a partir de 14 de Abril de 2014.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DECRETOS DE 15 DE ABRIL DE 2014

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, e tendo em vista o que consta no Processo nº AA.027.1.000264/14-38, de 03 de fevereiro de 2014, da Secretaria de Segurança Pública, e no Ofício nº 21.000-699/2014-GAB-SEAD, de 14 de março de 2014, da Secretaria de Administração, AP.010.1.001664/14-35,

RESOLVE de acordo com o disposto no art. 33, inciso VII, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, **declarar a vacância do cargo efetivo, de Delegado de Polícia Civil de 3ª Classe**, do servidor **LEANDRO FERRAZ DAMASCENO RIBEIRO**, Matrícula nº 245968-0, do quadro de pessoal da Secretaria de Segurança Pública, com efeitos a partir de 07 de fevereiro de 2014.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, e tendo em vista o que consta no Processo nº AA.027.1.000403/14-01, de 17 de fevereiro de 2014, da Secretaria de Segurança Pública, e no Ofício nº 21.000-700/2014-GAB-SEAD, de 14 de março de 2014, da Secretaria de Administração, AP.010.1.001665/14-48,

RESOLVE exonerar, a pedido, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, **ALLAN ADYBE PORTELA DASILVA**, Matrícula nº 227210-5, do cargo efetivo

de **Agente de Polícia Civil de 3ª Classe**, do quadro de pessoal da Secretaria de Segurança Pública, com efeitos a partir de 17 de fevereiro de 2014.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, e tendo em vista o que consta no Processo nº AA.027.1.000440/14-80, de 19 de fevereiro de 2014, da Secretaria de Segurança Pública, e no Ofício nº 21.000-709/2014-GAB-SEAD, de 14 de março de 2014, da Secretaria de Administração, AP.010.1.001662/14-10,

RESOLVE exonerar, a pedido, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, **JOÃO ANTÔNIO LOPES LIMA**, Matrícula nº 282342-0, do cargo efetivo de **Agente Técnico de Serviço, Técnico de Apoio as Atividades Policiais Cíveis**, do quadro de pessoal da Secretaria de Segurança Pública, com efeitos a partir de 19 de fevereiro de 2014.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA DECRETO DE 15 DE ABRIL DE 2014

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, e tendo em vista o que consta no Processo AA.001.1.000369/14-26, de 26 de fevereiro de 2014, e no Ofício nº 514/14-GAB/SASC, de 19 de março de 2014, da Secretaria de Assistência Social e Cidadania, AP.010.1.001703/14-13,

RESOLVE exonerar, a pedido, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, **ALDENIR LEONIDES DA ROCHA CARVALHO**, Matrícula nº 230679-4, do cargo efetivo de Agente Operacional de Serviços, Especialidade Auxiliar de Serviços Gerais, do quadro de pessoal da Secretaria de Assistência Social e Cidadania, com efeitos a partir de 01 de março de 2014.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO PIAUÍ DECRETOS DE 15 DE ABRIL DE 2014

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

EXONERAR, DE OFÍCIO, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

FRANCISCO SOARES SANTOS FILHO, do Cargo em Comissão, de Presidente, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

NOMEAR, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

FÉLIX FERNANDO RAPOSO FILHO, para exercer o Cargo em Comissão, de Presidente, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2014.

SECRETARIA DE JUSTIÇA DECRETO DE 09 DE ABRIL DE 2014

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

EXONERAR, A PEDIDO, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

MALCON PINHEIRO DE OLIVEIRA, do Cargo em Comissão, de Gerente de Abastecimento, símbolo DAS-3, da Secretaria de Justiça, com efeitos a partir de 09 de Abril de 2014.

PORTARIAS E RESOLUÇÕES

Portaria GSE Nº. 0908/2014

Teresina (PI), 14 de abril de 2014.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEDUC
GABINETE DO SECRETÁRIO

Portaria GSE Nº. 0905/2014

Teresina (PI), 14 de abril de 2014.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem função gratificada nas Escolas da Rede Estadual de Ensino, pertencente às Gerências Regionais de Educação – GRE's, bem como na sede desta Secretaria.

Nº PORT.	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	FUNÇÃO	NOME	MATRICULA/CPF
0246	TERESINA	SUPERVISÃO DO PROGRAMA SABERES DA TERRA	DESIGNAR SUPERVISORA	MARIA DE ARAÚJO PEREIRA	083.551-0
0434	CANTO DO BURITI	U. E. ALCIDES JOSÉ DE MOURA (ASSENTAMENTO MALHADA INCA)	CESSAR PORT. 0935/12 E DESIGNAR DIRETOR	VALMIRAM CARDOSO SOBREIRA	788.822.143-20
0482	TERESINA	SUPERVISÃO NA SEDE	DESIGNAR SUPERVISOR	ANTONIO MARIANO DE LIMA	058.636-6
0608	UNIÃO	NEIA - LUIS CARLOS BOA VISTA MONTEIRO	CESSAR PORT. 2528/08 E DESIGNAR SECRETÁRIO	ANTONIO VILMAR DE SOUSA	074.784-0
0622	TERESINA	CENTRO EST. DE EDUC. DE TEMPO INTEGRAL GOV. DIRCEU MENDES ARCOVERDE	CESSAR PORT. 0514/09 E DESIGNAR SECRETÁRIA	MARIA DO CARMO RIBEIRO DIAS CASTRO	027.316-3
0628	PIRIPIRI	ESC. AGROTECNICA HUGO NAPOLEÃO	CESSAR PORT. 2171/10 E DESIGNAR SECRETÁRIA	IRISMAR GOMES DE OLIVEIRA	058.180-1
0661	CANTO DO BURITI	U. E. LUCIA MARIA OLIVEIRA	DESIGNAR DIRETORA	JUSSYARA VALENTE DE AMORIM	698.831.141-68
0733	TERESINA	SEDE DA 4ª DRE	DESIGNAR SECRETARIA	MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA GONÇALVES	111.694-X
0742	LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ	U. E. PROFª ISABEL RIBEIRO DE JESUS	DESIGNAR DIRETOR	RONALDO DIAS MIRANDA	278.454-8
0753	BELA VISTA DO PIAUÍ	U. E. OLEGÁRIO AURELIANO DE SOUSA	DESIGNAR DIR. ADJUNTA	MARIA DO SOCORRO COELHO DE SOUSA	075.581-8
0755	PIRIPIRI	U. E. JUDITH ALVES SANTANA	DESIGNAR DIRETORA ADJUNTA	MARIA DE LOURDES SOUZA OLIVEIRA	086.375-X
0756	DOM EXPEDITO LOPES	U. E. DR. JOÃO CARVALHO	DESIGNAR DIRETOR ADJUNTO	WANDERLAN LAURERTY DO VALE	235.284-2
0757	PICOS	U. E. PETRONIO PORTELA	CESSAR PORT. 1792/08 E DESIGNAR DIRETORA	MARIA NECICLEIDE R. LEAL RAMOS	105.247-X
0761	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	SUPERVISÃO DE ENSINO	CESSAR PORT. 0379/13 E DESIGNAR SUPERVISORA	ROSANGELA MARIA CUSTÓDIA	274.489-9
0775	SÃO JOÃO DO PIAUÍ	U. E. SALOMÃO CARVALHO	DESIGNAR DIRETORA	CLAUDETE RIBEIRO DA SILVA	078.269-6
0776	SÃO JOÃO DO PIAUÍ	U. E. SALOMÃO CARVALHO	DESIGNAR DIR. ADJUNTA	ELIZANGELA RIBEIRO GOMES	200.012-1

II – A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRE-SE,
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA
EDUCAÇÃO E CULTURA DO PIAUÍ, em Teresina (PI), 14 de abril de 2014.

Alano Dourado Meneses
Secretário de Estado da Educação e Cultura

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Cessar os efeitos das portarias dos servidores abaixo relacionados, que exerceram função gratificada em Escolas da Rede Estadual de Ensino, pertencente às Gerências Regionais de Educação, bem como na Sede desta Secretaria.

Nº PORT.	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR/SEDE	FUNÇÃO	NOME	MATRICULA
0246	TERESINA	SUPERVISÃO DO PROGRAMA SABERES DA TERRA	CESSAR PORT. 0610/11 - SUPERVISORA	MADALENA A. P. DAMASCENO	057.409-X
0354	TERESINA	U. E. PROFª ANGELINA DE MOURA LEAL	CESSAR PORT. 1616/12 - SECRETÁRIA	MARIA DOS SANTOS SILVA	071.723-1
0647	SIMPLICIO MENDES	COORDENAÇÃO DA UAB	CESSAR PORT. 2802/08 - COORDENADORA	NAIRA LOPES MOURA	109.657-5
0715	JOAQUIM PIRES	U. E. JOSÉ MENDES VASCONCELOS	CESSAR PORT. 1200/12 - DIR. ADJUNTA	MARIA DO LIVRAMENTO SOUSA L. LINHARES	260.716-6
0717	SÃO FRANCISCO DO PI	U. E. MÁRIO COELHO NETO	CESSAR PORT. 0140/14 - DIRETOR	JOSÉLIO PATRÍCIO PEREIRA DOS SANTOS	234.081-0
0729	SÃO RAIMUNDO NONATO	SEDE DA 13ª GRE	CESSAR PORT. 0667/11 - SECRETÁRIA GERAL	CRISTINE DE SOUSA SILVA	157.058-7
0737	LANDRI SALES	U. E. DR. JOSÉ PINHEIRO MACHADO	CESSAR PORT. 0499/11 - COORD. PEDAGÓGICA	JAGNA MARTINS SARAIVA FONSECA	086.627-0
0742	LAGOA DO BARRO DO PI	U. E. PROFª ISABEL RIBEIRO DE JESUS	CESSAR PORT. 0539/14 - DIRETORA	RAIMUNDA NONATA DA COSTA E SILVA	274.460-X
0744	RIO GRANDE DO PI	U. E. RUI BARBOSA	CESSAR PORT. 1792/12 - SECRETÁRIA	QUEILANE PEREIRA REIS	157.046-3
0749	ALTOS	U. E. MARIO RAULINO	CESSAR PORT. 0257/12 - DIRETORA	MEURIENY DO MONTE SILVA	171.086-9
0775	SÃO JOÃO DO PIAUÍ	U. E. SALOMÃO CARVALHO	CESSAR PORT. 0483/13 - DIRETORA	REGINA ASSUNÇÃO COSTA	275.070-8
0776	SÃO JOÃO DO PIAUÍ	U. E. SALOMÃO CARVALHO	CESSAR PORT. 1466/12 - DIR. ADJUNTA	MARIA DE FÁTIMA CUSTÓDIO	201.584-6
0785	BATALHA	U. E. GAYOSO E ALMENDRA	CESSAR PORT. 0651/14 - DIRETORA ADJUNTA	ANTONIO JOSÉ FERREIRA DE CARVALHO	203.404-2
0801	AROIEIRA DO ITAIM	U. E. SÃO JOSÉ	CESSAR PORT. 0100/14 - DIRETORA	ZAIRA MOURA TEIXEIRA	233.789-4
0815	SÃO LOURENÇO DO PI	SUPERVISÃO DE ENSINO	CESSAR PORT. 1197/12 - SUPERVISORA	LOURIVAL SANTANA DOS SANTOS	103.765-0

II – A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRE-SE,
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA
EDUCAÇÃO E CULTURA DO PIAUÍ, em Teresina (PI), 14 de abril de 2014.

Alano Dourado Meneses
Secretário de Estado da Educação e Cultura

Diário Oficial

12



Teresina(PI) - Quarta-feira, 16 de abril de 2014 • Nº 72

Portaria GSE Nº. 0931/2014

Teresina (PI), 14 de abril de 2014.

Portaria GSE Nº. 0932/2014

Teresina (PI), 14 de abril de 2014.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem função gratificada nas Escolas da Rede Estadual de Ensino, pertencente às Gerências Regionais de Educação – GRE's, bem como na sede desta Secretaria.

Nº PORT	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	FUNÇÃO	NOME	MATRICULA CPF
0741	TERESINA	U. E. DOMICIO MAGALHÃES DE MELO	DESIGNAR SECRETÁRIO	ZILDA MARIA DA SILVA REIS	070.341-9
0744	RIO GRANDE DO PI	U. E. RUI BARBOSA	DESIGNAR SECRETÁRIO	ANTONIO DA COSTA E SILVA NETO	157.048-0
0745	TERESINA	U. E. MARTINS NAPOLEÃO	DESIGNAR DIRETORA ADJUNTA	NAIR TEIXEIRA LIMA	136.382-4
0747	TERESINA	U. E. PROPª ANTONIO MARIA MADEIRA	CESSAR PORT. 0402/14 E DESIGNAR DIRETORA	CLEIDE MARIA LIMA DA SILVA	136.047-7
0749	ALTOS	U. E. MARIO RAULINO	DESIGNAR DIRETOR	FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES VIANA	232.552-7
0750	PEDRO II	U. E. MARIA MENDES MOURÃO	CESSAR PORT. 0034/12 E DESIGNAR DIRETORA	MARIA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA MARQUES	075.743-8
0752	COCAL DE TELHA	SUPERVISÃO DE ENSINO	DESIGNAR SUPERVISOR	ADALTO FRANCISCO DE OLIVEIRA	935.811.303-40
0784	TERESINA	CEEP CORINA MACHADO VIEIRA	DESIGNAR SECRETÁRIA	KELLY STEFANIA MACHADO VITÓRIO	265.809-7
0785	BATALHA	U. E. GAYOSO E ALMENDRA	DESIGNAR DIRETORA ADJUNTA	FRANCISCA TERESA ARAÚJO SANTOS	273.689-6
0787	COLONIA DO GURGUÉIA	CEEP RURAL PE JOSÉ DE ANCHIETA CORTEZ	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	NAYRA DA SILVA LIMA	100.402-6
0788	PEDRO II	U. E. TOMÁZ CAFÉ OLIVEIRA	CESSAR PORT. 0990/12 E DESIGNAR DIRETORA	EFIGÊNIA ELVIRA RODRIGUES L. OLIVEIRA	074.589-8
0790	FLORIANO	U. E. ZEZINHO VASCONCELOS	CESSAR PORT. 0492/11 E DESIGNAR DIRETOR	GEMMA GALGANI DOS SANTOS M. SÁTIRO	156.789-6
0791	FLORIANO	U. E. DIALMA NUNES	CESSAR PORT. 0178/12 E DESIGNAR DIRETOR	MARCO AURÉLIO DA SILVA COUTINHO	172.882-2
0794	PAVUSSU	U. E. PROF. JOSÉ SALUSTIANO DA SILVA	CESSAR PORT. 0188/12 E DESIGNAR DIRETOR	MARCOS AURELIO DA SILVA MENDES	143.282-6
0795	GUADALUPE	U. E. PROF. CARLOS FRANCO	CESSAR PORT. 1113/12 E DESIGNAR DIRETOR	SIDNEY PEREIRA DAS CHAGAS	236.761-X
0796	RIO GRANDE DO PI	U. E. PE PEDRO DA SILVA OLIVEIRA	CESSAR PORT. 1123/12 E DESIGNAR DIRETOR	RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS FILHO	103.577-X

II – A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRE-SE, GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO PIAUÍ, em Teresina (PI), 14 de abril de 2014.

Alano Dourado Meneses
Secretário de Estado da Educação e Cultura

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Cessar os efeitos das portarias dos servidores abaixo relacionados, que exerceram função gratificada em Escolas da Rede Estadual de Ensino, pertencente às Gerências Regionais de Educação, bem como na Sede desta Secretaria.

Nº PORT.	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR/SEDE	FUNÇÃO	NOME	MATRICULA
0694	SÃO RDO NONATO	U. E. EDITH NOBRE DE CASTRO	CESSAR PORT. 1823/12 - DIRETORA ADJUNTA	LOIDE DE SOUSA OLIVEIRA	232.491-X
0695	TERESINA	U. E. JOSÉ CAMILO DA SILVEIRA FILHO	CESSAR PORT. 0393/14 - DIRETOR	JOSÉ HILDEGARD DE SAMPAIO CAMPELO	070.818-6
0699	TERESINA	SEDE DA 4ª DRE	CESSAR PORT. 0577/12 - SECRETÁRIA DA SURVE	MARIA FRANCISCA DIAS SALES	069.419-3
0727	SÃO RDO NONATO	U. E. GERCILO DE CASTRO MACEDO	CESSAR PORT. 0138/09 - DIRETOR ADJUNTO	WASHINGTON DE JESUS RIBEIRO PAES	106.398-7
0728	NAZÁRIA	SUPERVISÃO DE ENSINO E U. E. HILTON LEITE	CESSAR PORT. 0370/12 - SUPERVISOR E DIRETOR	PAULO AFONSO VIEIRA	103.913-0
0746	PICOS	U. E. MARCOS PARENTE	CESSAR PORT. 1786/08 - COORD. PEDAGÓGICA	WELMA MARIA RODRIGUES SILVA	106.635-8
0748	TERESINA	U. E. SEVERIANO SOUSA	CESSAR PORT. 0660/13 - SECRETÁRIO	JOÃO DE DEUS NUNES ARAÚJO	078.172-0
0754	PICOS	U. E. PETRÔNIO PORTELA	CESSAR PORT. 0163/12 - DIRETOR	NATANAEL DE SOUSA MARTINS	171.319-1
0755	PIRIPIRI	U. E. JUDITH ALVES SANTANA	CESSAR PORT. 0030/14 - DIRETORA ADJUNTA	SANDRA CARLA COSTA CARDOSO	230.436-8
0756	DOM EXPEDITO LOPES	U. E. DR. JOÃO CARVALHO	CESSAR PORT. 1405/12 - DIRETORA ADJUNTA	CECILÂNDIA FERNANDES DE MOURA SANTOS	106.637-4
0763	ARÓEIRA DO ITAIM	SUPERVISÃO DE ENSINO	CESSAR PORT. 0099/14 - SUPERVISORA	MARIA DE FÁTIMA SOUSA RODRIGUES	274.292-6
0799	TERESINA	U. E. HELVÍDIO NUNES	CESSAR PORT. 0523/12 - SECRETÁRIA	DELCIDES MARIA SOUSA TEIXEIRA	066.157-X
0811	TERESINA	U. E. GABRIEL FERREIRA	CESSAR PORT. 2574/10 - DIR. ADJUNTO	JOSÉ BENÍCIO NUNES DE MELO	067.425-7
0819	JOSÉ DE FREITAS	ESC. AGROT. FIRMO JOSÉ DA CUNHA	CESSAR PORT. 0497/11 - DIR. ADJUNTO	JORGE LUIZ M. DE SOUSA	098.777-8
0820	ELISEU MARTINS	GIN. EST. NOSSA SRA. DE FÁTIMA	CESSAR PORT. 0212/10 - DIRETORA	VANCY ALVES DA SILVA	105.270-5

II – A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRE-SE, GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO PIAUÍ, em Teresina (PI), 14 de abril de 2014.

Alano Dourado Meneses
Secretário de Estado da Educação e Cultura

Portaria GSE Nº. 0933/2014

Teresina (PI), 14 de abril de 2014.

Portaria GSE Nº. 0934/2014

Teresina (PI), 14 de abril de 2014.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – **Designar** os servidores abaixo relacionados, para exercerem função gratificada nas Escolas da Rede Estadual de Ensino, pertencente às Gerências Regionais de Educação – GRE's, bem como na sede desta Secretaria.

Nº PORT	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	FUNÇÃO	NOME	MATRICULA
0666	MARCOS PARENTE	U. E. JOÃO MARTINS	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	CREUSA TOMAZ DA SILVA GUMARÃES	083.653-2
0685	TERESINA	U. E. PROP. OSMARINA	CESSAR PORT. 0865/12 E DESIGNAR DIRETORA ADJUNTA	WALDIRENE MAURA SILVA	081.096-7
0686	TERESINA	CENTRO EST. DE EDUC. DE TEMPO INTEGRAL SOLANGE S. VIANA AREA LEÃO	CESSAR PORT. 0653/12 E DESIGNAR DIRETORA ADJUNTA	IVANILDE MENDES DA SILVA	073.370-9
0687	TERESINA	U. E. MONSENHOR CÍCERO PORTELA NUNES	CESSAR PORT. 0511/13 E DESIGNAR DIR. ADJUNTA	BENISE BATISTA LEITE	103.516-9
0688	TERESINA	U. E. MARIA DINA SOARES	CESSAR PORT. 0481/12 E DESIGNAR DIR. ADJUNTO	FRANCISCO CARLOS BARBOSA DE SOUSA	103.915-6
0689	TERESINA	CAIC PROFESSOR MELO MAGALHÃES	CESSAR PORT. 0866/10 E DESIGNAR DIR. ADJUNTA	MONIK CARDOSO TEIXEIRA	099.231-3
0690	FLORIANO	U. E. BUCAR NETO	CESSAR PORT. 1700/12 E DESIGNAR DIRETOR	BENEDITO RUBENS SARAIVA	057.262-4
0691	FLORIANO	U. E. BUCAR NETO	CESSAR PORT. 1957/12 E DESIGNAR DIRETOR ADJUNTO	JOSÉ AUGUSTO FIGUEIREDO BASTOS	103.593-2
0692	TERESINA	U. E. PEDRO CONDE	CESSAR PORT. 0371/12 E DESIGNAR DIRETORA	ILEIDA SALES COSTA GOMES	063.402-6
0693	TERESINA	U. E. SANTA MARIA DAS VASSOURAS	CESSAR PORT. 2164/12 E DESIGNAR DIRETOR	EMERSON OLIVEIRA GOMES	098.264-4
0694	SÃO RDO NONATO	U. E. EDITH NOBRE DE CASTRO	DESIGNAR DIRETORA ADJUNTA	ISABEL CRISTIAN DE MACEDO RIBEIRO DOS SANTOS	106.384-7
0695	TERESINA	U. E. JOSÉ CAMILO DA SILVEIRA FILHO	DESIGNAR DIRETORA	CARLISE FERREIRA GONÇALVES	097.999-6
0698	TERESINA	CENTRO EST. DE EDUC. DE TEMPO INTEGRAL JÚLIA NUNES ALVES	DESIGNAR DIR. ADJUNTA	MARLENE LIMA DAS CHAGAS	109.203-X

II – A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRE-SE,
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA
EDUCAÇÃO E CULTURA DO PIAUÍ, em Teresina (PI), 14 de abril de 2014.

Alano Dourado Meneses
Secretário de Estado da Educação e Cultura

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – **Designar** os servidores abaixo relacionados, para exercerem função gratificada nas Escolas da Rede Estadual de Ensino, pertencente às Gerências Regionais de Educação – GRE's, bem como na sede desta Secretaria.

Nº PORT	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	FUNÇÃO	NOME	MATRICULA/CF
0700	TERESINA	U. E. SEVERIANO SOUSA	CESSAR PORT. 0616/13 E DESIGNAR DIRETOR	FRANCINALDO DE SOUSA BEZERRA	103.914-8
0702	TERESINA	SUPERVISÃO DE BANCOS DE DADOS DA F DRE	DESIGNAR SUPERVISORA	MARIA ROSEMITA LEITE DE CARVALHO	085.059-4
0704	SÃO FRANCISCO DO PI	U. E. MARTINHO M. CARVALHO	DESIGNAR DIRETOR	BALBINO JOSÉ SOARES DE SOUSA	098.718-2
0705	SÃO FRANCISCO DO PI	U. E. MARIO COELHO NETO	DESIGNAR DIRETORA	MARIA MEDIANEIRA ALVES DE SOUSA	074.297-0
0706	SÃO FRANCISCO DO PI	U. E. MARIO COELHO NETO	DESIGNAR DIRETORA ADJUNTA	GENILZA MARIA SILVA SOUSA	234.092-5
0710	TERESINA	SUPERVISÃO DE TRANSPORTES	DESIGNAR SUPERVISOR	LAERSON LINCON SOARES DE SOUSA	161.365-X
0711	TERESINA	SUPERVISÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	DESIGNAR SUPERVISORA	DYANA GUERRA CAVALCANTE	104.329-3
0713	ELESBÃO VELOSO	U. E. MOISES LIMA VERDE	CESSAR PORT. 0116/12 E DESIGNAR DIRETORA	MARIA SUELI PEREIRA DA SILVA	106.508-4
0715	JOAQUIM PIRES	U. E. JOSÉ MENDES VASCONCELOS	DESIGNAR DIRETOR ADJUNTO	ERISVALDO SOUSA VALE	278.378-9
0716	ELESBÃO VELOSO	U. E. MOISES LIMA VERDE	CESSAR PORT. 1319/12 E DESIGNAR DIRETORA ADJUNTA	TARCILA NUNES DA SILVA	086.276-2
0725	JERUMENHA	U. E. SEBASTIÃO ROCHA LEAL	CESSAR PORT. 1111/12 E DESIGNAR DIRETORA	LUCIANA ARAÚJO MOREIRA SOARES	225.328-3
0726	SÃO RDO NONATO	CEEP GERCILO MACEDO DE CASTRO MACEDO	CESSAR PORT. 1877/12 E DESIGNAR DIR. ADJUNTA	QUEZIA FERREIRA CAMPOS	106.379-X
0728	NAZÁRIA	SUPERVISÃO DE ENSINO E U. E. HILTON LEITE	DESIGNAR SUPERVISOR E DIRETOR	MAÍSA RAMOS DA SILVA	100.957-5
0729	SÃO RAIMUNDO NONATO	SEDE DA 13ª GRE	DESIGNAR SECRETÁRIA GERAL	CARLA ROSSANA PIAULINO NEGREIRO	106.395-2
0730	SÃO LUIS DO PIAUÍ	U. E. MESTRE ANTONIO P. DE ARAÚJO	CESSAR PORT. 0434/13 E DESIGNAR SUPERVISORA E DIRETORA	FABIANA DE LIMA BATISTA	007.876.940-47
0738	TERESINA	U. E. MARIA MODESTINA BEZERRA	DESIGNAR SECRETÁRIA	RISONEIDE ANA DE ALENCAR	076.909-6

II – A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRE-SE,
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA
EDUCAÇÃO E CULTURA DO PIAUÍ, em Teresina (PI), 14 de abril de 2014.

Alano Dourado Meneses
Secretário de Estado da Educação e Cultura

Diário Oficial

14



Teresina(PI) - Quarta-feira, 16 de abril de 2014 • Nº 72

Portaria GSE Nº. 0935/2014

Teresina (PI), 14 de abril de 2014.

Portaria GSE Nº. 0936/2014

Teresina (PI), 14 de abril de 2014.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem função gratificada nas Escolas da Rede Estadual de Ensino, pertencente às Gerências Regionais de Educação – GRE's, bem como na sede desta Secretaria.

Nº PORT	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	FUNÇÃO	NOME	MATRICULA
0786	ITAUEIRA	U. E. MONSENHOR UCHOA	CESSAR PORT. 1892/12 E DESIGNAR DIRETOR	FRANCISCO ABRAÃO LUZ	103.618-1
0797	TERESINA	U. E. JOSÉ CANDIDO FERRAZ	CESSAR PORT. 1612/12 E DESIGNAR SECRETÁRIA	MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO PEREIRA DA CRUZ	064.591-5
0798	PEDRO II	ESC. DE EDUC. ESP. PADRE NORBERTO	CESSAR PORT. 0519/13 E DESIGNAR DIRETORA	FRANCISCA DE MACEDO ARAUJO	106.325-1
0802	AROIEIRA DO ITAIM	U. E. SÃO JOSÉ	DESIGNAR DIRETOR	PETRÔNIO DE SOUSA LIMA	279.454-3
0803	FLORIANO	CENTRO EST. DE EDUC. DE TEMPO INTEGRAL RIBEIRO GONÇALVES	CESSAR PORT. 1337/10 E DESIGNAR DIRETORA	MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUSA CARVALHO	056.422-2
0804	FLORIANO	CENTRO DE ATEND. EDUC. ESPECIALIZADO AGRONOMO PARENTES	CESSAR PORT. 1013/10 E DESIGNAR DIRETORA	MARIA HORTÊNCIA DE FONSECA ROCHA	053.713-6
0807	TERESINA	SEDE DA 4ª DRE	DESIGNAR CHEFE DO APOIO	MARIA VITÓRIA DO NASCIMENTO	076.362-4
0808	TERESINA	U. E. JOEL RIBEIRO	CESSAR PORT. 2623/10 E DESIGNAR SEC. ADJUNTO	EDVALDO DA SILVA SANTOS	067.090-1
0809	TERESINA	CEEP JOÃO MENDES OLIMPIO DE MELO	CESSAR PORT. 0190/13 E DESIGNAR DIRETORA ADJUNTA	MARIA ALCIONEIA MACHADO DE CASTRO	110.600-7
0810	TERESINA	CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - CIES	CESSAR PORT. 0583/13 E DESIGNAR DIR. ADJUNTA	MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUSA REIS CRUZ	135.841-3
0811	TERESINA	U. E. GABRIEL FERREIRA	DESIGNAR DIR. ADJUNTA	DIANICE VIEIRA DANTAS	114.970-9
0812	TERESINA	CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - CIES	CESSAR PORT. 0381/13 E DESIGNAR DIRETORA	MARIA ELEONORA PEREIRA SÁ	069.914-4
0814	TERESINA	U. E. GABRIEL FERREIRA	CESSAR PORT. 1399/12 E DESIGNAR DIRETORA	FRANCISCA DE JESUS SOARES DA SILVA	108.213-2
0815	SÃO LOURENÇO DO PI	SUPERVISÃO DE ENSINO	DESIGNAR SUPERVISORA	JUÇARA DAMASCENO RIBEIRO	083.568-4
0816	TERESINA	SEDE DA 4ª DRE	DESIGNAR SECRETÁRIA	MARIA DE LOURDES RODRIGUES DE MESQUITA	068.779-X
0817	TERESINA	U. E. DEP. FRANCISCA TRINDADE	CESSAR PORT. 00028/10 E DESIGNAR DIRETORA	MARIA DO SOCORRO RAMOS SILVA	084.034-3
0820	ELISEU MARTINS	GIN. EST. NOSSA SRA. DE FÁTIMA	DESIGNAR DIRETORA	ILAMAYRA FREITAS BEZERRA	231.227-1

II – A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRE-SE,
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO PIAUÍ, em Teresina (PI), 14 de abril de 2014.

Alano Dourado Meneses
Secretário de Estado da Educação e Cultura

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem função gratificada nas Escolas da Rede Estadual de Ensino, pertencente às Gerências Regionais de Educação – GRE's, bem como na sede desta Secretaria.

Nº PORT	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	FUNÇÃO	NOME	MATRICULA
0748	TERESINA	U. E. SEVERIANO SOUSA	DESIGNAR SECRETÁRIO	JOÃO PATRÍCIO DE CARVALHO	198.358-0
0760	ALTOS	U. E. RAMA BOA	DESIGNAR DIRETORA ADJUNTA	RENATA LOUISE FERREIRA LEMOS	214.898-6
0762	SANTA ROSA DO PI	SUPERVISÃO DE ENSINO	DESIGNAR SUPERVISORA	ERCILANE LUSTOSA VIEIRA	279.634-1
0763	AROIEIRA DO ITAIM	SUPERVISÃO DE ENSINO	DESIGNAR SUPERVISOR	JOSÉ WELLINGTON DE BARROS	276.100-9
0764	PIRIPIRI	CENTRO EST. DE EDUC. DE TEMPO INT. DES. JOSÉ DE ARIMATEA TITO	CESSAR PORT. 0014/13 E DESIGNAR DIRETORA	MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA E S. MEDEIROS	083.743-1
0765	SANTA CRUZ DO PI	ESC. AGRICOLA JANDIRA NUNES MARTINS	DESIGNAR DIRETORA	SYNARA RODRIGUES PACHECO GOMES	858.890.243-53
0777	PEDRO II	U. E. CIPRIANO LEITE	CESSAR PORT. 0051/12 E DESIGNAR DIRETORA	FRANCISCA DE FÁTIMA OLIVEIRA MUNIZ	058.152-6
0778	TERESINA	U. E. JOEL RIBEIRO	CESSAR PORT. 0524/12 E DESIGNAR SECRETÁRIO	MARCOS BRITO CARVALHO	090.392-2
0779	PEDRO II	ESC. ESTADUAL SANTA ANGELA	CESSAR PORT. 0368/13 E DESIGNAR DIRETOR	ANTONIO FRANCISCO ALVES DE HOLANDA	272.740-4
0780	PEDRO II	U. E. TERTULIANO SOLON BRANDÃO	CESSAR PORT. 0056/12 E DESIGNAR DIRETOR	JOSÉ ALVES PEREIRA	080.613-7
0781	PEDRO II	U. E. TERTULIANO BRANDÃO FILHO	CESSAR PORT. 0055/12 E DESIGNAR DIRETORA	MARIA NILDETE RODRIGUES SAMPAIO	103.368-9
0793	FLORIANO	U. E. MONSENHOR LINDOLFO UCHOA	CESSAR PORT. 0176/12 E DESIGNAR DIRETORA	MARIA DO SOCORRO BERNARDES RODRIGUES	086.404-9

II – A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRE-SE,
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO PIAUÍ, em Teresina (PI), 14 de abril de 2014.

Alano Dourado Meneses
Secretário de Estado da Educação e Cultura

Portaria GSE/ADM Nº 0088/2014 Teresina (PI), 14 de abril de 2014

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – **CONSTITUIR** Comissão composta por membros titulares e suplentes abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, conduzir os procedimentos de licitação nas modalidades de Convite, Shopping, Tomada de Preços, Concorrência, Dispensa e Inexigibilidade, nesta Secretaria.

TITULARES:	QUALIFICAÇÃO	FUNÇÃO
José Guimarães Lima Neto	Matemático	Presidente
Maria José Alcântara Viana	Professora	Secretária
Francisca Mauricéia de Alcântara	Técnico N. Superior	Membro
Leovídio Bezerra L. Neto	Professor	Membro
Rogério Soares Cardoso	Professor	Membro

SUPLENTES:		
Luiz Felipe de Alcântara M. Raulino	Arquiteto	Suplente
Mariana Rosal Basílio	Técnico Nível Superior	Suplente
Maria do Socorro Sobral Veloso	Professora	Suplente

II – A presente Portaria entra em vigor a partir desta data, com prazo de vigência de 01(um) ano.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO PIAUÍ, em Teresina (PI), 14 de abril de 2014

Alano Dourado Meneses
Secretário da Educação e Cultura

Of. 117



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETARIO

PORTARIA GSF Nº 116 / 2014. Teresina, 10 de abril de 2014.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor **MÁRCIO ALVES DE ARAÚJO**, Técnico da Fazenda Estadual, Matr. 142.928-X, para exercer a função de Supervisor IV, de Posto Fiscal Nível B, Símbolo DAI-7, da Gerência de Controle de Mercadorias em Trânsito – GTRAN, da Unidade de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito – UNITRAN, conforme MEMO. UNITRAN/GELOG Nº 19/2014, de 03/04/2014.

Cientifique-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

MÁRIO JOSÉ LACERDA DE MELO
SECRETARIO DA FAZENDA

PORTARIA GSF Nº 117 / 2014. Teresina, 10 de abril de 2014.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria GSF Nº 393/2013, 17/12/2013, que designa a servidora **CRISTINA MARIA QUEIROZ RIBEIRO**, Técnico da Fazenda Estadual, Matr. 142.960-4, para prestar serviços na Corregedoria Fazendária, no Gabinete do Secretário, retroagindo efeitos a 01/04/2014, conforme MEMO. CORREFAZ Nº 11/2014, de 07 de abril de 2014.

Cientifique-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

MÁRIO JOSÉ LACERDA DE MELO
SECRETARIO DA FAZENDA

PORTARIA GSF Nº 118/2014 Teresina, 10 de abril de 2014.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 109, II, da Constituição do Estado do Piauí, tendo em vista o disposto no art. 91 da Lei Complementar nº 13/1994, alterada pela Lei Complementar nº 084, de 07 de maio de 2007.

CONSIDERANDO a regulamentação da concessão de Licença para Capacitação dos servidores públicos do Estado do Piauí, nos termos do Decreto Estadual Nº 15.299, de 12 de agosto de 2013.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder 30(trinta) dias de Licença para Capacitação, a partir do dia 04/08/2014, a servidora **SOLANGE DO NASCIMENTO ROCHA**, Matr. 127954-8, Técnico da Fazenda Estadual, Processo nº. 1086.000.00005/2013-5, matriculada no Instituto de Estudos Empresariais – IEMP, para elaboração do Artigo Científico, do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública 2013.2, carga horária de 360h/a, com atividades a serem realizadas conforme cronograma do curso a partir de 09/08/2013.

Art.2º. Fica a servidora obrigada a apresentar, ao final da atividade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, comprovante de frequência no curso ou certificado de conclusão e, ou, relatório circunstanciado.

Art.3º. O descumprimento do disposto no art.2º desta Portaria, poderá acarretar a instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar, nos termos da legislação vigente.

Art.4º. Durante a licença para capacitação é vedado o pagamento de gratificações e adicionais pagos em razão da efetiva prestação de serviço, tais como gratificação pela prestação de serviço extraordinário, adicional noturno, gratificação pelo exercício de atividades insalubres, perigosas e penosas ou qualquer outra vantagem condicionada à efetiva prestação do serviço, não se aplicando a vedação à gratificação de incremento da arrecadação, nos termos do art.31, III, “d”, e V, da Lei Complementar estadual nº 62/2005.

Art.5º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MÁRIO JOSÉ LACERDA DE MELO
SECRETARIO DA FAZENDA

PORTARIA GSF Nº 119/2014 Teresina, 10 de abril de 2014.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 109, II, da Constituição do Estado do Piauí, tendo em vista o disposto no art. 91 da Lei Complementar nº 13/1994, alterada pela Lei Complementar nº 084, de 07 de maio de 2007.

CONSIDERANDO a regulamentação da concessão de Licença para Capacitação dos servidores públicos do Estado do Piauí, nos termos do Decreto Estadual Nº 15.299, de 12 de agosto de 2013.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder 30(trinta) dias de Licença para Capacitação, a partir do dia 04/08/2014, a servidora **CRISTIANE ALVES LEMOS**, Matr. 142905-1, Técnico da Fazenda Estadual, Processo nº. 0066.000.04028/2013-6, matriculada no Instituto de Estudos Empresariais – IEMP, para elaboração do Artigo Científico, do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública 2013.2, carga horária de 360h/a, com atividades a serem realizadas conforme cronograma do curso a partir de 09/08/2013.

Art.2º. Fica a servidora obrigada a apresentar, ao final da atividade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, comprovante de frequência no curso ou certificado de conclusão e, ou, relatório circunstanciado.

Art.3º. O descumprimento do disposto no art.2º desta Portaria, poderá acarretar a instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar, nos termos da legislação vigente.



Art.4º. Durante a licença para capacitação é vedado o pagamento de gratificações e adicionais pagos em razão da efetiva prestação de serviço, tais como gratificação pela prestação de serviço extraordinário, adicional noturno, gratificação pelo exercício de atividades insalubres, perigosas e penosas ou qualquer outra vantagem condicionada à efetiva prestação do serviço, não se aplicando a vedação à gratificação de incremento da arrecadação, nos termos do art.31, III, "d", e V, da Lei Complementar estadual nº 62/2005.

Art.5º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MÁRIO JOSÉ LACERDA DE MELO
SECRETÁRIO DA FAZENDA

PORTARIA GSF Nº 120/2014 Teresina, 10 de abril de 2014.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 109, II, da Constituição do Estado do Piauí, tendo em vista o disposto no art. 91 da Lei Complementar nº 13/1994, alterada pela Lei Complementar nº 084, de 07 de maio de 2007.

CONSIDERANDO a regulamentação da concessão de Licença para Capacitação dos servidores públicos do Estado do Piauí, nos termos do Decreto Estadual Nº 15.299, de 12 de agosto de 2013.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder 30(trinta) dias de Licença para Capacitação, a partir do dia 04/08/2014, a servidora **DOMICIANA CAMARGO DE MATOS**, Mat. 142958-2, Técnico da Fazenda Estadual, Processo nº. 1086.000.00002/2013-1, matriculada no Instituto de Estudos Empresariais – IEMP, para elaboração do Artigo Científico, do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública 2013.2, carga horária de 360h/a, com atividades a serem realizadas conforme cronograma do curso a partir de 09/08/2013.

Art.2º. Fica a servidora obrigada a apresentar, ao final da atividade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, comprovante de frequência no curso ou certificado de conclusão e, ou, relatório circunstanciado.

Art.3º. O descumprimento do disposto no art.2º desta Portaria, poderá acarretar a instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar, nos termos da legislação vigente.

Art.4º. Durante a licença para capacitação é vedado o pagamento de gratificações e adicionais pagos em razão da efetiva prestação de serviço, tais como gratificação pela prestação de serviço extraordinário, adicional noturno, gratificação pelo exercício de atividades insalubres, perigosas e penosas ou qualquer outra vantagem condicionada à efetiva prestação do serviço, não se aplicando a vedação à gratificação de incremento da arrecadação, nos termos do art.31, III, "d", e V, da Lei Complementar estadual nº 62/2005.

Art.5º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MÁRIO JOSÉ LACERDA DE MELO
SECRETÁRIO DA FAZENDA

PORTARIA GSF Nº 121/2014 Teresina, 10 de abril de 2014.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista solicitação constante do MEMO/CSD nº. 14/2014, datado de 08/04/2014 e considerando o que dispõe o art. 166, da Lei Complementar nº. 13/94, de 03/01/1994,

RESOLVE:

Prorrogar por 30 (trinta) dias, a partir de 12 de abril de 2014, os efeitos da Portaria nº. 072/2014-GSF, publicada no D.O.E nº. 48, datado de 13/03/2014, com finalidade de concluir os trabalhos atribuídos a Comissão de Sindicância.

Cientifique-se,
Cumpra-se,
Publique-se.

MÁRIO JOSÉ LACERDA DE MELO
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Of. 110



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A

PORTARIA Nº 96/CS/2014

Teresina, 11 de Abril de 2014

O DIRETOR PRESIDENTE DA EMPRESA DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A – EMGERPI, no uso de atribuições legais e estatutárias, constantes no Art. 68-A e 66-B, da Lei Complementar nº 83/2007 e pela Ata da Assembleia Extraordinária de Acionistas da EMGERPI, ocorrida em 16/02/2011, e de acordo com a estrutura organizacional, e:

RESOLVE:

I – Determinar a reabertura do Processo de Sindicância Investigativa nº 01-CS/2012, conforme solicitação da Procuradoria Geral do Estado do Piauí – PGE, nº 2012090141-0.

II – A Comissão Investigativa será composta pelos servidores, Marcos David Araújo Castelo Branco, Maria das Neves Santos Clérton e Francisca Mary Sousa Pereira, integrantes, conforme portaria nº 36/2013 – GAB, constituidora da Comissão de Sindicância da EMGERPI, presidida pelo primeiro e tendo como suplente o último com efeitos para a apuração deste processo.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Dê-se ciência e cumpra-se, publique-se.

Teresina, 11 de abril de 2014

Gilberto Antonio Neves Pereira da Silva
Diretor Presidente da EMGERPI

Of. 459



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - FUESPI
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - PRAD



PORTARIA PRAD Nº 228/2014, de 14 de Abril de 2014.

O Pró-Reitor de Administração e Recursos Humanos da Universidade Estadual do Piauí, fundamentado na determinação constante nas Portarias GR/UESPI Nº 0152, de 29 de janeiro de 2014, Portaria GR/UESPI Nº 0046/2014 de 29/01/2014, Regimento Geral da UESPI,

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Nº 03225/14;

CONSIDERANDO o deferimento da Licença Prêmio, por meio do MEMO UGP/CB Nº 5405/2003, mas ainda não fruída pelo servidor;

CONSIDERANDO o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 91, da Lei Complementar Estadual nº 013, de 03.01.1994;

RESOLVE:

I – Conceder a **MANOEL PEREIRA DA SILVA FILHO**, Datilógrafo, servidora da Secretaria de Educação – SEDUC, cedido para esta IES, em 25/01/2010 e enquadrado nesta IES, conforme Decreto Governamental Nº. 1.1950, de 31.10.2005, lotado na Divisão de Controle Acadêmico e Diplomação - DCAD, a fruição e gozo de 45 (quarenta e cinco) dias de Licença Prêmio, no período de: 31.03.2014 a 14.05.2014 referente ao quinquênio de 01.04.1998 a 31.03.2003, nos termos da Lei Complementar nº 13/94.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

Prof. Dr. Geraldo Eduardo da Luz Júnior

Pró-Reitor de Administração e Recursos Humanos – PRAD
MATRÍCULA Nº. 147825-7

Of. 036

LICITAÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEDUC/PI
CEEP GERCÍLIO DE CASTRO MACÊDO
SÃO RAIMUNDO NONATO-PI

Extrato do convênio para concessão de estágio de estudantes de nº 001/2014

Espécie: Concessão de Convênio
Objeto: - O presente Convênio objetiva estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional curricular junto à concedente. O estágio constitui-se como instrumento de integração em termos de treinamento prático de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano aos alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos de técnico de nível médio e pós-médio (subseqüente) das unidades de educação profissional, no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Piauí.

Parágrafo Único - Os estágios previstos neste Convênio serão realizados nas dependências da concedente, consoante explicitados no correspondente termo de compromisso.

São Raimundo Nonato, 06 de março de 2014

Signatários:

CEEP- Gercílio de Castro Macêdo
São Raimundo Nonato-PI
Ana Amélia Nunes Macedo Rodrigues
Diretora
Autorizada pela Portaria de Nº GSE Nº 0417/2011

Secretaria Municipal de Saúde de São Raimundo Nonato-PI
Robson Aguiar Bärreto
Secretário Municipal de Saúde

Extrato do convênio para concessão de estágio de estudantes de nº 002/2014

Espécie: Concessão de Convênio
Objeto: - O presente Convênio objetiva estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional curricular junto à concedente. O estágio constitui-se como instrumento de integração em termos de treinamento prático de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano aos alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos de técnico de nível médio e pós-médio (subseqüente) das unidades de educação profissional, no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Piauí.

Parágrafo Único - Os estágios previstos neste Convênio serão realizados nas dependências da concedente, consoante explicitados no correspondente termo de compromisso.

São Raimundo Nonato, 03 de abril de 2014

Signatários:

CEEP- Gercílio de Castro Macêdo
São Raimundo Nonato-PI
Ana Amélia Nunes Macedo Rodrigues
Diretora Autorizada pela Portaria de Nº GSE Nº 0417/2011

Hospital Regional Senador José Cândido Ferraz
São Raimundo Nonato-PI
Anita Maria de Castro Ferreira Siqueira
Diretora

Extrato do convênio para concessão de estágio de estudantes de nº 003/2014

Espécie: Concessão de Convênio
Objeto: - O presente Convênio objetiva estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional curricular junto à concedente. O estágio constitui-se como instrumento de integração em termos de treinamento prático de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano aos alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos de técnico de nível médio e pós-médio (subseqüente) das unidades de educação profissional, no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Piauí.

Parágrafo Único - Os estágios previstos neste Convênio serão realizados nas dependências da concedente, consoante explicitados no correspondente termo de compromisso.

São Raimundo Nonato, 24 de março de 2014

Signatários:

CEEP- Gercílio de Castro Macêdo
São Raimundo Nonato-PI
Ana Amélia Nunes Macedo Rodrigues
Diretora Autorizada pela Portaria de Nº GSE Nº 0417/2011

13ª GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO-13ª GRE
São Raimundo Nonato-PI
Nilvete de Santana Dias
Gerente Regional de Educação



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
CEEP LUCINTE SANTANA DA SILVA

EXTRATO DO CONVÊNIO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES DE Nº 115/2013

Espécie: Concessão de Convênio

Objeto:

O presente Convênio objetiva estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional curricular junto a concedente. O estágio constitui-se como instrumento de integração em termos de treinamento prático de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano aos alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos de técnico de nível médio e pós-médio (subseqüente) das unidades de educação profissional, no âmbito da rede estadual de ensino do Piauí.

Parágrafo Único - Os estágios previstos neste convênio serão realizados nas dependências da concedente, consoante explicitados no correspondente termo de compromisso.

Paulistana – PI/ Assinada no dia 28/10/2013

SIGNATÁRIOS: Flávia da Silva Teixeira autorizado pela Portaria de Nº GSE/ADM Nº 0477/2013) – e Sirleide da Silva Sousa.

EXTRATO DO CONVÊNIO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES DE Nº 120/2013

Espécie: Concessão de Convênio

Objeto:

O presente Convênio objetiva estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional curricular junto a concedente. O estágio constitui-se como instrumento de integração em termos de treinamento prático de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano aos alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos de técnico de nível médio e pós-médio (subseqüente) das unidades de educação profissional, no âmbito da rede estadual de ensino do Piauí.

Parágrafo Único - Os estágios previstos neste convênio serão realizados nas dependências da concedente, consoante explicitados no correspondente termo de compromisso.

Paulistana – PI/ Assinada no dia 20/12/2013

SIGNATÁRIOS: Flávia da Silva Teixeira autorizado pela Portaria de Nº GSE/ADM Nº 0477/2013) – e Ronaldo de Sousa Rodrigues.

EXTRATO DO CONVÊNIO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES DE Nº 119/2013

Espécie: Concessão de Convênio

Objeto:

O presente Convênio objetiva estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional curricular junto a concedente. O estágio constitui-se como instrumento de integração em termos de treinamento prático de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano aos alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos de técnico de nível médio e pós-médio (subseqüente) das unidades de educação profissional, no âmbito da rede estadual de ensino do Piauí.

Parágrafo Único - Os estágios previstos neste convênio realizados nas dependências da concedente, consoante explicitados no correspondente termo de compromisso.

Paulistana – PI/ Assinada no dia 28/10/2013

SIGNATÁRIOS: Flávia da Silva Teixeira autorizado pela Portaria de Nº GSE/ADM Nº 0477/2013) – e Joycilena Cristianne Rosendo de Oliveira.

EXTRATO DO CONVÊNIO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES DE Nº 116/2013

Espécie: Concessão de Convênio

Objeto:

O presente Convênio objetiva estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional curricular junto a concedente. O estágio constitui-se como instrumento de integração em termos de treinamento prático de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano aos alunos



regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos de técnico de nível médio e pós-médio (subseqüente) das unidades de educação profissional, no âmbito da rede estadual de ensino do Piauí.

Parágrafo Único - Os estágios previstos neste convênio realizados nas dependências da concedente, consoante explicitados no correspondente termo de compromisso.

Paulistana – PI/Assinada no dia 28/10/2013

SIGNATÁRIOS: Flávia da Silva Teixeira autorizado pela Portaria de Nº GSE/ADM Nº 0477/2013) – e Joselito Rodrigues de Macedo.

EXTRATO DO CONVÊNIO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES DE Nº 118/2013

Espécie: Concessão de Convênio

Objeto:

O presente Convênio objetiva estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional curricular junto a concedente. O estágio constitui-se como instrumento de integração em termos de treinamento prático de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano aos alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos de técnico de nível médio e pós-médio (subseqüente) das unidades de educação profissional, no âmbito da rede estadual de ensino do Piauí.

Parágrafo Único - Os estágios previstos neste convênio realizados nas dependências da concedente, consoante explicitados no correspondente termo de compromisso.

Paulistana – PI/Assinada no dia 28/10/2013

SIGNATÁRIOS: Flávia da Silva Teixeira autorizado pela Portaria de Nº GSE/ADM Nº 0477/2013) – e Uélcio José de Sousa.

EXTRATO DO CONVÊNIO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES DE Nº 117/2013

Espécie: Concessão de Convênio

Objeto:

O presente Convênio objetiva estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional curricular junto a concedente. O estágio constitui-se como instrumento de integração em termos de treinamento prático de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano aos alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos de técnico de nível médio e pós-médio (subseqüente) das unidades de educação profissional, no âmbito da rede estadual de ensino do Piauí.

Parágrafo Único - Os estágios previstos neste convênio realizados nas dependências da concedente, consoante explicitados no correspondente termo de compromisso.

Paulistana – PI/Assinada no dia 02/12/2013

SIGNATÁRIOS: Flávia da Silva Teixeira autorizado pela Portaria de Nº GSE/ADM Nº 0477/2013) – e Joaquim Júlio Coelho.

Of. 116



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE TRANSPORTES - SETRANS

AVISO DE ABERTURA DA PROPOSTA TÉCNICA. CONCORRÊNCIA Nº 020/13 – CPL

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Transportes do Estado do Piauí – SETRANS torna público e para conhecimento dos interessados, que dando prosseguimento a Licitação – Modalidade Concorrência nº 020/2013, comunica a V.Sa(s), que no dia 22 de abril de 2014 as 10:00 (dez) horas na SECRETARIA DE TRANSPORTES – SETRANS, com sede na Av. Pedro Freitas, s/nº - Centro Administrativo, Bloco G – térreo, será processada a abertura do envelope contendo as Propostas Técnicas. Teresina (PI), 15 de abril de 2014.

Francisca Juliana Castello Branco Evaristo de Paiva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ANTÔNIO AVELINO ROCHA DE NEIVA
Secretário de Transportes do Estado do Piauí

AVISO DE ABERTURA DA PROPOSTA TÉCNICA. TOMADA DE PREÇO Nº 001/14 – CPL

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Transportes do Estado do Piauí – SETRANS torna público e para conhecimento dos interessados, que dando prosseguimento a Licitação – Modalidade Tomada de Preço nº 001/2014, comunica a V.Sa(s), que no dia 22 de abril de 2014 as 09:00 (nove) horas na SECRETARIA DE TRANSPORTES – SETRANS, com sede na Av. Pedro Freitas, s/nº - Centro Administrativo, Bloco G – térreo, será processada a abertura do envelope contendo as Propostas Técnicas. Teresina (PI), 15 de abril de 2014.

Francisca Juliana Castello Branco Evaristo de Paiva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ANTÔNIO AVELINO ROCHA DE NEIVA
Secretário de Transportes do Estado do Piauí

Of. 352



ERRATA

Fica retificado o Extrato de Publicação de Registro Geral de nº XIII/2013- DLCA/SEAD/PI, referente ao Pregão Eletrônico de nº 032/12, que possui como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE TESTES PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DESTINADOS A TRIAGEM PRÉ-NATAL COM EQUIPAMENTO EM REGIME DE, anteriormente publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí de nº 70, de 14 de abril de 2014, páginas 16, na forma que se segue:

Onde se lê:

DOE	DATA		EXTRA TO	OBJETO	PREGÃO
	PUBLICAÇÃO	VIGÊNCIA			
71	17/04/13	16/04/13	XIII	REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE TESTES PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DESTINADOS A TRIAGEM PRÉ-NATAL COM EQUIPAMENTO EM REGIME DE CAMODATA	PE nº 032/12

Leia-se:

DOE	DATA		EXTRA TO	OBJETO	PREGÃO
	PUBLICAÇÃO	VIGÊNCIA			
71	17/04/13	16/04/14	XIII	REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE TESTES PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DESTINADOS A TRIAGEM PRÉ-NATAL COM EQUIPAMENTO EM REGIME DE CAMODATA	PE nº 032/12

Of. 550



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA - SEINFRA

ERRATA Nº 01

Ref. TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2014 - CPL

A Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 16.004/2014 – GS/SEINFRA, revendo o EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2014 - CPL, que tem por objeto contratação de empresa especializada para Execução dos Serviços de Consultoria junto aos órgãos competentes, para Homologação do Aeródromo Serra da Capivara, no município de São Raimundo Nonato-PI, constatou a necessidade de alterar o exigido no subitem 8.2.5 do respectivo Edital, onde está escrito “Comprovante de inscrição da empresa junto ao CREA e ANAC” - **leia-se “8.2.5 - Comprovante de inscrição da empresa junto ao CREA”**. As demais condições estabelecidas no Edital permanecem inalteradas, inclusive quanto a data e local para recebimento do envelopes documentação e propostas.

Teresina(PI), 15 de abril de 2014.

Irene Ferreira da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Of. 278



PUBLICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DE 2014



OR D	PROCES SO	CONTRA TO	PROCEDI MENTO	OBJETO / OBJETIVO	CONTRA TADO	VIGEN CIA	VALOR
01	537/2013	015/2014	Pregão Presencial nº 015/2014/HEMOPI/PI	Aquisição de Equipamentos	Khrys-Lab Comércio e Distribuidora Ltda	12 (doze) meses	31.477,64
02	1.026/2013	016/2014	Pregão Presencial nº 007/2013/HEMOPI/PI	Aquisição de Material de Limpeza	Ademir Rodrigues de Menezes	12 (doze) meses	1.960,00
03	1.026/2013	017/2014	Pregão Presencial nº 007/2013/HEMOPI/PI	Aquisição de Material de Limpeza	Comercial Everest Ltda	12 (doze) meses	1.799,00
04	1.277/2012	Termo Aditivo 01/14 referente ao Contrato nº 005/2013	Pregão Presencial nº 007/2012/UESPI/PI	Aquisição de Cartuchos e Toner	Comercial Everest Ltda	12 (doze) meses	233.701,50
05	402/2011	Termo Aditivo 01/14 referente ao Contrato nº 031/2011	Pregão Presencial nº 008/2010/CCEL/PI	Aquisição de Sacos de Lixo	Rava Embalagens Indústria e Comércio Ltda	-	1.291,00
06	023/2012	Termo Aditivo 01/14 referente ao Contrato nº 006/2012	Pregão Presencial nº 008/2012/CCEL/PI	Aquisição de Perfurocortante	Rava Embalagens Indústria e Comércio Ltda	12 (doze) meses	19.103,00
07	391/2012	Termo Aditivo 01/14 referente ao Contrato nº 027/2012	Pregão Presencial nº 010/2011/SEMA/PMT	Aluguel de Fotocopiadoras	Focus Comercio, Representações e Serviços Ltda.	12 (doze) meses	7.150,00
08	916/2011	Termo Aditivo 01/14 referente ao Contrato nº 019/2012	Pregão Presencial nº 001/2011/PMAB/PI	Aquisição de Material Medico Hospitalar	Remac Odontomédica Hospitalar Ltda	12 (doze) meses	538.743,63
09	309/2009	Termo Aditivo 01/14 referente ao Contrato nº 022/2009	Pregão nº 065/06/CEL/SEAD/PI	Fornecimento de Cartão Alimentação	Ticket Serviços S/A	12 (doze) meses	O mesmo do Contrato
10		Termo Aditivo 01/14 referente ao Contrato nº 010/2011	Pregão nº 006/2010-CCEL/PI	Prestação de Serviços para Gestão de Frota	Ticket Serviços S/A	12 (doze) meses	O mesmo do Contrato

ANTÔNIO LAGES ALVES
Diretor Geral do HEMOPI

Of. 093



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO - SESAPI
HOSPITAL REGIONAL EUSTAQUIO PORTELA - HREP

EXTRATO DE CONTRATO

Processo Administrativo: Nº 004/2014. **Modalidade:** Pregão Presencial nº 004/2014. **Objeto:** Aquisição de material de consumo de informática. **Recurso:** Orçamento geral. **Contratante:** HOSPITAL REGIONAL EUSTAQUIO PORTELA-HREP. **CONTRATADA:** RICARDO LUIS ALMEIDA DE SOUSA-ME. **VALOR:** R\$ 23.074,00. **PRAZO:** 12 meses. **ASSINATURA:** 28/02/2014. **Fundamentação legal:** Lei 8.666/93.

Valença do Piauí (PI), 31 de janeiro de 2014.

Antônio da Silva Gomes
Pregoeiro

EXTRATO DE CONTRATO

Processo Administrativo: Nº 008/2014. **Modalidade:** Pregão Presencial nº 008/2014. **Objeto:** Aquisição de material de limpeza e lavanderia hospitalar. **Recurso:** Orçamento geral. **Contratante:** HOSPITAL REGIONAL EUSTAQUIO PORTELA-HREP. **CONTRATADA:** R O CARVALHO DO NASCIMENTO-OTIMA DISTRIBUIDORA. **VALOR:** R\$ 176.396,32 (cento e setenta e seis trezentos e noventa e seis e trinta e dois centavos). **PRAZO:** 12 meses. **ASSINATURA:** 11/04/2014. **Fundamentação legal:** Lei 8.666/93.

Processo Administrativo: Nº 007/2014. **Modalidade:** Pregão Presencial nº 007/2014. **Objeto:** Aquisição de material de Construção. **Recurso:** Orçamento geral. **Contratante:** HOSPITAL REGIONAL EUSTAQUIO PORTELA-HREP. **CONTRATADA:** LOJAS CONSTRUFELTDA. **VALOR:** R\$ 80.600,00 (oitenta mil, e seiscentos reais). **PRAZO:** 12 meses. **ASSINATURA:** 11/04/2014. **Fundamentação legal:** Lei 8.666/93.

Processo Administrativo: Nº 007/2014. **Modalidade:** Pregão Presencial nº 007/2014. **Objeto:** Aquisição de material de Construção. **Recurso:** Orçamento geral. **Contratante:** HOSPITAL REGIONAL EUSTAQUIO PORTELA-HREP. **CONTRATADA:** IMELÃO LOPES ME. **VALOR:** R\$ 81.253,85 (oitenta e um mil duzentos e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos). **PRAZO:** 12 meses. **ASSINATURA:** 11/04/2014. **Fundamentação legal:** Lei 8.666/93.

Valença do Piauí (PI), 11 de Abril de 2014.

Antônio da Silva Gomes
Pregoeiro

Of. 037



Governo do Estado do Piauí
Instituto de Desenvolvimento do Piauí

IDEPI

CONCORRÊNCIA Nº 012/2014

A Coordenadoria de Licitações do Instituto de Desenvolvimento do Piauí – IDEPI avisa aos interessados que instaurou licitação, por meio do Edital da **Concorrência nº 012/2014**, que tem como objeto a reforma e ampliação da fundação Floriano Clube localizado na Sede do Município de Floriano /PI. Os interessados deverão entregar à Coordenadoria de Licitações, os documentos de habilitação e propostas, na sede do IDEPI à Rua Altos, 3541, Bairro Água Mineral, em Teresina – Piauí, às **08:00 horas do dia 19 de maio de 2014**. Tipo de licitação é o de Menor Preço, regime de empreitada por Preço UNITÁRIO. Os recursos financeiros para a despesa decorrente desta contratação correm por conta do Governo do Estado do Piauí, através do IDEPI. Classificação Orçamentária: **16208.17544211.347**; Natureza da Despesa: **4490.51 e FR-00**. O Edital, Minuta do Contrato, Projetos, Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, Especificações Técnicas, encontram-se à disposição dos interessados, na sala da Coordenadoria de Licitações do IDEPI, sito a Rua Altos, 3541, Água Mineral, em Teresina-PI, Fone: (0XX86)3214-1016 e e-mail: idepi09@yahoo.com.br, de segunda a sexta-feira, das 7:30 as 13:30 horas. O Edital e seus elementos constitutivos estarão disponíveis para consulta e aquisição. Publique-se.

Teresina (PI), 15 de abril de 2014.

Frederico Herbert Párgels de Sá
Coordenador de Licitações

Of. 037



EXTRATO DE CONTRATO

Contrato: Nº 03/2014

Contratante: Fundação CEPRO

Contratada: Servi-San vigilância e transporte de valores LTDA.

Objeto: prestação de serviço de auxiliar administrativo

Vigência: Por 01 (um) ano, a contar de 28/03/2014 a 28/03/2015.

Teresina, 28 de março de 2014.

Assinam: Magno Pires Alves Filho (Presidente da CEPRO), Marcelo de Carvalho Veras Fortes (Contratada) e Paulo Ivan da Silva Santo (Secretário Estadual de Administração do Estado do Piauí – Interveniente).

Of. 196



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
GABINETE DA REITORIA
DDI/DIPLAN



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00994/2014.

ATO: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2012.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI.

CONTRATADA: EMPRESA COMERCIAL EQUIP LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO: Prorrogação da vigência do Contrato nº 010/2012, passando a vigor por mais 12 (meses) a partir de 04 de abril de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO: Mantidas as demais cláusulas do contrato original. **DATA DA ASSINATURA:** 03/04/2014

SIGNATÁRIOS: NOUGA CARDOSO BATISTA, pela contratante e PAULO HERNANDEZ COUTO NORMANDO, pela contratada.

INFORMAÇÕES: DDI/FUESPI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03235/2014.

ATO: TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI.

CONTRATADO: PROFESSOR FRANCISCO SOARES DE SOUSA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CARGO: Obriga-se desempenhar as atividades de ensino, junto ao Campus CLÓVIS MOURA, no horário a ser estabelecido pela Direção de Curso, no total de T.P. 20H semanais de trabalho, conforme Edital PREG nº 019/2013 do processo seletivo simplificado, para exercer as funções de professor Especialista do quadro provisório de docentes desta IES.

CLÁUSULA QUARTA: DA REMUNERAÇÃO: A contratante pagará à contratada a remuneração mensal de R\$ 1.140,61 (hum mil, cento e quarenta reais e sessenta e um centavos), conforme Edital PREG nº 019/2013. **CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA:** De até 06 (seis) meses a partir da data da assinatura.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar nº 13/94, Art. 8º da Lei nº 5.309 de 17/07/2003. **SIGNATÁRIO:** Geraldo Eduardo da Luz Júnior, representante da PRAD. **DATA DA ASSINATURA:** 10/04/2014.

INFORMAÇÕES: PRAD/DST/FUESPI.

Of. 308



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2011-ADH/PI

CONTRATO: 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2011-ADH/PI

BASE LEGAL: Processos Administrativos nº AA.118.1.001419/12-ADH/PI e AA.002.1.012503/12-85. Pregão nº 012/2009. Liberação nº 112/2011

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste do valor do contrato 004/2011, cujo objeto é a locação de veículos, a título de aplicação de índice de correção ao contrato, bem como a ratificação da cláusula nona, nos termos do Despacho SEAD/NSCI nº 054/2013, de 19.12.2013 (Processo nº AA.002.1.002264/14-00) e do Parecer PGE/PLC nº 1773/13, de 23.12.2013 (Processo nº AA.002.1.002264/14-00).

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL – Fica alterada a cláusula nona, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA NONA: DA REVISÃO DE PREÇOS
7.2 – Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da assinatura do presente contrato, poderá o contratado fazer jus a revisão do valor contratual de acordo com a variação acumulada do IGP/M/FGV, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, respeitando o que dispõe a Lei Federal nº 8.666/1993”.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os efeitos financeiros da presente revisão incidem a partir de 11.02.2014, de acordo com o art.48, III, do Decreto Estadual nº 14.483/2011 e nos termos do Despacho SEAD/NSCI nº 054/2013, de 19.12.2013 (Processo nº AA.002.1.002264/14-00) e do Parecer PGE/PLC nº 1773/13, de 23.12.2013 (Processo nº AA.002.1.002264/14-00), fazendo a contratada jus ao pagamento das diferenças apuradas até a data deste termo.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O percentual a ser aplicado para o reajuste contratual é o apontado no Despacho SEAD/NSCI nº 054/2013, de 19.12.2013 (Processo nº AA.002.1.002264/14-00).

PARÁGRAFO TERCEIRO. Caso tenha havido alguma variação financeira no decurso do tempo, o cálculo das diferenças devidas deverá ser efetuado mês a mês.

PARTES:

Contratante: AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO PIAUÍ – ADH-PI, com sede e foro na cidade de Teresina, situada na Av. José dos Santos e Silva, 1155, Centro, inscrita no CNPJ (MF) nº 08.787.769/0001-03 neste ato representada por seu Diretor Geral, Gilberto Gomes de Medeiros.

Contratado: MIRANTE LOCADORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 10.669.508/0001-30, com sede na Av. Presidente Kennedy, nº 5780, Morros, Teresina/PI, representada neste ato por Cláudio Bezerra Costa.

DATADA ASSINATURA: 04 de Abril de 2014.

Teresina (PI), 11 de abril de 2014.

Gilberto Gomes de Medeiros.
Diretor Geral da ADH/PI

Of. 344



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SEAD
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS – DLCA

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2014 – DLCA/SEAD PROCESSO: Nº AA.002.1.001.001396/14 – 24 DLCA/SEAD

Em razão da análise de esclarecimentos e impugnações, fica suspenso o Pregão Eletrônico nº 13/2014, que possui como objeto, Registro de Preços para a aquisição de equipamentos de informática para os produtos do item financiável Tecnologia da Informação e Equipamentos de Informática previstos no projeto de modernização PMAE – GESTAO, com data da abertura das propostas anteriormente marcada para o dia 17.04.2014, até ulterior deliberação.

RAIMUNDO RODRIGUES JÚNIOR
PREGOEIRO – DLCA/SEAD

JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUSA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Of. 556



AVISO DE LICITAÇÃO ETP – 09/14 – CPL/AGESPISA EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 09/14 - CPL

Objeto- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PARA CONSTRUÇÃO DE ELEVATÓRIA E EMISSÁRIO PARA O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO CONJUNTO HABITACIONAL TANCREDO NEVES, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS- ZONAS UDESTE- TERESINA/PI.

Acha-se aberto na AGESPISA – Águas e Esgotos do Piauí S/A, no setor de Licitações, sito na Avenida Marechal Castelo Branco, nº 101-N - Cabral, 5º andar, Bloco “C”, o Edital de Tomada de Preços Nº 09/14 - CPL, com abertura dos envelopes, no dia 07 de Maio de 2014, às 09:00 horas, no endereço acima. O Edital em seu inteiro teor será entregue aos interessados diariamente, de segunda à sexta-feira, das 7:30 às 13:30 horas. O valor do Edital é de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**, para cobrir despesas com reprografia. Maiores informações pelo telefone (86) 3222-0043

Teresina, 14 de Abril de 2014.

Firmino Osório Pitombeira
Presidente da CPL

José Augusto de Carvalho Gonçalves Nunes.
Diretor Presidente.

Of. 534



GOVERNO DO PIAUÍ
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS
DE RODAGEM DO PIAUÍ - DER/PI



AVISO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 046/2013

O Diretor Geral do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ - DER/PI, torna público, para conhecimento dos interessados e para que surta os feitos legais pertinentes que homologou e adjudicou o certame licitatório referenciado, em que foi considerada vencedora a proposta de preço apresentada pela empresa PAC ENGENHARIA LTDA, no valor R\$ 16.985.722,84 (dezesesseis milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e vinte e dois reais e oitenta e quatro centavos), tudo conforme Relatório Final da CEL e Termo de Homologação constante do Processo Administrativo Nº 1916/20113.

Teresina(PI), 15 de abril de 2014

Engº Severo Maria Eulálio Filho
Diretor Geral - DER/PI

AVISO DE RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS DA CONCORRÊNCIA Nº 010/2014

O Presidente da Comissão Especial de Licitação do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Piauí - DER/PI, constituída pela Portaria Nº 017/2014, de 30 de janeiro de 2014, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado da licitação em tela, na forma exposta na Ata datada de 14 de abril de 2014, cuja classificação é a seguinte, após a análise das propostas de preços: 1º Lugar – TERRACON – TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA – Valor da Proposta – R\$ 7.666.749,28 (sete milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, setecentos e quarenta e nove reais e vinte e oito centavos); 2º Lugar – CONSTRUTORA DE OBRAS PROGRESSO LTDA – Valor da Proposta – R\$ 7.678.248,96 (sete milhões, seiscentos e setenta e oito mil, duzentos e quarenta e oito reais e noventa e seis centavos) e; 3º Lugar – MULTIPLA ENGENHARIA, INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA – R\$ 8.016.060,13 (oito milhões, dezesseis mil, sessenta reais e treze centavos). A ata e a proposta de preço apresentadas pela licitante, que consubstanciou a decisão acima prolatada, encontram-se à disposição das interessadas, no horário normal de expediente deste órgão, contando a partir da data da publicação o prazo para interposição de recurso administrativo.

Teresina, 14 de abril de 2014

Adv. Marcos Carvalho Portela Santos
Presidente da CEL/DER-PI

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 014/2014

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Piauí - DER/PI, torna público, para conhecimento dos interessados, em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto a Execução das Obras de Implantação e Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, da Rodovia PI – 214, da obra: Alargamento do Acesso a cidade de Esperantina – PI, no trecho: Anel Viário / Esperantina, com 1,595 km de extensão, o adiamento da data de abertura do certame referenciado para o dia 05 (cinco) de maio de 2014, às 10:00 (dez) horas, para que seja preenchida eletronicamente as informações desta licitação, em tempo hábil, no site do Tribunal de Contas do Estado (TCE), respeitando o art. 47 da Resolução TCE nº33/12, ampliando a área de competição (Art. 21, III e art. 21, §4 da Lei 8.666/93).

As empresas interessadas poderão obter o Edital de “Tomada de Preços”, demais elementos e informações, bem como consultar os documentos da licitação junto à Comissão Permanente de Licitação do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí – DER/PI, 2º andar do Edifício Sede, situado na Av. Frei Serafim, Nº 2492, Centro, em Teresina, Piauí, telefones: (86) 3216-5264; 3216-5265; 3216-5266 e fax: (86) 3221-1409. Para adquirir o Edital completo, trazer um CD gravável para cópia.

Teresina, 15 de abril de 2014.

Adv. Marcos Carvalho Portela Santos
Presidente da Comissão Permanente de Licitação/DER/PI

Visto:

Engº Severo Maria Eulálio Filho
Diretor Geral do DER/PI

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 017/2014

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Piauí - DER/PI, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar a licitação acima referenciada, na sala de licitação do edifício do DER/PI, no dia 05 (cinco) de maio de 2014, às 09:00 (nove) horas, de acordo com a Lei nº. 8666/93 e suas alterações para Execução das obras de Pavimentação em Areia Asfáltica Usinado a Quente (AAUQ) de diversas Ruas do município de Santo Inácio – PI, com uma área total de 16.793,54 m².

As empresas interessadas poderão obter o Edital de “Tomada de Preços”, demais elementos e informações, bem como consultar os documentos da licitação junto à Comissão Permanente de Licitação do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí – DER/PI, 2º andar do Edifício Sede, situado na Av. Frei Serafim, Nº 2492, Centro, em Teresina, Piauí, telefones: (86) 3216-5264; 3216-5265; 3216-5266 e fax: (86) 3221-1409. Para adquirir o Edital completo, trazer um CD gravável para cópia.

Teresina, 15 de abril de 2014.

Adv. Marcos Carvalho Portela Santos
Presidente da Comissão Permanente de Licitação/DER/PI

Visto:

Engº Severo Maria Eulálio Filho
Diretor Geral do DER/PI

Of. 075

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DOS MILAGRES – PI AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DOS MILAGRES – PI, através da CPL, realizará prosseguimento de licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL n. 011/2014**, do tipo **MENOR PREÇO E ADJUDICAÇÃO POR LOTE**, em 24/04/2014, às 09:00h, julgamento da classificação, lances e habilitação das firmas **MÁRCIO RICELLE ARAUJO CARVALHO, RECICLE EXPRESS IND & COM LTDA, RICARDO LUIS ALMEIDA SOUSA E BR INFORMATICA LTDA**, tendo como objeto a aquisição de material de informática. **TEL: 89-3469-1118.**

O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DOS MILAGRES – PI, através da CPL, realizará prosseguimento de licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL n. 012/2014**, do tipo **MENOR PREÇO E ADJUDICAÇÃO POR LOTE**, em 24/04/2014, às 09:00h, julgamento da classificação, lances e habilitação, tendo como objeto a aquisição de material de limpeza. **TEL: 89-3469-1118.**

Santa Cruz dos Milagres (PI), 15 de abril de 2014.

Domingos Vieira de Alencar
Pregoeiro

P.P. 16970



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES – PI AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SIMÕES – PI, através da CPL, torna público, que adiou a licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS n. 005/2014**, do tipo **MENOR PREÇO E ADJUDICAÇÃO GLOBAL (EMPREGADA GLOBAL)**, para 24/04/2014, às 11:30h, tendo como objeto a Prestação de serviços de construção de cobertura de quadra poliesportiva. **RECURSO:** Orçamento Geral/FNDE. **EDITAL:** Disponível na sede da Prefeitura na Rua João Raimundo de Oliveira, s/n, centro. **VALOR:** R\$ 243.103,77. **TEL.:** 89-34561434.

O MUNICÍPIO DE SIMÕES – PI, através da CPL, torna público, que adiou a licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS n. 006/2014**, do tipo **MENOR PREÇO E ADJUDICAÇÃO GLOBAL (EMPREGADA GLOBAL)**, para 24/04/2014, às 12:30h, tendo como objeto a Prestação de serviços de pavimentação em paralelepípedo. **RECURSO:** Orçamento Geral/CÓDEVASF. **EDITAL:** Disponível na sede da Prefeitura na Rua João Raimundo de Oliveira, s/n, centro. **VALOR:** R\$ 475.890,96. **TEL.:** 89-34561434.

Simões (PI), 14 de abril de 2014.

João Mairton Alves de Sousa
Presidente da Comissão de Licitação

P.P. 16966

ESTADO DO PIAUÍ PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DO PIAUÍ

AVISO DE LICITAÇÃO

ACOMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DO PIAUÍ, torna público que realizará abertura de Licitação na modalidade “TOMADA DE PREÇOS”, abaixo relacionada, de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, cujo edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 14 de abril de 2014, na sala da Comissão Permanente de Licitação, na Unidade Mista de Saúde de Palmeira do Piauí, na Praça NE LUZ, 322, centro (89) 3568 1193 e-mail pmpalmeiradopi@hotmail.com, bem como quaisquer outros esclarecimentos sobre esta Licitação.

EDITAL: TOMADA DE PREÇOS Nº 026/2014.
OBJETO: LOTE I MEDICAMENTOS DIVERSOS E FARMÁCIA BÁSICA, LOTE II MATERIAL HOSPITALAR.
DATA DE ABERTURA: 28 de abril 2014, às 09:00hs
FONTE: SUS, TRANSFERENCIADO ESTADO.
LOCAL DA ABERTURA: Sala da Comissão Permanente de Licitação do Hospital Municipal de Palmeira do Piauí.

Gardênia Pereira Lima
Presidente da CPL

P.P. 16967

MUNICÍPIO DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ Comissão de Licitação Aviso de Edital

Tomada de Preço n.º 018/2014 Proc. Adm. N.º 022/2014. Data de Recebimento de Documentação e Julgamento: 06/05/2014, às 10:00. Objeto: Fornecimento de pecos automotivas para reparo de veículos da Prefeitura.

Tomada de Preço n.º 019/2014 Proc. Adm. N.º 023/2014. Data de Recebimento de Documentação e Julgamento: 06/05/2014, às 09:00. Objeto: Fornecimento de material Esportivos. Edital e informações na Avenida 29 de Abril, 34, centro, Lagoa do Barro do Piauí/PI. Fone: (89) 3498-0063/0077.

Lagoa do Barro do Piauí/PI, 14 de Abril de 2014.
Paulo Raimundo de Sousa
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS DO PIAUÍ AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2014

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de construção do Mercado Público, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Cajazeiras do Piauí-PI. Data da Sessão: 02/05/2014 – Credenciamento e recebimento dos envelopes Proposta e documentação. Abertura das Propostas: 08:30 horas. Valor: R\$ 1.021.956,00 (hum milhão vinte e um mil novecentos e cinquenta e seis reais). Endereço: Rua Eliseu Ribeiro, nº 15, Centro – Cajazeiras do Piauí. Maiores informações poderão ser adquiridas junto ao Pregoeiro, no endereço acima citado, em dias úteis de segunda à sexta, de 08h00min às 12h00min.

Cajazeiras do Piauí (PI), 15 de Abril de 2014.
FRANCISCO TEIXEIRA LEAL JUNIOR
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU-PI AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2014

A Prefeitura Municipal de Anísio de Abreu-PI, realizará PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2014, Tipo: Menor Preço Regime de execução: Empreitada por Preço Mensal por item. **OBJETO:** Contratação de empresa para Locação de veículos p/sec. Mun. De Educação, Assistência Social e Saúde de Anísio de Abreu. Recursos: 15-Rec. Impostos p/MDE/ 00 - Ordinários Não Vinculados/25-FUNDEB-ODEB/50-Conv.c/ Educação/70-Rec. De outras transf.do Estado/PNATE Estadual/05-rec.Impostos p/ASPS/ 10- SUS/30-FMAS/35-FNAS. Abertura: 30/04/2014 às 10:00 h., na sede da Prefeitura, s/n Anísio de Abreu, Valor estimado R\$ 368.825,00 15/04/2014. Anísio de Abreu-PI, 15 de abril de 2014.

July Anny Honório de Figueiredo
Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2014

O Município de Altos – PI, através da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, torna público, para o conhecimento dos interessados que fará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS sob o Nº 001/2014, do Tipo MENOR PREÇO, sob o regime da EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, regida pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações. DATA DA ABERTURA: 02/05/2014, às 08h30min. OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para execução da Obra de Reforma Geral do Instituto de Saúde José Gil Barbosa na Cidade de Altos-PI. Maiores informações poderão ser adquiridas junto a CPL, no endereço acima citado, em dias úteis de segunda à sexta, de 08h00min às 13h00min.

Altos (PI), 14 de Abril de 2.014
JOSÉ HAMILTON LIMA SANTOS
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO PIAUÍ AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014

Processo Administrativo Nº 040/2014. OBJETO: contratação de serviços de confecção de próteses dentárias para Secretaria Municipal de Saúde de Ipiranga do Piauí-PI. FONTE DE RECURSOS: MS/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (LRPD). DO EDITAL: Poderá ser adquirido por qualquer empresa interessada, no Setor de Licitação. Obs: trazer consigo 01 CD ou 01 pen-drive para cópia. **RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS E DE DOCUMENTAÇÃO:** As 08:30h do dia 05/05/2014. LOCAL DOS EVENTOS, RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES: Setor de Licitação, na Praça Rosa Cortez, s/n - Centro - Fone: (89)-3440-1250.

Ipiranga do Piauí-PI, 15 de abril de 2014.
FRANCISCO GILSON DOS SANTOS
Pregoeiro

P.P. 16972

OUTROS

PARNAIBA SHOPPING LTDA CNPJ 15.417.836/0001-63, torna público que **recebeu** junto à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos-SEMAR-PI, **Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI), Outorga Preventiva e requereu Licença de Operação (LO) e Outorga de Uso** de 01(um) poço tubular na: Av. São Sebastião, 3429 Bairro Reis Veloso- Parnaíba-Pi município de Parnaíba-Pi. Bacia do Parnaíba Sub-Bacia Difusa do Litoral a reservar 27.156 m³/ano do poço: Latitude 02°54'30,46"S e Longitude 41°44'47,43" W, para fim consumo humano.

VENTOS DE SANTA JOANA II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. - Toma público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Mudança de Titularidade, de VENTOS DE SANTA JOANA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. para VENTOS DE SANTA JOANA II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., referente à Licença Prévia nº D000556/13 mantendo a denominação do empreendimento de Parque Eólico Ventos de Santa Joana II, com 30MW de potência, a ser instalado em área de 466,230 hectares, localizado na Serra dos Cláudios e Serra da Virgínia, no município de Simões/PI.

VENTOS DE SANTA JOANA VI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. - Toma público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Mudança de Titularidade, de VENTOS DE SANTA JOANA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. para VENTOS DE SANTA JOANA VI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., referente à Licença Prévia nº D000552/13

mantendo a denominação do empreendimento de Parque Eólico Ventos de Santa Joana VI, com 30MW de potência, a ser instalado em área de 331,410 hectares, localizado na Serra da Paz, no município de Simões/PI.

VENTOS DE SANTA JOANA VIII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. - Torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Mudança de Titularidade, de VENTOS DE SANTA JOANA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. para VENTOS DE SANTA JOANA VIII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., referente à Licença Prévia nº D000546/13 mantendo a denominação do empreendimento de Parque Eólico Ventos de Santa Joana VIII, com 30MW de potência, a ser instalado em área de 433,680 hectares, localizado na Serra da Virgínia, no município de Simões/PI.

VENTOS DE SANTA JOANA IX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. - Torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Mudança de Titularidade, de VENTOS DE SANTA JOANA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. para VENTOS DE SANTA JOANA IX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., referente à Licença Prévia nº D000558/13, mantendo a denominação do empreendimento de Parque Eólico Ventos de Santa Joana IX, com 29,6MW de potência, a ser instalado em área de 266,810 hectares, localizado na Será do Sebastião, no município de Marcolândia/PI.

VENTOS DE SANTA JOANA X ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. - Torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Mudança de Titularidade, de VENTOS DE SANTA JOANA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. para VENTOS DE SANTA JOANA X ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., referente à Licença Prévia nº D000559/13, mantendo a denominação do empreendimento de Parque Eólico Ventos de Santa Joana X, com 29,6 MW, a ser instalado em área de 351,310 hectares, localizado na Serra do Cícero Mundinho, no município de Marcolândia/PI.

VENTOS DE SANTA JOANA XI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. - Torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Mudança de Titularidade, de VENTOS DE SANTA JOANA XI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. para VENTOS DE SANTA JOANA XI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., referente à Prévia nº D000542/13, mantendo a denominação do empreendimento de Parque Eólico Ventos de Santa Joana XI, com 29,6 MW, a ser instalado em área de 185,200 hectares, localizado na Serra do Bom Jardim, Serra do Sebastião Silvestre, nos municípios de Marcolândia, Padre Marcos e Simões/PI.

VENTOS DE SANTA JOANA XII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. - Torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Mudança de Titularidade, de VENTOS DE SANTA JOANA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. para VENTOS DE SANTA JOANA XII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., referente à Licença Prévia nº D000550/13, mantendo a denominação do empreendimento de Parque Eólico Ventos de Santa Joana XII, com 28,9 MW, a ser instalado em área de 585,500 hectares, localizado na Serra do Bom Jardim, Serra do Sebastião Silvestre, nos municípios de Marcolândia e Simões/PI.

P.P. 16972



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

O Diretor Presidente da EMGERPI - Empresa de Gestão de Recurso do Estado do Piauí S.A., no uso da atribuição que lhe é conferida pela alínea “d” do Art.16 do Estatuto Social, convoca os acionistas para reunirem-se em Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no dia **22 de Abril do corrente** ano, às 10:00h (dez horas), na sede da EMGERPI, nesta cidade de Teresina, na Praça Marechal Deodoro, nº 774, Centro, em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, dois terços do capital com direito a voto para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Deliberar sobre a substituição do membro do Conselho de Administração, o titular da Secretaria de Estado da Administração, que ocupa o cargo de Presidente do Conselho;
2. Outros assuntos de interesse da companhia.

Teresina, 11 de abril de 2014.

Gilberto Antonio Neves Pereira da Silva
Diretor Presidente da EMGERPI

Of. 456
3 - 3

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

O Diretor Presidente da EMGERPI – Empresa de Gestão de Recursos do Piauí S.A., no uso da atribuição que lhe é conferida pela alínea “d” do Art. 16 do Estatuto Social, convoca os acionistas para reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se na sede da companhia, nesta cidade de Teresina, na Praça Marechal Deodoro, nº 774, em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, dois terços do capital com direito a voto, às 10h (dez horas) do dia 30 de abril do corrente ano, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

Como Assembléia Geral Ordinária:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2013;
2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido dos exercícios cujas demonstrações financeiras estarão em apreciação e sobre a distribuição de dividendos;
3. Eleger administradores e os membros do Conselho Fiscal;
4. Outros assuntos da competência da AGO e de interesse da sociedade.

Os documentos pertinentes à matéria a ser debatida, referidos no art. 133 da Lei nº 6.404/76, foram publicados no Jornal O Dia e no Diário Oficial do Estado em 25/03/2014 e estão à disposição dos acionistas a partir da primeira publicação deste aviso.

Teresina, 08 de abril de 2014.

Gilberto Antonio Neves Pereira da Silva
Diretor Presidente

Of. 455
3 - 3



ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A., CNPJ/MF nº 11.836.226/0001-43, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se na sede da empresa, situada na Rua Treze de Maio, nº 307, Centro/Norte, 8º andar, em Teresina(PI), no dia **28 de abril de 2014**, às **10 horas**, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício;
3. Eleger os Membros do Conselho de Administração;
4. Eleger os Membros do Conselho Fiscal.

Teresina(PI), 15 de abril de 2014

ANTÔNIO SILVANO ALENCAR DE ALMEIDA
Presidente do Conselho de Administração

OUVIDORIA: TELEFONE: 0800.086.0006
E.mail: ouvidoria@fomento.pi.gov.br

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A., CNPJ/MF nº 11.836.226/0001-43, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da empresa, situada na Rua Treze de Maio, nº 307, Centro/Norte, 8º andar, em Teresina(PI), no dia **28 de abril de 2014**, às **11 horas**, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:



1. Alteração do art. 13, § 1º, inciso III, do Estatuto Social da Agência;
2. Eleição do Presidente do Conselho Fiscal e de Administração;
3. Outros assuntos da competência da AGE e de interesse da empresa.

Teresina(PI), 15 de abril de 2014

ANTÔNIO SILVANO ALENCAR DE ALMEIDA
Presidente do Conselho de Administração

OUVIDORIA: TELEFONE: 0800.086.0006
E.mail: ouvidoria@fomento.pi.gov.br

Of. 048
3 - 2

ATADA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 2014 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI/SA – ZPE PARNAÍBA. NIRE Nº 22300008374. CNPJ/MF Nº 13.031.118/0001-29

1. DATA, HORA E LOCAL:

Em 04/04/2014, às 8:00h, no Escritório Teresina, localizada na Avenida João XXIII, 1316, sala 44, prédio do DNIT, bairro Noivos, Teresina (PI).

2. PRESENÇA:

Dois membros efetivos do Conselho de Administração, o terceiro membro efetivo, Manoel Arrey Oliver, justificou a ausência, pois estava em viagem internacional.

3. ORDEM DO DIA:

Deliberar sobre o pedido de afastamento do Senhor Mirocles Campos Veras Neto do cargo de Presidente da **Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba (PI) - ZPE-PARNAÍBA.**

4. DELIBERAÇÕES:

Após a leitura da Ordem do dia, o Presidente deu início aos trabalhos da segunda reunião extraordinária do Conselho de Administração da ZPE-PARNAÍBA (PI), no ano de 2014. Como primeiro e único item da Ordem do Dia, o Senhor Mirocles Campos Veras Neto comunicou aos demais Conselheiros que encaminhou expediente comunicando a necessidade de se afastar da Presidência da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba (PI) - ZPE PARNAÍBA, já que deverá exercer outro cargo no âmbito da Estrutura Administrativa do Estado do Piauí. No mais, agradeceu a todos a ajuda recebida no transcorrer do exercício da Presidência da ZPE Parnaíba. Por fim, o assunto em alusão foi levado à deliberação do Conselho, sendo aprovado o afastamento de Mirocles Campos Veras Neto da Presidência da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba (PI) - ZPE PARNAÍBA. Contudo, permanecendo no cargo de Presidente do Conselho de Administração.

CONCLUSÃO DOS TRABALHOS

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, em 05 (cinco) vias de igual teor que, após lida e achada conforme, vai assinada por todos os conselheiros.

Teresina (PI), 04 de abril de 2014.

Mirocles Campos Veras Neto
Presidente do Conselho de Administração

Luiz Gonzaga Paes Landim
Membro do Conselho de Administração

Of. 034

Ata da 1ª reunião ordinária do Conselho Regional de Economia da 22ª Região/PI, realizada em 08.01.2014, para posse de renovação de 1/3 (um terço) de conselheiros efetivos e suplentes, para o triênio de 2014-2016, eleição e posse de Presidente e Vice-Presidente do CORECON, para exercício de 2014.

Aos oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, às 17h30min, nesta cidade de Teresina, na rua Felix Pacheco, 1680, centro, reuniu-se o Plenário deste Conselho com as seguintes presenças: Conselheiros titulares Francisco José de Sousa, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, Clovis Francisco Ribeiro Raulino, José Manuel Monteiro Rosa Simões Moedas, Marclício de Sousa Machado; o conselheiro Suplente Raimundo Coelho de Oliveira Filho. Ausente a conselheira Elibabeth Soares Freitas Nunes. Presentes também os novos Conselheiros para posse eleitos em 28/10/2013: Pedro Andrade e Oliveira, Stefano Almeida Lopes e Valmir Martins Falcão Sobrinho, titulares, Edson Chaves Ferreira e Epifânia Rodrigues dos Santos, suplentes; e eu Maria do Espírito Santo G. de O. Silva, secretária dos trabalhos. Foi justificada a ausência do conselheiro

eleito Manoel Eduardo Boavista de Moraes Araújo, por motivo de doença. Assumiu a presidência dos trabalhos a Conselheira Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, na condição de decano, conforme § 3º do Art. 15 do Regimento Interno deste Regional. Constatando haver quorum, a presidente dos trabalhos declarou aberta à sessão na qual constava a seguinte pauta: **ORDEM DO DIA:** a) Posse dos novos Conselheiros eleitos no pleito realizado em 28.10.2013 para o triênio de 2014-2016; b) Eleição e Posse do Presidente e Vice-Presidente do CORECON/PI de 2014. Na sequência foram empossados como conselheiros efetivos os economistas: Pedro Andrade de Oliveira, Stefano Almeida Lopes e Valmir Martins Falcão Sobrinho, com mandato para o período 2014-2016, e como Conselheiros Suplentes Edson Chaves Ferreira e Epifânia Rodrigues dos Santos, com mandato para o período de 2014-2016. Os Economistas empossados receberam os respectivos certificados de conselheiros e assinaram a declaração de posse com o compromisso de bem e fielmente cumprirem as funções dos cargos, bem como dos deveres e responsabilidades pertinentes ao exercício de membros deste Conselho Regional de Economia contido na declaração de posse por eles assinados. Em seguida a presidente dos trabalhos deu por aberto o processo de eleição de Presidente e Vice-Presidente do CORECON/PI. Aberta a oportunidade para as inscrições dos nomes para Presidente e Vice-Presidente o Conselheiro Francisco Sousa lançou a candidatura da Conselheira Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, para Presidente e o seu nome para Vice-Presidente. Ambos concordaram. Não havendo manifestação de novas candidaturas, foram distribuídas as células eleitorais para a votação. Foi indicado o nome dos conselheiros Epifânia Rodrigues e Edson Chaves, como Mesários-Escrutinadores. Aberta a urna e efetuada a contagem das cédulas, apurou-se os seguintes números de votos: para Presidente 08 (oito) votos para a Conselheira Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e para. Vice-Presidente: 07 (sete) votos para o Conselheiro Francisco José de Sousa e 1 (um) voto nulo. Eleitos por unanimidade os respectivos economistas. Assumindo a presidência dos trabalhos o conselheiro Manuel Moedas declarou empossados para **Presidente, Econ. Teresinha de Jesus Ferreira da Silva** e para **Vice-Presidente, Econ. Francisco José de Sousa**, para o mandato de 2014. Na sequência foi facultada a palavra ao ex-presidente Francisco Sousa que apresentou seu relatório de gestão. Por fim a presidente Teresinha fez os agradecimentos ao ex-presidente Sousa pela indicação, falou da responsabilidade como presidente do corecon, deu um resumo do seu plano de trabalho para 2014, dentre suas metas estão: a melhoria na fiscalização do CORECON, a valorização do marketing do CORECON e o plano de comunicação. A mesma acrescentou que na próxima plenária apresentará o Plano de trabalho. Disse ainda que para executar as ações vai precisar da colaboração dos demais conselheiros. E, nada mais havendo a ser tratado, o presidente da sessão deu por encerrada a reunião, da qual eu, Maria do Espírito Santo G. O. Silva, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pelos conselheiros, pelo Presidente e Vice-Presidente do CORECON/PI, Teresina, 08/01/2014.

P.P. 16961

AAGESPISA – ÁGUAS E ESGOTO DO PIAUÍ S/A, CNPJ Nº 06.845.747/0001-27 COM SEDE AV. MARECHAL CASTELO BRANCO Nº 101 TERESINA – PI, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU A SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS – SEMAR, PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA (LP), LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI), PARA PERFURAÇÃO DE 02 (DOIS) POÇOS TUBULARES, BEM COMO PEDIDO DE OUTORGA PREVENTIVA, PARA CONSUMO HUMANO, CONFORME DISCRIMINAÇÃO A SEGUIR: POÇO 01 – RESIDENCIAL TERESINA SUL, LATITUDE (S) 05°12'37,1" - LONGITUDE (W) 42°45'41,0" VOLUME DE ÁGUA REQUERIDO 87.600M³/ANO. POÇO 02 – CONJUNTO NOVA TERESINA - REGIÃO DA PEDRAMOLE, LATITUDE (S) 05°00'17,7" - LONGITUDE (W) 42°47'52,9" - VOLUME DE ÁGUA REQUERIDO 87.600M³/ANO, AMBOS NA CIDADE DE TERESINA/PI, BACIA: PARNAÍBA - SUB-BACIA POTI.

AAGESPISA – ÁGUAS E ESGOTO DO PIAUÍ S/A, CNPJ Nº 06.845.747/0001-27 COM SEDE AV. MARECHAL CASTELO BRANCO Nº 101 TERESINA – PI, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU A SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS – SEMAR, PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA (LP), LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI), PARA PERFURAÇÃO DE 02 (DOIS) POÇOS TUBULARES, BEM COMO PEDIDO DE OUTORGA PREVENTIVA, PARA CONSUMO HUMANO, CONFORME DISCRIMINAÇÃO A SEGUIR: POÇO 01 – LATITUDE (S) 05°01'23,5" - LONGITUDE (W) 42°26'53,8". POÇO 02 – LATITUDE (S) 05°01'22,3" - LONGITUDE (W) 42°26'47,8" – AMBOS COM VOLUME DE ÁGUA REQUERIDO 43.800M³/ANO, LOCALIZADOS NA ETE – ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO – BAIRRO SIANA II, MUNICÍPIO DE ALTOS PIAUI, BACIA: PARNAÍBA - SUB-BACIA DO BAIXO PARNAÍBA.

A AGESPISA – ÁGUAS E ESGOTO DO PIAUÍS/A, CNPJ Nº 06.845.747/0001-27 COM SEDE AV. MARECHAL CASTELO BRANCO Nº 101 TERESINA – PI, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU À SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS – SEMAR, PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA (LP), LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI), PARA PERFURAÇÃO DE 01 (UM) POÇO TUBULAR, BEM COMO PEDIDO DE OUTORGA PREVENTIVA, PARA CONSUMO HUMANO, LOCALIDADE: ENGANO DE BAIXO, MUNICÍPIO DE LAGOA DO SÃO FRANCISCO PIAUÍ, LATITUDE (S) 04°20'32,5" -LONGITUDE (W) 41°34'30,8", VOLUME DE ÁGUA REQUERIDO 21.900M³/ANO, BACIA: PARNAÍBA - SUB-BACIA DO RIO LONGA.

A AGESPISA – ÁGUAS E ESGOTO DO PIAUÍS/A, CNPJ Nº 06.845.747/0001-27 COM SEDE AV. MARECHAL CASTELO BRANCO Nº 101 TERESINA – PI, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU À SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS – SEMAR, PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA (LP), LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI), PARA PERFURAÇÃO DE 02 (DOIS) POÇOS TUBULARES, BEM COMO PEDIDO DE OUTORGA PREVENTIVA, PARA CONSUMO HUMANO, CONFORME DISCRIMINAÇÃO A SEGUIR: POÇO 01 – LOCALIDADE BAIXA DA CARNAUBA, LATITUDE (S) 05°15'36,7" -LONGITUDE (W) 42°12'01,3", POÇO 02 – BAIRRO RECREIO, LATITUDE (S) 05°15'38,5" -LONGITUDE (W) 42°12'55,9" – AMBOS COM VOLUME DE ÁGUA REQUERIDO 43.800M³/ANO, LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE ALTO LONGA-PI, BACIA: PARNAÍBA - SUB-BACIA DO BAIXO PARNAÍBA.

P.P. 16963

VENTOS DE SANTA JOANA XIII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. - Torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Mudança de Titularidade, de VENTOS DE SANTA JOANA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. para VENTOS DE SANTA JOANA XIII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., referente à Licença Prévia nº D000549/13, mantendo a denominação do empreendimento de Parque Eólico Ventos de Santa Joana XIII, com 29,6 MW, a ser instalado em área de 243,840 hectares, localizado na Localidade Cabeça da Ladeira, no município de Marcolândia /PI.

VENTOS DE SANTA JOANA XIV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. - Torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Mudança de Titularidade, de VENTOS DE SANTA JOANA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. para VENTOS DE SANTA JOANA XIV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., referente à Licença Prévia nº D000548/13 mantendo a denominação do empreendimento de Parque Eólico Ventos de Santa Joana XIV, com 30MW de potência, a ser instalado em área de 351,250 hectares, localizado na Serra da Paz, no município de Simões/PI.

VENTOS DE SANTA JOANA XV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. - Torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Mudança de Titularidade, de VENTOS DE SANTA JOANA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. para VENTOS DE SANTA JOANA XV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., referente à Licença Prévia nº D000547/13, mantendo a denominação do empreendimento de Parque Eólico Ventos de Santa Joana XV, com 28,9 MW, a ser instalado em área de 456,590 hectares, localizado na Serra do Bom Jardim e Serra do Sebastião Silvestre, nos municípios de Marcolândia, Padre Marcos e Simões /PI.

VENTOS DE SANTA JOANA XVI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. - Torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Mudança de Titularidade, de VENTOS DE SANTA JOANA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. para VENTOS DE SANTA JOANA XVI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., referente à Licença Prévia nº D000545/13, mantendo a denominação do empreendimento de Parque Eólico Ventos de Santa Joana XVI, com 28,9 MW, a ser instalado em área de 432,360 hectares, localizado na Serra do Sebastião Silvestre, no município de Marcolândia /PI.

VENTOS DE SANTO ONOFRE I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. - Torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Mudança de Titularidade, de VENTOS DE SANTO ONOFRE ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. para VENTOS DE SANTO ONOFRE I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., referente à Licença Prévia nº D000537/13 mantendo a denominação do empreendimento de Parque Eólico Ventos de Santo Onofre I, com 30MW de potência, a ser instalado em área de 310,150 hectares, localizado na Serra dos Claudios, no município de Simões/PI.

VENTOS DE SANTO ONOFRE II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. - Torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Mudança de Titularidade, de VENTOS DE SANTO

ONOFRE ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. para VENTOS DE SANTO ONOFRE II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., referente à Licença Prévia nº D000543/13 mantendo a denominação do empreendimento de Parque Eólico Ventos de Santo Onofre II, com 30MW de potência, a ser instalado em área de 311,440 hectares, localizado na Serra Felix e Serra da Virginia, no município de Simões/PI.

VENTOS DE SANTO ONOFRE III ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. - Torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Mudança de Titularidade, de VENTOS DE SANTO ONOFRE ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. para VENTOS DE SANTO ONOFRE III ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., referente à Licença Prévia nº D000544/13 mantendo a denominação do empreendimento de Parque Eólico Ventos de Santo Onofre III, com 30MW de potência, a ser instalado em área de 199,470 hectares, localizado na Serra Felix e Serra dos Claudios, no município de Simões/PI.

CONSTRUTORA MÃE RAINHA LTDA, torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente (SEMMA) de Parnaíba-PI, a RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO 8662/11, para PARCELAMENTO DO SOLO-LOTÉAMENTO.

Foi determinado estudo de impacto ambiental e/ou não foi determinado estudo de impacto ambiental.

MANOEL SIMÃO DE LIMA CPF 061.236.828-90 - torna público que requereu junto à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos-SEMAR-PI, os pedidos de **Licença Operação (LO) e Outorga de Uso 01 (um) poço tubular** perfurado na localidade: **Loteamento Jardim Duas Barras/ Ema** município de **Sussuapara-PI**. Bacia do **PARNAÍBA** Canindé com vistas a reservar **65.700m³/ano** do poço: **Latitude 06°59'34,6"S e Longitude 41°21'01,3" W**, para **abastecimento humano**

P.P. 16972

A CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMAR, Declaração de Baixo Impacto Ambiental (DBIA) e Certidão de Cadastro de Uso de Recursos Hídricos (CCRH), para os poços tubulares das localidades abaixo relacionadas no – Volume requerido (descritos abaixo). Bacia – Rio Parnaíba. Finalidades do uso da água: **CONSUMO HUMANO E DESSEDENTAÇÃO ANIMAL.**

LOCALIDADE	LONG (UTM)	LATIT (UTM)	VOL.(m³/ano)	SUB-BACIA (RIO)
MUNICÍPIO – BARREIRAS DO PIAUÍ				
SANTA ROSA	447370,40 E	8900357,33N	7,929	GURGUÉIA
MUNICÍPIO – CAXINGÓ				
COCALINHO	195829,00 E	9622557,00 N	3,398	PIRANGI
GENIPAPO	195818,00 E	9626210,00 N	8,495	PIRANGI
MUNICÍPIO – ESPERANTINA				
BANGUÊS	799521,00 E	9562147,00 S	8,495	LONGÁ
LIBERATO	811441,00 E	9575017,00 S	5,664	LONGÁ
LAGOA DOS MACACOS	799098,00 E	9566999,00 S	6,230	LONGÁ
MUNICÍPIO – FRANCISCO SANTOS				
SERRA DOS MORROS	259237,00 E	9207521,00N	4,531	CANINDÉ
MUNICÍPIO – JAICÓS				
SANTANA I	259056,00 E	9181024,00 N	8,495	CANINDÉ
MUNICÍPIO – NAZÁRIA				
PQ. SANTA JOANA	743043,00 E	9408628,00 N	74,759	BX. PARNAÍBA
PAIOL	744762,00 E	9407065,00 N	31,150	BX. PARNAÍBA
MUNICÍPIO – SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE				
LAGOINHA	800342,00 E	9347200,00 N	5,097	CANINDÉ

P.P. 16969



CONSTRUMAX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ: Nº 05.619.581/0001-68. Situada a Rua São Francisco nº 5780 Bairro Parque Poty, torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a RENOVAÇÃO DE LICENÇA OPERACIONAL, para EXTRAÇÃO MINERAL (DIABÁSICO) NO MUNICÍPIO DE MONSENHOR GIL PIAUÍ.

P.P. 16968

CERÂMICA CARAJÁS LTDA, empresa brasileira, sediada no km 07 da estrada Teresina/David Caldas-Santa Maria da CODIPE-Teresina-PI, com C.N.P.J nº 06.853.527/0001-45, torna público que requereu junto a SEMAM-SDU/Norte, a renovação da Licença de Operação nº 281/2013, referente a Operação de uma indústria de cerâmica vermelha, no município de Teresina-PI

P.P. 16964

MANOEL SIMÃO DE LIMA torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a LICENÇA PRÉVIA, para LOTEAMENTO PARA FINS RESIDENCIAIS NA LOCALIDADE DENOMINADA TAMBORIL II, MUNICÍPIO DE SUSSUAPARA (PI). Sendo necessário estudo de impacto ambiental.

RITA DE CÁSSIA MOREIRA VASCONCELOS FERREIRA torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a DECLARAÇÃO DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL, para DESMATAMENTO DE 149,28 há NA LOCALIDADE DENOMINADA SÍTIO ODILÂNDIA – COVA DONGA – PIO IX (PI). Não sendo necessário estudo de impacto ambiental.

P.P. 16962



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A administração da Companhia Energética do Piauí tem a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas com parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referente ao exercício social findos em 31 de dezembro de 2013. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, as quais a Diretoria Executiva sentir-se-á honrada em prestar os esclarecimentos adicionais julgados necessários.

No exercício de 2013, em continuidade ao Plano Estratégico 2010-2020 e aos objetivos estratégicos empresariais, definidos no modelo de gestão estabelecido para as Empresas de Distribuição da Eletrobrás, foi realizada a revisão do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE para o triênio 2014-2017. E definido o plano Diretor de Negócios 2013-2017 dando prosseguimento a implantação das práticas de governança corporativa, com foco na competitividade empresarial, sendo dada prioridades às ações que visaram:

- Melhoria da estrutura de capital, com foco na redução das despesas financeiras;
- Prosseguimento na implantação da nova estrutura organizacional aderente à política da redução dos custos operacionais.
- Gerenciamento centralizado da compra de materiais, com sensíveis reduções nos valores dos materiais adquiridos;
- Parceria com o Banco Mundial em projetos de infraestrutura, melhorias operacionais e combate às perdas de energia elétrica;
- Programa Luz para Todos com índices superiores a meta estabelecida;
- Combate à inadimplência, com foco na diminuição do estoque dos débitos em atraso;
- Melhoria dos indicadores operacionais de continuidade.

O maior desafio da Companhia para o próximo exercício ainda será o cumprimento do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, concentrando esforços na melhoria dos serviços prestados

aos clientes, com disciplina financeira e técnico-operacional, de modo a honrar os compromissos com os consumidores, acionistas, clientes e fornecedores, visando manter a taxa média de crescimento do fornecimento de energia elétrica superior a média nacional.

A Companhia também precisa conquistar o seu equilíbrio econômico-financeiro e, melhorar a capacidade de investimento na expansão e manutenção do sistema elétrico, de forma a garantir sustentação do negócio distribuição, alcançando os níveis de rentabilidade e qualidade, definidos pela agência reguladora - ANEEL.

2. APRESENTAÇÃO

O Relatório que ora apresentamos, demonstra um crescimento de 6,6% do mercado de energia em relação ao valor verificado no ano de 2012, 3,1% superior crescimento nacional que foi de 3,5 % no mesmo exercício, com destaque para o desempenho das classes Iluminação Pública, Residencial, Comercial, sendo as duas primeiras classes as que mais cresceram no exercício, mas os dois últimos segmentos ainda respondem por 73% da energia consumida no Estado.

Nos últimos anos a Companhia vem elevando seus níveis de investimento, alcançando em 2013 o valor de R\$ 207.085 mil, e um montante acumulado nos últimos 4 anos de R\$ 1.097.624 mil, o que tem possibilitado a empresa evoluir na busca de suprir as deficiências históricas na rede de distribuição de energia elétrica e principalmente, criar condições de atender ao crescente do mercado.

O Programa Luz para Todos, busca atingir a meta pactuada no termo de Compromisso assinado com o Ministério de Minas e Energia - MME, Governo Estadual e Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, de 149.600 ligações. Em 2013 foram ligados 9.587 novos domicílios rurais, superando em 19,83% a meta do exercício, que fora de 8.000 novas ligações, acumulando 142.000 ligações durante a execução do Programa Luz Para Todos, o que representa 94,92% da meta para universalização do atendimento rural no Estado do Piauí.

No que diz respeito à qualidade do serviço prestado à população, o desempenho da distribuidora, quanto à continuidade do serviço prestado, aferido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com base em indicadores específicos, o DEC (número de horas que em média cada cliente fica sem energia) encerrou o ano com 12,8% de redução em relação a 2012, ao reduzir de 34,16 para 29,78 horas. O FEC (número de vezes que em média cada cliente fica sem energia) também apresentou melhoria, passando de 26,08 para 23,34 vezes, com 10,5% de redução.

Destaca-se ainda nesse contexto a edição da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, que trata da prorrogação das concessões do serviço de energia elétrica de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço, a modicidade tarifária e o atendimento a critérios de racionalidade operacional e econômica.

A Companhia alcançou em 2013, o melhor desempenho no indicador Taxa de Arrecadação Financeira – TAF, com uma arrecadação de R\$ 1.135.968 mil, representando 100,2% do faturamento, o aumento de 4,9% em relação a 2012, refletindo no firme propósito da empresa em concentrar os esforços na redução da inadimplência.

3. AMBIENTE ECONÔMICO DA ÁREA DE CONCESSÃO E PERFIL DA COMPANHIA

Cenários Econômicos e Perspectivas

O Estado do Piauí é constituído por 224 municípios, abrangendo uma área de 251.529 km², que corresponde 16% da região Nordeste, com mais de 3 milhões de habitantes, e uma densidade demográfica inferior a 15 habitantes por km², o que aumenta nosso desafio em cumprir as metas do Programa de Universalização de Energia.

Os últimos dados do IBGE mostram que a soma das riquezas do estado em 2013 cresceu 6,1%, o dobro da média nacional que no mesmo período foi 2,7%, as projeções demonstram uma evolução que aponta para um PIB de R\$30 bilhões em 2013.

É importante destacar que o Piauí, tradicionalmente com uma economia baseada em serviços vê crescer a indústria dando ao setor uma participação de 18,42% das riquezas do estado. O crescimento do PIB Piauiense revela uma nova dinâmica Industrial que é resultado do estímulo ao setor privado, confirmando a importância de investimento em obras estruturante.

As grandes mudanças na infraestrutura dos cerrados estão atraindo importantes investimentos e não apenas para a plantação e beneficiamento de grãos, mas em unidades industriais. O potencial industrial do Piauí desperta interesse para outras regiões do estado, em especial para o entorno de Teresina.

Um dos setores que mais despertam o interesse dos empreendedores é a geração de energia limpa. Nesse campo o Piauí tem as maiores possibilidades do País, tanto no setor de energia eólica como no de fotovoltaica (solar). As projeções de investimento somam mais de 8,5 bilhões, em cinco projetos já aprovados e em andamento.

Esses investimentos colocam o estado como um dos mais atrativos para a produção de energias limpas. Os 5 projetos que começam a se tornar realidade vão ampliar o suporte energético em mais de 2.106 MW. A Omega Energia, no litoral piauiense, vai aportar 130 MW, já em construção, com um investimento de aproximadamente R\$ 250 milhões.

Dos outros projetos o maior de todos é o da Casa dos Ventos, Chapada do Araripe, região de Simões, que vai produzir 960 MW a partir de um investimento de R\$ 4 bilhões. Também na Chapada do Araripe, está o projeto da Queiroz Galvão Energia, de R\$ 1,6 bilhão e potência de 416 MW. Já em Lagoa do Barro e Queimada Nova, fica o Atlantic Energia que produzirá 400 MW, com um investimento de R\$ 1,5 bilhão. Por fim, em São João do Piauí está a Vensolbrás, que resultará em um investimento de R\$ 1,2 bilhão e potência de 200 MW. Com todo esse investimento o estado do Piauí não apenas será superavitário, como também passará a exportar energia.

Perfil da Companhia

A Companhia Energética do Piauí, concessionária de serviço público de energia elétrica, é uma sociedade de economia mista de capital fechado, constituída pela Lei estadual nº 1.948, de 1º de dezembro de 1959, posteriormente modificada pela Lei estadual nº 4.126, de 30 de julho de 1987, controlada pelas centrais elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás, tendo como objetivo explorar os serviços de distribuição de energia elétrica no Estado do Piauí, conforme o respectivo contrato de concessão nº 04/2001, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 12/02/2001, com vigência até 07 de julho de 2015.

O sistema elétrico da Companhia é constituído, atualmente, de **12.717** km de linhas de alta e média tensão, (138 kV, 34,5 kV e 69 kV), **81** subestações, totalizando 1.252 MVA de potência instalada. A distribuição de média e baixa tensão, conta com 73.553 km de redes, deste total 80% atende a zona rural, o número de transformadores de distribuição no final do exercício era de 50.323 unidades, atendendo a 1.102 mil unidades consumidoras.

4. PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

Planejamento Estratégico

O Planejamento estratégico da Companhia é o desdobramento do plano de negócio da distribuição, esse por sua vez está alinhado ao plano estratégico do sistema Eletrobras, e tem como produto os indicadores do Contrato de Metas de Desempenho empresarial- CMDE, objetivos e projetos/ações estratégicas, dimensionados da seguinte forma:

- Planejamento estratégico corporativo- tem como objetivo proporcionar sinergia entre as Empresas de Distribuição;
- Planejamento local- visa melhorar os processos e os resultados do CMDE;
- Gestão da rotina das áreas- o objetivo é monitorar mensalmente os resultados do CMDE e da rotina das áreas e propor ajustes no rumo das ações.

Visando conquistar até 2014, a sustentabilidade do negócio, alcançando os níveis de rentabilidade de qualidade definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL acreditamos no foco em resultados, empreendedorismo e inovação, valorização

e comprometimento das pessoas, ética e transparência e buscamos melhorar o desempenho econômico-financeiro, melhorar a qualidade do serviço e o atendimento aos clientes e aumentar o nível histórico de realizações dos investimentos.

Contrato de Melhoria de Desempenho Empresarial - CMDE

O Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE Visa atender aos objetivos estratégicos e as novas regras de governança corporativa do Sistema Eletrobras.

Em 22 de outubro de 2013, foi aprovado por meio da Resolução de Diretoria Executiva N.º 126/2013, o Terceiro Termo Aditivo ao referido instrumento, o qual atualizou os indicadores em face das mudanças provenientes da nova realidade do Setor Elétrico Brasileiro decorrente da Lei 12.783/2013 para o período de 2013 a 2017.

De acordo com a revisão do CMDE e seguindo as orientações estratégicas foram determinadas as seguintes diretrizes:

- Reduzir gastos com PMSO em relação à receita operacional líquida;
- Manter a dívida líquida em níveis compatíveis com a geração de caixa operacional;
- Aumentar a rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido;
- Aumentar o nível histórico de realização dos investimentos;
- Aumentar o desempenho econômico segundo padrões de mercado;
- Aumentar o índice de satisfação dos consumidores;
- Reduzir a Duração Equivalente de Interrupção do Cliente - DEC;
- Reduzir a Frequência Equivalente de Interrupção do Cliente - FEC;
- Reduzir o nível de perdas totais;
- Reduzir a inadimplência (INAD) dos consumidores;
- Obter um nível mínimo de satisfação dos colaboradores.

No quarto exercício do 1º ciclo do CMDE, as metas de desempenho para os indicadores econômico-financeiro, operacionais e socioambientais, que integraram o painel corporativo da Companhia em 2013 foram:

Indicadores	Metas	
Econômico-Financeiro	Pms/Rol,	45,6
	Dívida Líquida	766,6
	Lucro Líquido	-70,28
	Investimento	90
	Ebitda Margem	6,2
Operacionais	Perdas	24,64
	Dec	25,9
	Fec	21,4
	Inad	21,5
Socioambientais	ISC- Índice de Satisfação dos Colaboradores,	66,0%

O conceito e forma de cálculo desses indicadores foram definidos no plano de negócios da distribuição, o resultado obtido representa o IPM (Índice de Performance em relação às metas) corporativo.

Gestão Estratégica

Utilizando a metodologia PDCA - Plan Do Check Act (planejamento execução verificação ação) de gerenciamento. O monitoramento dos resultados da gestão em 2013 foi realizado mensalmente através de três itens de verificação:

- AGE - Avaliação da Gestão Estratégica mede a aplicação do modelo de gestão;
- IPM - Índice de Performance em Relação às Metas, confere a performance da área em relação às metas;
- DGA - Estabelece o Desempenho Geral da Área.

Durante todo ciclo os resultados foram avaliados a nível tanto corporativo, indicadores e metas do CMDE, quanto ao nível de unidades administrativas, gestão da rotina das áreas, discutidos no comitê de gestão e apresentados em reunião de diretoria, fazendo-se reflexão e correção dos planos de ação dos indicadores com resultado inferior a meta estabelecida. Nesse ciclo a meta foi 64 para todos os itens. O IPM da empresa é calculado pelos indicadores do CMDE e representa 20% na composição do DGA das unidades administrativas, a AGE e o DGA corporativo foram medidos pela média dos resultados das áreas.

Desempenho Empresarial

A capacidade da empresa em cumprir as metas e viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos nesse segundo ciclo do novo modelo de gestão, está demonstrada no quadro e gráfico abaixo:



Item	Indicador	Unidade	Sentido	Meta		Realizado
				2013	DEZ	
1	PMSO	%	↓	45,6	45,6	71,8
2	Divida Líquida	R\$ 1.000	↓	766,58	766,58	772,12
3	Lucro Líquido	R\$	↑	-70,28	-70,28	-427,9
4	Invest.Realizado/Invest. Aprovado	%	↑	90	90	79,4
5	Margem	%	↑	6,2	6,2	-10
6	Perdas	%	↓	24,64	24,64	29,9
7	INAD	%	↓	21,5	21,5	20,1
8	DEC	H	↓	25,9	25,9	30,54
9	FEC	Nº Ocorrências	↓	21,4	21,4	24,03

Na mesma data foi publicado o Decreto nº 7.891, especificando quais os descontos a serem custeados pela CDE. Nesse mesmo decreto foi estipulado que o cálculo da Revisão Tarifária Extraordinária deveria retirar os descontos das tarifas.

Desta forma no ano de 2013, considerando o acima exposto, a empresa teve uma Revisão Tarifária Extraordinária e uma Revisão Tarifária Periódica com os seguintes reflexos:

• Reajuste Tarifário Extraordinário

A revisão extraordinária das tarifas de distribuição foi a etapa que deu eficácia às medidas de redução de custo da energia elétrica de que trata a Medida Provisória nº 579 e o Decreto 7.805.

Como se trata de ato extraordinário e concentrado no tempo, o procedimento de cálculo seguiu um rito específico, destinado a capturar, exclusivamente, os efeitos da alocação inicial de cotas de garantia física de energia e de potência, da redução nos custos de transmissão e nos encargos setoriais, conforme estipulado na Resolução Normativa nº 521, da ANEEL, além de agregar os comandos supervenientes de retirada dos descontos da estrutura tarifária e subvenção para equilíbrio na redução tarifária.

O cálculo da revisão foi realizado por meio da atribuição de nova cobertura tarifária para os itens de compra de energia, os encargos, os custos de transmissão e o eventual uso de sistemas de distribuição aplicados ao processo tarifário de 2012. Isto promoveu uma redução de 18% na tarifa do consumidor residencial B1.

• Reajuste Tarifário Periódico

O Contrato de concessão nº 04/2001, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Eletrobras Distribuição Piauí, define a data de 28/8/2013, para a realização da terceira revisão tarifária periódica.

As metodologias aplicáveis ao 3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP são definidas nos Módulos 2 e 7 do PRORET, que tratam, respectivamente, do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável.

Em 27 de agosto de 2013 a Diretoria da ANEEL, através da Resolução Normativa nº 1.605/2013, homologou as novas tarifas da empresa. O reposicionamento tarifário calculado foi de **-12,59%**. Ao reposicionamento tarifário foram adicionados os componentes financeiros, que corresponderam a **3,88%**. Finalmente, foram considerados os componentes financeiros incluídos no reajuste tarifário anterior, correspondentes a **0,17%** da receita. Essas movimentações tarifárias combinadas resultam no efeito médio percebido pelos consumidores **-8,55%**.

A tabela a seguir sintetiza o efeito médio por subgrupo/classe tarifária:

Tabela - Efeito médio por subgrupo tarifário

Grupo	Efeito Médio
Alta Tensão (a partir de 2,3kV)	-4,30%
Baixa Tensão (inferior a 2,3kV)	-9,61%
Total	-8,55%

Índice de Reajuste Tarifário - IRT

Em agosto de 2013, a ANEEL procedeu com a Revisão Tarifária Periódica. Essa revisão visa o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar aos consumidores os ganhos de produtividade da concessionária.

O processo de Revisão Tarifária Periódica da Companhia iniciou-se por meio do Ofício 23/2013 SRE/SFE da ANEEL e consolidado pela carta CTA 035/2013, datada de 09 de abril de 2013, mediante a apresentação da Proposta de Reajuste das Tarifas de Energia Elétrica pela Companhia a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O Reajuste Tarifário Anual foi homologado mediante a Resolução ANEEL nº 1.605, de 27 de agosto de 2013, com vigência a partir de 28 de agosto de 2013, com reajuste médio de -8,55%.

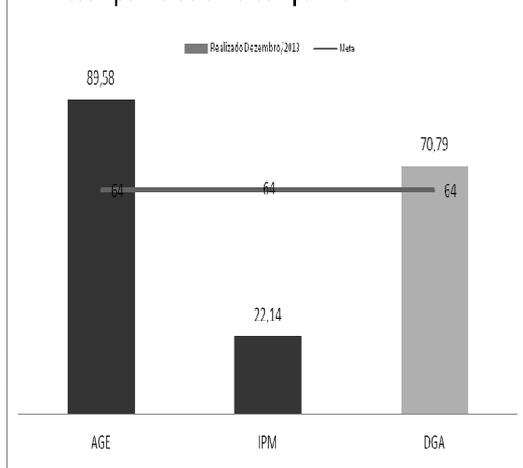
Pesquisa & Desenvolvimento

A Companhia em 2013, deu continuidade a projetos de Pesquisa & Desenvolvimento - P&D, oriundos da chamada pública de 2010 da Eletrobras, desembolsando um total de R\$ 2.154 mil, nos seguintes projetos:

1- **Projeto P&D** - "Desenvolvimento de modelo referência para empresas de distribuição, fundamentado na experimentação de aplicações de conjunto de tecnologia SmartGrid" - projeto piloto que está sendo implantado em Parintins-AM de forma cooperada ente as seis empresas de distribuição da Eletrobras - EDEs. O objetivo do projeto é testar

tecnologias ligadas à rede inteligente em outras regiões do Brasil, bem como fornecer subsídio à melhoria das lacunas regulatórias ligadas ao tema, além do que trás consigo componentes de combate às perdas não técnicas e de envolvimento do consumidor como elemento ativo na prestação dos serviços de energia elétrica. Coube a Companhia dois contratos, o primeiro com a Universidade Estadual do Amazonas - UEA/MURAKI e o segundo, com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC Rio, ambos com duração de 24 meses, com um valor global de R\$ 1.437 mil. Os serviços contratados estão em pleno andamento, e neste ano houve um desembolso total de R\$ 1.027 mil.

Desempenho Geral da Companhia



5. AMBIENTE REGULATÓRIO DA CONCESSÃO

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado do Piauí mediante o contrato de concessão nº 04/2001-ANEEL, de 12 de fevereiro de 2001, e os respectivos termos aditivos decorrentes.

Como concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, a Companhia está sujeita às exigências estabelecidas em seu contrato de concessão e às normas definidas pela ANEEL.

A Companhia mantém uma Diretoria de Assuntos Regulatórios e Projetos Especiais, para estreitar o relacionamento com o órgão regulador, acompanhando de forma permanente os aspectos que podem interferir na continuidade do seu contrato de concessão.

Todas as mudanças na estrutura regulatória do setor energético brasileiro são acompanhadas, na busca de evitar multas ou não conformidades, aspecto considerado estratégico para a valorização da Companhia no setor elétrico, junto à sociedade e demais órgãos governamentais.

Em 11 de setembro de 2012 foi editada pelo Governo Federal a Medida Provisória - MP nº 579, dispoendo sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária. Em 11 de janeiro de 2013 a Medida Provisória nº 579 foi convertida na Lei nº 12.783, sem, contudo, alterar os fundamentos da revisão extraordinária das tarifas de distribuição. Dessa maneira, a conversão não invalidou a aplicação da Resolução Normativa ANEEL nº 521/2012.

Em 14 de setembro de 2012 foi editado o Decreto nº 7.805, regulamentando as condições para prorrogação e a antecipação dos efeitos dessa prorrogação às tarifas dos consumidores finais. Nesse Decreto foram estabelecidas competências à ANEEL para realizar, até 5 de fevereiro de 2013, a revisão extraordinária das tarifas de distribuição contemplando o efeito da distribuição das cotas e da redução no custo dos encargos setoriais e de uso dos sistemas de transmissão.

Em 24 de janeiro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 605, que definiu a cobertura dos descontos tarifários via repasse da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, além de estipular a criação de uma subvenção para alcance do equilíbrio na redução tarifária. Equilíbrio esse que deve respeitar o mesmo critério utilizado na alocação inicial das cotas de garantia física de energia e de potência, ou seja, deve observar a queda na tarifa B1 - residencial, conforme definido na Resolução Normativa ANEEL nº 521

2- **Projeto P&D** – “Metodologia para cálculo e gerenciamento de perdas em redes de distribuição de energia elétrica” – este consiste em desenvolver softwares apropriados para cálculo e gerenciamento de perdas em redes de distribuição da Companhia, capaz de identificar perdas comerciais por segmentos via cálculo preciso das perdas técnicas e reconhecimento de padrões. Este cálculo é feito via fluxo de carga generalizado para redes de média e baixa tensão juntas, e não apenas na média tensão como usual, inovação que dará mais precisão na determinação das perdas comerciais. Este projeto está sendo executado pela Fundação de Desenvolvimento da Universidade Estadual de Campinas – FUNCAMP, pela própria UNICAMP e o Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - LACTEC, através do contrato nº 017/2012 com duração de 30 meses; no valor de R\$ 1.336 mil. Este contrato teve início em julho de 2012 e foi gasto R\$ 281 mil, tendo previsão de término em dezembro de 2014;

3- **Projeto P&D** – “Afundamentos de Tensão no Sistema Elétrico de Concessionárias, com Medições, Avaliação Estatística” – cujo objeto é o desenvolvimento de uma metodologia e a implementação de softwares visando à efetiva avaliação das amplitudes, durações dos afundamentos de tensão e determinação da suportabilidade dos equipamentos e cargas dos consumidores da Companhia Energética do Piauí e Roraima, proporcionando melhorias na qualidade do suprimento de energia elétrica. O contrato Nº 080/2012 no valor R\$ 353 mil, está sendo executado pela Fundação Escola Politécnico da Universidade Federal da Bahia – FEP e teve início em agosto de 2012 com duração de 24 meses. O custo desse contrato em 2012 foi R\$ 110 mil, o restante do mesmo será pago pela Eletrobras distribuição Roraima.

4- **Projeto P&D** – “Sistema da gestão da energia elétrica baseado em indicadores de eficiência energética” – Este projeto consiste no desenvolvimento de uma metodologia de gestão energética baseada em indicadores de eficiência energética e MCDA (“Multi-Criteria Decision Analysis”). Adicionalmente, será desenvolvido um software em plataforma COM (“Corporate Performance Management”) para acesso de clientes e técnicos de eficiência energética da concessionária, assim como um projeto piloto em escolas públicas de Teresina (PI). O principal produto do projeto é informar ao consumidor sobre uso racional da energia e subsidiar uma análise da eficiência energética global da instalação. O contrato nº 081/2012, o valor total de R\$ 862 mil, está em plena execução pelo LACTEC, iniciado em setembro de 2012 com duração de 24 meses, sendo que em 2013 os custos com o referido projeto foram de R\$ 244 mil.

5- **Projeto P&D** – “Compensação de Energia Reativa e Harmônicos para a melhoria da Eficiência Energética em Redes de Distribuição” – com o fim de desenvolver um protótipo de Filtro Ativo Híbrido (FAH) para Sistemas de Distribuição (SD) em BT, cujo objetivo é de compensar reativos e harmônicos da carga, melhorando a qualidade da energia fornecida. O Contrato nº 137/2012 iniciou em setembro de 2012, está em plena execução pela Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura – FCPC e Universidade Federal do Ceará – UFC, com duração de 30 meses, valor total de R\$ 782 mil e previsão de término em março de 2015.

6- **Projeto P&D** – “Líquido da casca de castanha de caju para construção de poste- LCC”- com o fim de desenvolver um poste de concreto, onde a argamassa será aditivada com resina fenólica obtida a partir do líquido da castanha de caju (LCC), aumentando a sua resistência e vida útil. O contrato nº 221/2012 assinado com a FADEX- Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa Ensino e Extensão/UFPI, sendo investido R\$ 160 mil em 2013.

7- **Projeto P&D** – “Previsão de Mercado de Leilões”- Com o objetivo de desenvolver de ferramenta de suporte à definição de estratégia de contratação de energia nos leilões de energia. Assinado contrato nº 227/2012 com o Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (LACTEC) sendo investido R\$ 160 mil em 2013.

Destacamos também ao projeto de P&D estratégico da ANEEL, do qual participam 37 empresas associadas à ABRADDEE, sendo a Companhia Energética do Piauí uma delas:

8- **Projeto P&D** – “Plano de Gestão Anual P&D 2013” – Este projeto é com- trolado por ODS- Ordem de Serviço, onde foi apurado um gasto em 2013 de R\$ 1 mil, sendo que o mesmo se encerra em março de 2014.

Eficiência Energética

A Companhia Energética do Piauí deu continuidade ao projeto de eficiência em consumidores de baixo poder aquisitivo, denominado “**Agente Eletrobras Piauí**”, de acordo com a metodologia da ANEEL – Resolução Normativa nº 300/2008, incluindo substituição de geladeiras antigo-ineficientes por modernas e mais eficientes (SELO PROCEL “A”).

O objetivo do projeto é orientar os consumidores de baixa renda quanto ao uso seguro e racional de energia elétrica, por meio de palestras; distribuição de cartilhas educativas; troca de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas; substituição de geladeiras antigas de grande consumo por geladeiras modernas e eficientes para as famílias carentes. Além disso, o projeto prevê a engenharia reversa dos resíduos sólidos, conforme normas do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), cujo processo não agride o meio ambiente.

O valor global do projeto é de R\$ 10.889 mil, sendo R\$ 8.555 mil referentes a serviços e R\$ 2.334 mil à aquisição de geladeiras. Os resultados acumulados do projeto apresentaram os seguintes grandes números:

- Municípios atingidos: Teresina, Floriano, Bom Jesus, Picos, Piripiri e Campo Maior;
- Realizado cerca de 90.000 visitas em unidades consumidoras nas cidades citadas;
- Distribuídas 90.000 cartilhas com orientações para o uso eficiente da energia elétrica, do uso correto da energia, de economia de energia e utilização de equipamentos domésticos e segurança nas residências.
- Substituídas 120.000 lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas;
- Substituídas 4.000 geladeiras antigas e ineficientes por novas com consumo de 22 kWh/mês;
- Realizadas 169 palestras educacionais;
- Foram regularizados 501 consumidores clandestinos, reduzindo perdas;
- Feito a manufatura reversa de todo o resíduo sólido gerado pelo projeto, além do gás das geladeiras;
- Realização de serviços comerciais, destacando 970 parcelamentos o que gerou uma receita adicional de R\$ 1.687 mil de reais para a Companhia;
- Valor desembolsado em 2013: R\$ 4.706 mil;
- Término: Janeiro/2014.



Em 2013 a Companhia continuou ao projeto de Eficiência Energética, na modalidade educacional, denominado "Multiplicar Energia. Eletrobras nas Escolas do Piauí", através da metodologia Procel nas escolas, sendo executado pela empresa Instituto Bioterra, cujo valor total é de R\$ 1.450 mil. Este projeto teve como objetivo transmitir conhecimentos a alunos e professores do estado, sobre o uso racional de energia, por meio de um caminhão escola itinerante adquirido para essa finalidade. O resultado do projeto no ano de 2013 apresentou o seguinte resultado a seguir:

- Atendimento de 30.007 alunos nas cidades de Floriano (3.199 alunos), Guadalupe (912 alunos), Bom Jesus (416 alunos), Altos (232), Picos (2.355), Parnaíba (2.906) e Teresina (20.087 alunos);
- Capacitados 1.138 educadores na metodologia Procel nas escolas da seguinte forma: Floriano (173 educadores), Guadalupe (41 educadores), Bom Jesus (73 educadores), Altos (20), Picos (60), Parnaíba (161) e Teresina (610 educadores);
- 256 escolas participantes do projeto "Multiplicar Energia" nas cidades de Floriano (44 escolas), Guadalupe (08 escolas), Bom Jesus (13 escolas), Altos (2), Picos (14), Parnaíba (66) e Teresina (109 escolas);
- Valor desembolsado em 2013: R\$ 517 mil;
- Término em Novembro/2013.

Ainda no Programa de Eficiência Energética, foi contratado, um projeto, na modalidade serviços públicos, via contrato de desempenho, no valor de R\$ 1.534 mil, a ser implantado na Companhia de Águas e Esgotos do Piauí S.A - AGESPISA. Este valor será ressarcido pela AGESPISA em 72 parcelas mensais e fixas no valor de R\$ 21 mil.

O "Projeto Hidroenergético na Agespisa" teve como objetivo substituir os motores bombas ineficientes por outras mais eficientes e foi assinado em 07 de novembro 2012 e encontra-se em fase de elaboração do relatório final, para conclusão do projeto, tendo sido investido o valor de R\$ 1.177 mil.

6. INVESTIMENTOS

Aplicações de Recursos

No exercício de 2013, a Companhia realizou investimento total no valor de R\$ 207.085 mil, assim distribuídos:

- R\$ 114.085 mil em programas para ampliação e manutenção nos sistemas de distribuição, infraestrutura e subtransmissão de energia elétrica, atendendo, desse modo à demanda crescente do mercado de energia do Estado do Piauí;
- R\$ 93.000 mil no "Programa Luz Para Todos", cujas fontes de recursos são 90% da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, a título de subvenção econômica e 10% provenientes de recursos próprios.

No quadro a seguir, demonstra-se a execução do orçamento de investimento no exercício de 2013:

Programa de Investimento

7	R\$ Mil				
	Dotação aprovada Decreto 7.867 de 19/12/2012 (A)	Revisão 8.174 de 26/12/2013 (B)	Decretos (C)	Realizado (C)	Realizado % (C/B)
0273 - Energia Cidadã	101.102	93.000		92.998	100,00%
Ação - 011YL - Ampliação de Rede Rural no Estado do Piauí	101.102	93.000		92.998	100,00%
0294 - Energia na Região Nordeste	200.735	159.358		107.290	78,03%
Ação 14KY - Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2012-2015 (PI)	106.073	83.078		51.207	61,64%
Ação 20P5 - Adequação do Sistema de Comercialização e Distribuição de Energia Elétrica - Redução de Perdas Comerciais (PI)	48.491	27.909		15.712	56,30%
Ação 2D89 - Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (PI)	46.171	48.370		40.371	83,46%
0807 - Investimentos em Estruturas de Apoio	19.001	8.411		6.797	80,81%
Ação 4101 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS,	2.965	3.181		1.875	59%
Ação - 4102 MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.303	2.618		2.311	88,3%
Ação - 4103 MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO.	12.732	2.613		2.611	100%
Total previsto para 2013	320.838	260.769		207.085	79,41%

Expansões do Sistema Elétrico

Do programa de investimentos, no que tange à construção de linhas e de subestações, a Companhia priorizou a execução das obras iniciadas no ano anterior, com previsão de conclusão em 2013, destacando-se obras relacionadas nos seguintes estágios:

Linhas de Distribuição de Alta Tensão:

- LD 69 kV Burity Grande - Valença, 66 km - concluída a execução em abril/2013 e energizada em agosto/2013;
- LD 69 kV Campo Maior-Barras, 70 km - encontra-se em execução com conclusão prevista para junho/2014;
- LD 69 kV Ribeiro Gonçalves (RB)-Ribeiro Gonçalves, 1,0 km - obra concluída em setembro/2013;
- LD 69 kV Ribeiro Gonçalves - Baixa Grande do Ribeiro, 33 km - obra concluída em setembro/2013;
- LD 69 kV Teresina - Pólo Industrial Sul, 6,3 km - concluída em outubro/2012, obra energizada em setembro/2013;
- LD 69 kV Parnaíba I - Parnaíba II, 6,5 km - obra concluída e energizada em maio/2013;
- LD 69 kV Tabuleiros - Parnaíba I, 13 km - obra concluída e energizada em junho/2013;
- LD DRV LT 69 kV Chesf -Jockey -Shopping, 3,44 km - obra executada e em operação desde em junho/13.

Subestações - Ampliação/Construção de subestações:

- Subestação Baixa Grande do Ribeiro 69-13,8 kV - 12,5 MVA e 69-34,5 kV 12,5 MVA - obra em execução com conclusão prevista para fevereiro/2014;
- Subestação Burity dos Lopes (Caraiúbas) 69-34,5 kV - 12,5 MVA - obra concluída e energizada em março/2013;
- Subestação Barras 69-34,5 kV - 12,5 MVA - conclusão prevista para junho/2014;
- Subestação Burity Grande 69-13,8, Entrada de Linha - obra concluída e energizada em agosto/2013;
- Subestação Cocal - 34,5-13,8 kV - 6,25 MVA - obra concluída e energizada em abril/2013;
- Subestação Pólo Industrial 69-13,8 kV - 50 MVA - obra concluída e energizada em setembro/2013;
- Subestação Parnaíba II 69-13,8 kV - 50 MVA - obra concluída e energizada em maio/2013;
- Subestação Parnaíba I 69-13,8 kV, Entrada de linha - obra em execução com conclusão prevista para fevereiro/2014;
- Subestação Ribeiro Gonçalves 69-34,5 - 12,5 MVA - obra em execução com previsão de conclusão em fevereiro/2014;
- Subestação Tabuleiros 138-69 kV - Entrada de linha - obra concluída e energizada em agosto/2013;
- Subestação Valença 69-13,8 kV - 12,5 MVA - obra concluída e energizada em outubro/2013;
- Subestações Jockey, Macaúba e Marquês 69-13,8 - Instalação de Banco de Capacitores de 6 Mvar - obra com conclusão prevista maio/2014.

Relação das linhas e das Subestações que estão em fase de elaboração de projetos:

- LD 69 kV Bom Jesus - Redenção, LD Bom Jesus - Cerrados, LD 69 kV Redenção Curimatá - previsão de contratação da execução das obras para agosto/2014;
- SE Bom Jesus, SE Curimatá SE Cerrados, SE Redenção e SE São Rdo. Nonato - Previsão de contratação da execução da obra para outubro/2014;
- LD 69 kV Teresina III - Altos LD, Altos/Alto Longá, LD 69 kV Alto Longa/Castelo - previsão de contratação da execução da obra para setembro/2014;
- SE Alto Longá, SE Altos, SE Jockey e SE Castelo - previsão de contratação da execução para setembro/2014;
- LD 69 kV Coelho Neto/Miguel Alves, LD 69 kV Miguel Alves/ Matias Olimpio - previsão de contratação da execução da obra para setembro/2014;
- SE Miguel Alves e SE Matias Olimpio - previsão de contratação da execução da obra setembro/2014;
- LD 69 kV Picos (Chesf) /Jaicós, LD 69 kV Picos (Chesf) /Junco - previsão de contratação da execução da obra para junho/2014;
- SE Jaicós e SE Junco - previsão de contratação da execução da obra para junho/2014;
- LD 69 kV Teresina III/Jockey, LD 69 kV Teresina III/Renascença e LD 69 kV Nazária/São Pedro - previsão de contratação da execução da obra para setembro/2014;
- SE Nazária e SE São Pedro - previsão de contratação para execução da obra em junho/2014;

O Quadro I a seguir sintetiza os ativos em serviço, inclusive 34,5 kV, considerando as ampliações de redes e subestações.

Quadro I

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013
Linhas de Alta tensão (km)	2.415	2.415	2.426	2.579	2.663
138 Kv	141	141	141	282	282
69 Kv	2.274	2.274	2.284	2.297	2.381
Linhas de Média tensão (km)	2.346	2.482	3.037	4.402	10.054
34,5 Kv	2.346	2.482	3.037	4.402	10.054
Subestação					
Quantidade	68	71	76	78	81
138-69 Kv	1	1	1	1	1
69-34,5-13,8 Kv	40	40	41	43	46
34,5-13,8	27	30	34	34	34
Potência Instalada (MVA)	932	988	1.039	1.145	1.252
138-69 kV	120	120	120	120	120
69-34,5-13,8 Kv	728	769	797	884	972
34,5-13,8 Kv	84	99	122	141	159

Sistema de Média e Baixa Tensão

Foram energizadas durante o ano de 2013 em Teresina, aproximadamente 12 km de redes em média tensão (13,8kV) que fazem parte dos alimentadores das subestações de Renascença, Polo Industrial e Jockey, sendo mais de 8 km em redes protegidas.

Também ocorreu em 2013, o início da construção de mais 12 km de redes protegidas que estarão sendo finalizadas em 2014, e que também fazem parte das subestações Renascença e Polo Industrial.

Em Parnaíba, ocorreu em 2013 à energização de 4,5 km de alimentadores em 13,8kV, que fazem parte da subestação Parnaíba II. Essa rede beneficiou diretamente parte da cidade de Parnaíba e parte de Luis Correia. Para 2014, são previstos mais de 50 km de redes nessa região.

O outro financiamento em andamento, este junto ao Banco Mundial, trata-se da instalação de equipamentos (religadores, reguladores e bancos de capacitores) nas redes de média tensão (13,8kV e 34,5kV) em praticamente todo o Piauí. Foram entregues em 2013 108 reguladores de tensão 250 capacitores. Está previsto o recebimento no 1º quadrimestre de 2014 de 420 religadores. A contratação da equipe de instalação está em fase licitatória.

Com relação às obras de regularização de consumidores, seccionamento de circuitos e as novas expansões, o ano de 2013 foi marcado pela montagem dos projetos básicos para contratação destas obras.

Foram contratadas R\$2.300 mil em elaboração de projetos executivos dessas novas redes para todo o estado. Também foi aprovada em 2013 pela Diretoria, a contratação das obras no valor total de:

- R\$ 29.500 mil para obras de MT/BT na Região Metropolitana do Piauí;
- R\$ 17.100 mil para obras de MT/BT nas Regiões Centro-Sul e Sul do estado;
- R\$ 27.200 mil para obras de MT/BT nas Regiões Norte e Sudeste do estado.

As contratações das empresas ocorrerão durante o 1º quadrimestre de 2014.

O Quadro II a seguir sintetiza os ativos em serviço, considerando as ampliações de redes de média e baixa tensão. As informações de redes foram atualizadas pelo Sistema de Gestão Técnica da Distribuição - SGTDT.

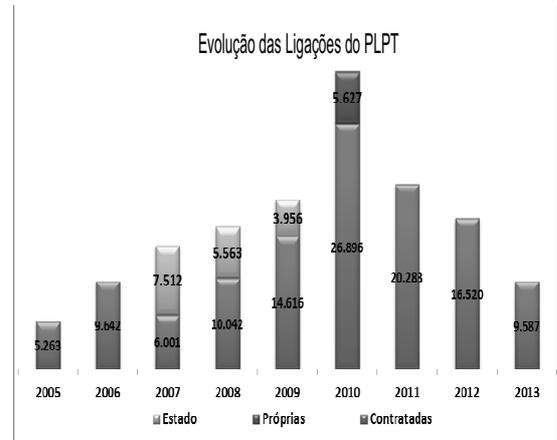
Quadro II

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013
Rede de Distribuição Urbana					
Extensão MT e BT (km)	12.610	12.718	12.758	14.111	14.514
Rede de Distribuição Rural					
Extensão MT e BT (km)	33.080	41.635	46.141	53.092	59.039
Transformadores					
Quantidade	24.912	31.838	36.945	42.773	50.323
Potência Instalada (MVA)	637	666	699	736	945

Programa Luz para Todos

O Governo Federal iniciou em 2004 o "Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos", instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, e prorrogado até 2014 pelo Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, destinado a propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população que ainda não possui acesso a esse serviço público no meio rural brasileiro.

Com a instituição deste programa, coube à Companhia Energética do Piauí, ser a responsável pela execução do Programa e cumprir a meta de ligar 149.600 domicílios rurais, estabelecida em um termo de compromisso assinado com o Ministério de Minas e Energia - MME, Governo Estadual e a ANEEL, sujeita a penalização tarifária no caso de não cumprimento. A meta de ligações no ano de 2013 foi de 8.000 ligações, tendo sido atingida ainda no mês de outubro. No final do exercício do ano de 2013, superamos a meta prevista ao atingirmos o número de 9.587 domicílios rurais ligados, acumulando 142.000 ligações durante a execução do Programa Luz para Todos.



A meta orçamentária para o ano de 2013 foi de R\$ 93.000 mil, tendo-se conseguido realizar R\$ 92.998 mil o que representa 99,99% do orçamento previsto.

O quadro a seguir indica os números realizados desde o início do programa pelas contratadas. É importante observar as variações do quantitativo de equipamentos instalados e de extensão de alimentadores, o que ressalta a prioridade dada a obras de reforço do sistema e de melhoria de sua confiabilidade.

DESCRIÇÃO	REALIZADO ATÉ 2012	REALIZADO ATÉ 2013	ACRÉSCIMO
Consumidores atendidos	109.263	118.850	9%
Extensão TOTAL em média tensão (km)	28.808	32.705	14%
Postes implantados	354.390	398.594	12%
Transformadores de Distribuição	27.465	31.233	14%
Orçamento (R\$ x 1.000)	898.421	991.421	10%

Contribuíram para o resultado de 2013 a liberação em 15/07/2

013 das obras que se encontravam embargadas pelo IPHAN desde julho de 2012, que possibilitou implementar a estratégia de atendimento aos domicílios com menor custo, motivado pela necessidade de atingir o avanço físico necessário à liberação de recursos do contrato de financiamento. Com a postergação do atendimento aos domicílios mais distantes, estima-se um significativo aumento no custo por domicílio atendido a partir de 2014.

Operação e Manutenção do Sistema Elétrico

Os investimentos nas áreas de operação e manutenção do sistema elétrico visam melhorar os níveis de tensão e de continuidade, ampliando a oferta de energia, garantindo qualidade do serviço e a redução de perdas técnicas.

Com esse objetivo em 2013, foram energizadas as subestações de São Francisco 1,5 MVA 34,5/13,8kV, Caraubas 10/12,5 MVA 69/13,8 kV. Ainda na área de alta tensão, registraram-se como pontos relevantes a construção e energização da subestação Polo Industrial 69/13,8 kV 50 MVA, Valença, Parnaíba II 69/13,8 kV, 50 MVA - Automatizadas, constituindo maior facilidade para o restabelecimento do fornecimento de energia elétrica quando de defeitos - Construção da linha em 69 kV Teresina-Chesf/Renascença.

Construção e energização das linhas de distribuição em 69 kV, Buriti Grande /Valença, Piripiri/ (CHESF) Tabuleiros Dois 138kV, Tabuleiros dois /Parnaíba 69kV, Parnaíba/ Parnaíba Dois 69kV e Parnaíba Dois/ Camurupim (2 km) 69kV, melhorando a qualidade do fornecimento de energia elétrica no extremo Nortel do Estado.

Dentro desse contexto destacamos a implantação do Sistema de Despacho Móvel de Serviço da Distribuição - SDM, no Estado do Piauí, que visa agilizar o atendimento de reclamações dos consumidores quanto à falta de energia elétrica, melhorando o tempo médio de atendimento.

Na área de manutenção, a empresa investiu na instalação de novos disjuntores 69 kv nas subestações de Tabuleiros Dois, Parnaíba, Esperantina e Oeiras, proporcionando maior confiabilidade na proteção dos circuitos e na continuidade do fornecimento de energia.

7. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Evolução do Mercado

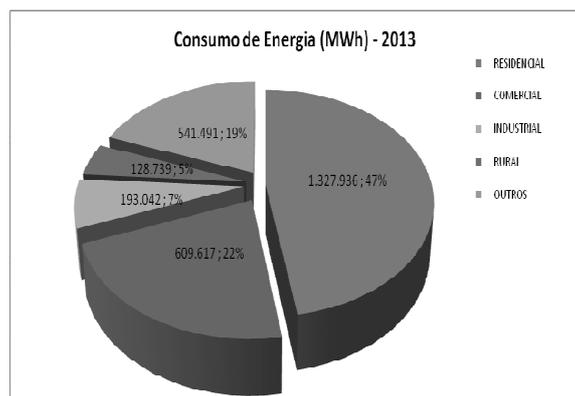
O consumo de energia elétrica no Estado do Piauí, no ano de 2013, foi de 2.800.824 MWh correspondendo um crescimento de 6,6% em relação ao valor verificado no ano de 2012, com destaque para o desempenho das classes: iluminação pública (20,6%), residencial (11,2%), comercial (6,5%) e poder público (5,4%).



Evolução das Vendas, por Classe, em MWh.

CLASSE	2009	2010	2011	2012	2013	2013/2012 (%)
Residencial	807.695	989.528	1.028.674	1.194.233	1.327.936	11,2%
Comercial	388.716	453.775	491.320	572.242	609.617	6,5%
Industrial	231.367	251.424	245.272	227.822	193.042	-15,3%
Rural	79.862	98.277	102.054	128.646	128.739	0,1%
Poder Público	151.355	173.530	172.104	203.878	214.938	5,4%
Iluminação Pública	121.840	124.960	127.732	144.904	174.710	20,6%
Serviço Público	112.680	124.122	131.156	152.184	147.838	-2,9%
Próprio	3.112	3.247	3.346	3.920	4.004	2,2%
Total	1.896.627	2.218.863	2.301.658	2.627.829	2.800.824	6,6%

O mercado piauiense caracteriza-se pela forte concentração do consumo de eletricidade nos segmentos residencial e comercial. Juntos, esses dois segmentos do mercado, responderam por 69% do total de energia consumida no estado em 2013, ocupando a terceira posição, o consumo industrial representou 7% do consumo total, apesar de apresentar uma redução de 15,3% no consumo da categoria.



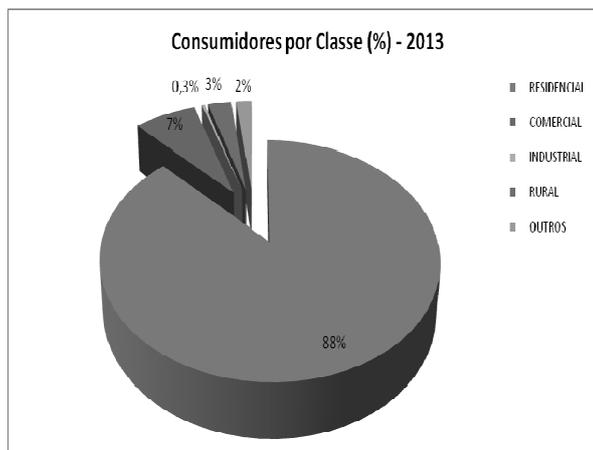
O consumo residencial registrou uma média anual de 114,3 kWh/mês, ficando 4,7% acima do verificado em 2012.

Número de Consumidores

Em 2013, o mercado atendido pela Companhia Energética do Piauí foi de **1.102 mil** consumidores, resultando numa taxa de crescimento de 3,6%, em relação a dezembro de 2012. Em todo o estado foram ligados 52.030 novos clientes, com uma média mensal de 4.340 ligações.

Evolução do Número de Consumidores

CLASSE	2009	2010	2011	2012	2013	2013/2012 (%)
Residencial	774.486	828.745	883.714	930.429	967.471	3,8%
Comercial	69.510	70.258	74.566	77.547	80.131	3,2%
Industrial	3.945	3.810	3.765	3.786	3.600	-5,2%
Rural	27.379	28.900	29.377	30.073	30.302	0,8%
Poder Público	13.671	13.432	13.769	14.248	14.309	0,4%
Iluminação Pública	800	834	857	837	695	-20,4%
Serviço Público	2.463	3.322	3.847	4.949	5.348	7,5%
Próprio	137	135	171	225	173	-30,1%
Total	892.391	949.436	1.010.066	1.062.094	1.102.030	3,6%



Compra de Energia no ACR

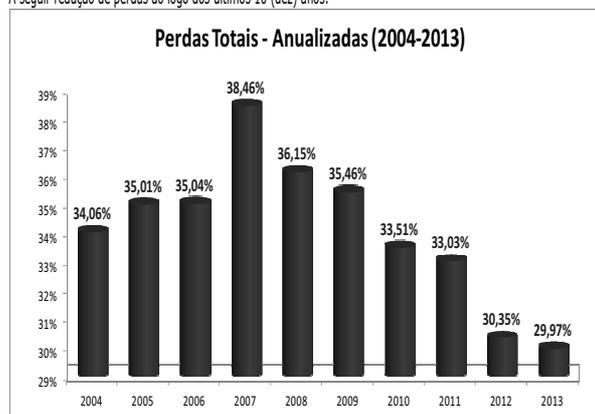
A Compra de Energia no Ambiente Regulado - ACR para atendimento ao mercado consumidor da Companhia, em 2013, foi de **486,9023346** MWh médios representando um incremento de 4,5% em relação à contratação do ano de 2012. Da energia total contratada 38% foi resultante de contratos na modalidade **quantidade**, 21% de contratos na modalidade **disponibilidade** (térmicas, fontes alternativas e outras fontes), e 39,5% foi o somatório das usinas costeiras e as que tiveram concessão renovada. A cota parte PROINFA respondeu por 1,5% do total da contratação.

Perdas

No combate a perdas de energia. Com a execução das ações a Companhia chegou ao final do ano de 2013 com o índice de perdas globais da ordem de 29,97%, uma redução de 0,38 p.p., se comparada com o ano de 2012. O gráfico a seguir mostra a redução das perdas globais ao longo do ano de 2013.

Índice de Perdas Globais Anualizadas (Dez/2012 a Dez/2013) - %

A seguir redução de perdas ao logo dos últimos 10 (dez) anos:



Fonte: Balanço Energético

O quadro a seguir destaca um ponto muito positivo em 2013, pois enquanto a soma, em MWh, da energia do mercado próprio, suprimento e mercado livre, registrou crescimento de 7,56% em relação ao ano anterior, o valor das perdas em MWh teve um crescimento de apenas 5,54% no mesmo período.

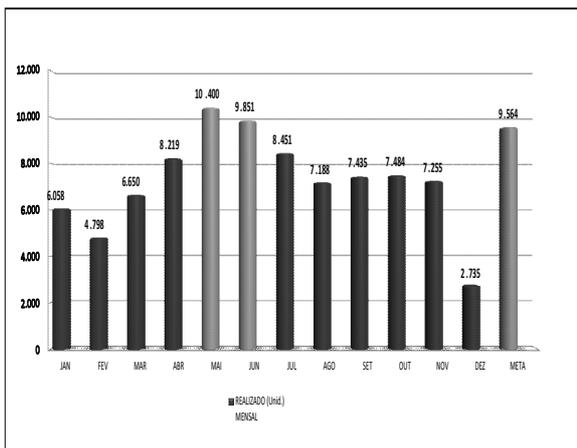
PERDAS GLOBAIS (MWh)	2010	2011	2012	2013	2011 / 2010 (%)	2012 / 2011 (%)	2013 / 2012 (%)
Mercado Próprio + Suprimento + Mercado Livre (MWh)	2.311.413	2.385.068	2.780.918	2.991.130	3,19%	16,60%	7,56%
Energia Requerida (MWh)	3.479.401	3.561.524	3.993.517	4.270.947	2,36%	12,13%	6,95%
Perdas (MWh)	1.167.987	1.176.456	1.212.599	1.279.817	0,73%	3,07%	5,54%
% Perdas	33,57%	33,03%	30,36%	29,97%	-1,61%	-8,08%	-1,30%

Fonte: Balanço Energético

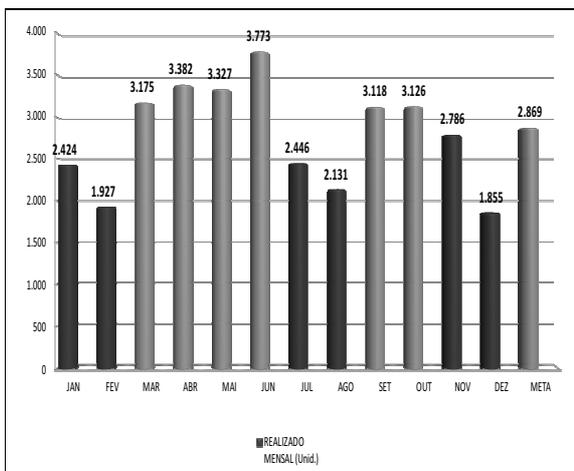
Em conformidade ao plano cooperativo de redução a perdas, destacam-se as seguintes ações principais para o combate às perdas:

- **Inspeção e Regularização de Unidades Consumidoras do Grupo B:** As operações de fiscalizações se concentraram em unidades consumidoras - UC normal suspeita, consumo zero, sem acesso a medição, U.C's faturadas pelo mínimo e auto religadas. Foram realizadas 86.524 Inspeções no ano de 2013 e destas foram regularizadas 33.470 unidades consumidoras representando assim assertividade de 39%.

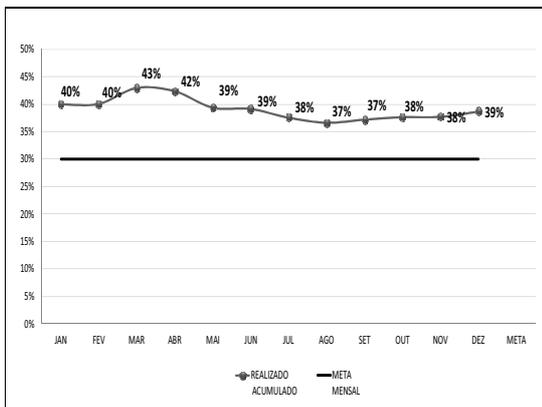
• **Inspeção de Unidades Consumidoras do Grupo B:**



• **Regularização de unidades Consumidoras do Grupo B**



• **Assertividade**



• **Inspeção e Regularização de Unidades Consumidoras do Grupo A**

No ano de 2013 houve intensificação das equipes em todo o Estado do Piauí destinadas a fiscalização das unidades consumidoras do Grupo A e Optantes. A seguir resultados deste segmento:

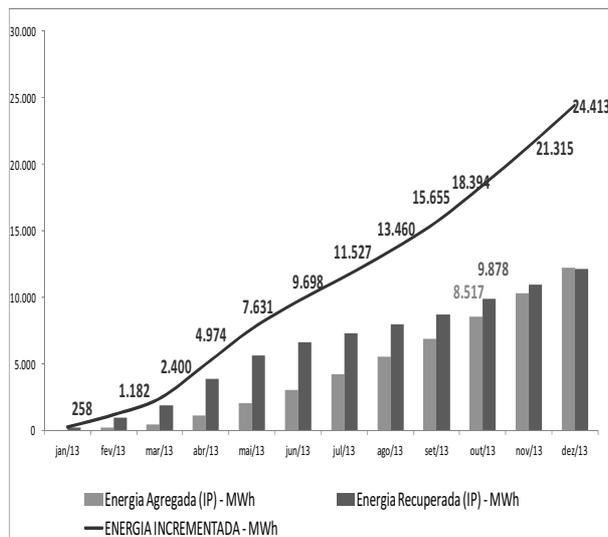
Operações de Fiscalização em unidade Consumidoras do Grupo A					
Ano	Qtde de Inspeções	Qtde de Regularizações	Acertividade	Energia Agregada	Energia Recuperada
2013	1045	168	16%	6.558	3.456

• **Recadastramento de Iluminação Pública - IP**

Foram recadastradas 308.634 pontos geográficos, no exercício de 2013. O projeto encontra-se em seu segundo contrato e a estimativa de conclusão dos trabalhos é para Julho/2014. O ganho médio com o projeto está em 52%, ou seja, o faturamento da classe de IP dos municípios já recadastrados desde o início do projeto, em Julho de 2012, aumentou 51%. O projeto também contempla a identificação e recadastramento dos postes de uso mútuo de telefonia, TV e cabo, internet, serviços de auto falante e semáforos.



A seguir ganho energético com o projeto de recadastramento da iluminação pública.



• **Melhoria do Calendário de Leitura**

No ano de 2013 houve melhorias do calendário de leitura em consumidores do Grupo A, com o rezoneamento dos 50 maiores clientes para serem lidos no dia 1º de cada mês, propiciando que o montante de energia desses clientes fossem faturados em conformidade com a energia injetada, o que possibilitou energia agregada de 1.001 MWh;



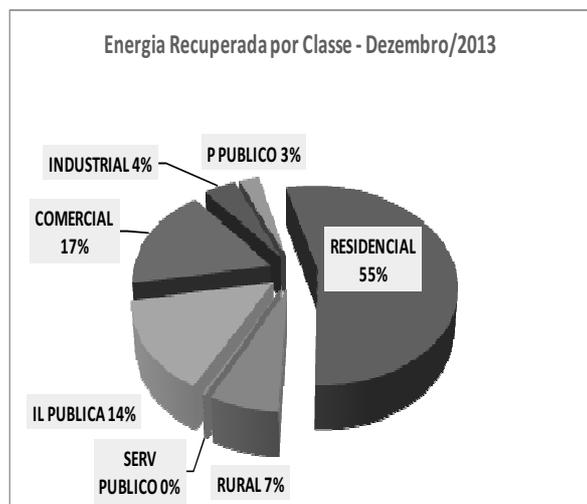
Projeto 3 Energia + (Substituição de Medidores Obsoletos)

O projeto de substituição de medidores obsoletos está inserido no subprograma 2, (infraestrutura de medição avançada), cujos recursos são financiados pelo BIRD (Banco Mundial). A meta do projeto é a instalar de 103 mil medidores até junho/2015. As atividades de campo do deste projeto iniciaram 2º semestre 2013 apresentando os seguintes resultados:

- Medidores substituídos 9.560;
- Unidades consumidoras com irregularidade na medição 3.843;

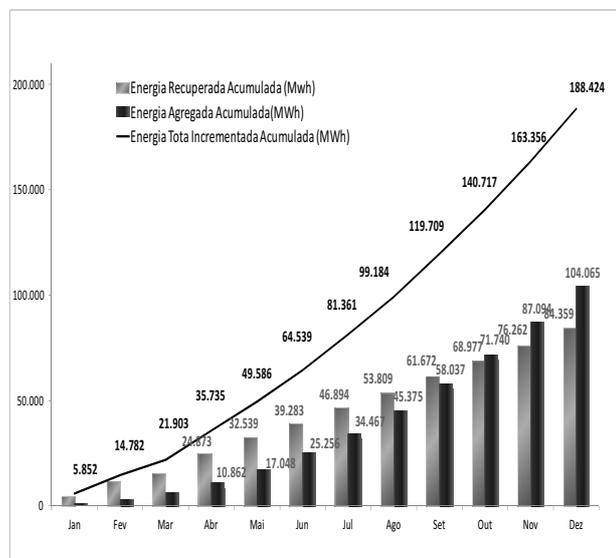
Recuperação da Receita:

No ano de 2013 foram recuperados 72.430 MWh em energia decorrentes dos processos de recuperação da receita com o faturamento de 16.224 processo de irregularidade. A maior parcela de recuperação está na classe residencial, correspondendo a 55% do total de processos faturados.



Fonte: Ajuri

Com todas as operações em curso em 2013 foram incrementados no faturamento no ano o montante de 188.424 MWh. O quadro a seguir apresenta a estratificação mensal do ganho energético.



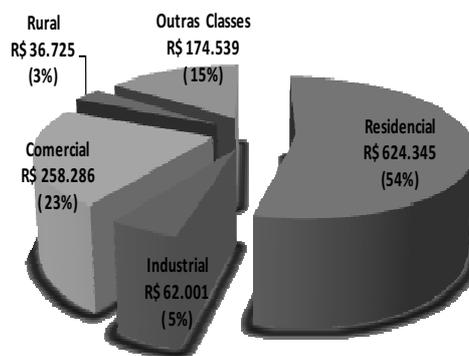
Fornecimento de Energia

O faturamento com venda de energia atingiu a marca de **R\$ 1.155.896 mil**, inferior em -10,8% ao registrado em 2012. O resultado reflete o impacto causado pela redução tarifária aprovada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.426/2013, que gerou efeito médio percebido pelos consumidores cativos de -18,0% com vigência a partir de 25 de janeiro de 2013 e o posterior reajuste médio tarifário de -8,55%, ocorrido em agosto de 2013.

Evolução anual do faturamento por classes (R\$ mil)

Fornecimento de Energia por Classe (R\$ Mil)	2009	2010	2011	2012	2013	2013/2012
Residencial	411.330	489.118	536.224	682.642	624.345	-8,5%
Industrial	73.226	76.658	82.594	82.407	62.001	-24,8%
Comercial	184.962	209.001	236.943	291.289	258.286	-11,3%
Rural	26.422	31.081	33.098	44.110	36.725	-16,7%
Poder Público	63.337	71.193	75.329	92.248	82.344	-10,7%
Iluminação Pública	35.866	35.184	37.811	46.816	46.977	0,3%
Serviço Público	40.084	42.740	47.497	56.243	45.218	-19,6%
Subtotal por classe	835.227	954.975	1.049.496	1.295.755	1.155.896	-10,8%
(-) Receita de Distribuição		-409.489	-519.959	-609.540	-481.509	-21,0%
Remuneração do WACC - IFRIC 12	-17.752	-27.260	-42.728	-54.802	-71.718	30,9%
Total	817.475	518.226	486.809	631.413	602.669	-4,6%

FATURAMENTO ANUAL-CLASSE/2013

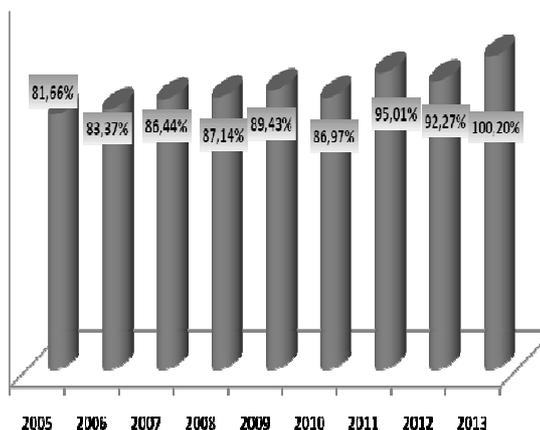


Fonte: Faturamento Balanço Contábil

Arrecadação

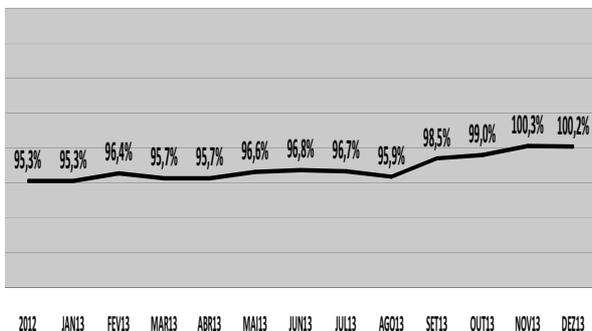
A Companhia alcançou, em 2013, a arrecadação de **R\$ 1.135.968 mil**, representando o índice de **100,2%** sobre o faturamento. Com esse resultado, a empresa evoluiu 4,9% em relação a 2012 na Taxa de Arrecadação Financeira - TAF, o melhor desempenho histórico deste indicador.

EVOLUÇÃO (%) DO FATURAMENTO E ARRECAÇÃO -TAF ANUAL



Evolução TAF 2013

MELHORIA DE 4,9 P.P. EM RELAÇÃO 2012

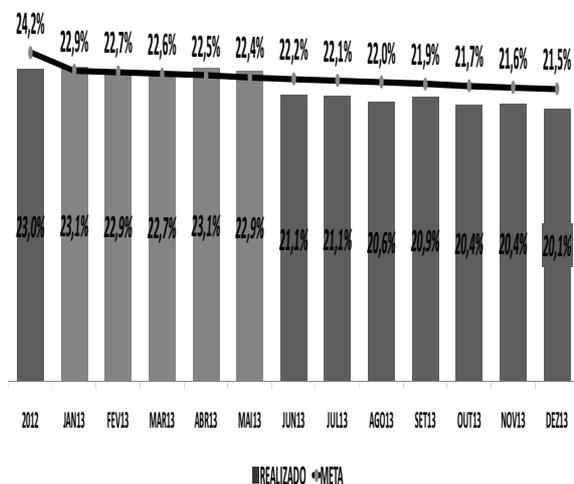


A arrecadação sofre impacto negativo com a grande quantidade de consumidores que detêm impedimento à suspensão do fornecimento, o que representa 3,25% do faturamento mensal, da conciliação de interesses sociais que inibem o corte de energia em hospitais, escolas, delegacias, águas e iluminação pública e do sentimento de impunidade de grande parte dos clientes que fazem uso da prática da auto religação.

O principal indicador, objeto da meta empresarial do Contrato de Metas e Desempenho - CMDE é o INAD, que mede a relação entre a inadimplência ativa no mês apurado e o faturamento dos últimos 12 meses.

1. Combate à Inadimplência

As medidas de combate à inadimplência levadas a efeito em 2013 propiciaram a redução de 2,0 pontos percentuais neste indicador em relação a 2012, resultado expressivo em comparação com o período anterior, conforme demonstrado no gráfico a seguir.



2. Estímulo à Adimplência - Medidas de Gestão Adotadas

Diversas ações de combate à inadimplência foram desenvolvidas e implantadas para viabilizar a cobrança e estimular a adimplência junto aos clientes.

Mídia Espontânea

Foram realizadas diversas campanhas através da imprensa local em jornais, rádios, televisões e internet, dirigidas a todas as classes de consumidores, com abordagem de temas institucionais e, principalmente, tratando da necessidade de suspensão do fornecimento energia aos consumidores inadimplentes. Este assunto ganhou destaque na mídia especialmente com de corte a órgãos públicos e as campanhas especiais de quitação de débitos.

Deflagração de Operações Especiais de Combate à Inadimplência

Em 2013 foram executadas diversas ações de cobranças em operações especiais voltadas à recuperação das faturas inadimplentes:

- Prioridade na cobrança e corte de clientes da baixa tensão - BT com faturas provisionadas ou lançadas para perdas;
- Fiscalização dos clientes em alta tensão - AT inadimplentes desligados;
- Cobrança e corte dos poderes públicos e serviços públicos inadimplentes;
- Cobrança e corte dos clientes em AT e BT inadimplentes com faturas decorrentes dos processos de irregularidades.

Suspensão do Fornecimento dos Poderes Públicos

Foi sistematizado o processo de suspensão do fornecimento dos órgãos públicos municipais inadimplentes. Esses cortes passaram a integrar a rotina da empresa, com o mesmo procedimento dos demais consumidores.

Estruturação do Núcleo de Cobrança de Clientes com Débitos de Irregularidades

Devido à grande demanda foi criado um núcleo específico para cobrança de clientes com débitos de irregularidade, com o objetivo de melhorar a dinâmica e o controle das ações de cobrança.

Massificação da Negativação de clientes inadimplentes no SERASA

Os serviços de negativação na SERASA passaram a ser uma rotina em 2013, intensificando o encaminhamento de todos os clientes de alta tensão e os principais clientes de baixa tensão para serem negativados no 6º e 16º dia após o vencimento respectivamente.

Clientes Especiais

Em 2013 foi realizada reestruturação da carteira de cobrança personalizada dos clientes do Grupo A, poderes públicos e serviços públicos em conformidade com a nova régua de cobrança. Essa medida possibilitou uma melhor agilidade na remessa das faturas e na comunicação com os clientes. Com isso houve uma redução significativa na inadimplência do segmento.

Cobrança Extrajudicial e Judicial

Em todo o ano de 2013 foram encaminhados 1.200 processos pela área comercial para a assessoria jurídica da empresa, totalizando um valor de R\$ 24.534 mil, em processos para ajuizamento. A seguir, quadro demonstrativo dos montantes encaminhados para a cobrança judicial.

RELATÓRIO DOS CLIENTES INADIMPLENTES ENVIADOS PARA AÇÃO DE COBRANÇA		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR R\$ Mil
Jan/13	100	751
Fev/13	100	1.091
Mar/13	100	5.199
Abr/13	100	972
Mai/13	100	1.700
Jun/13	100	2.162
Jul/13	100	1.571
Ago/13	100	1.599
Set/13	100	927
Out/13	100	1.201
Nov/13	100	3.416
Dez/13	100	3.945
TOTAL	1.200	24.534

Grandes Negociações

O ano de 2013 foi marcado pela negociação histórica de dívidas na classe poder público municipal.

A Resolução da Diretoria Executiva Res-037/2013, de 10/04/2013, estabeleceu as condições de parcelamento similares aos parcelamentos de 2011: sem entrada, 180 parcelas, 0,5% de juros e 50% de desconto em multas e juros, condicionado a adimplência.



Complementarmente, a Resolução da Diretoria Executiva Res-078/2013, de 09/09/2013, estabeleceu o comprometimento máximo em parcelas mensais o valor de 2,5% do repasse de FPM e ICMS do município, limitado a 360 parcelas, permitindo com que um número maior de municípios fosse abarcado na negociação.

Como resultado de um esforço conjunto entre Companhia, Tribunal de Justiça - TJ e Associação Piauiense dos Municípios - APPM foram firmados contratos com 220 prefeituras municipais, totalizando o montante de R\$ 173.107 mil em negociações. Toda a mobilização durou 4 meses, período em que foi viabilizado o reconhecimento da prescrição, repactuação de dívidas, parcelamento de débitos e orientações em geral às Prefeituras Municipais do Estado do Piauí na área de grandes clientes da empresa.

As negociações foram destaque na mídia local e nacional, com repercussão positiva do combate à inadimplência e representou um avanço recorde no Índice de Inadimplência - INAD da classe poder público, passando de 20,3% em 2012 para 5,1% no fechamento do ano de 2013.

8. DESEMPENHO OPERACIONAL

Qualidade no Fornecimento

Distribuir energia elétrica no Estado do Piauí com uma extensão de 1.300 km no sentido Norte/Sul, e 600 km no sentido Leste/Oeste, servido pelo um sistema elétrico que apresenta características puramente radiais, envolvendo grandes distâncias, com grande parte de sua rede na zona rural e em áreas de difícil acesso constituindo dificuldades não só para o restabelecimento do fornecimento de energia, como também às manutenções preventivas é o grande desafio da Companhia Energética do Piauí.

Mesmo com as dificuldades citadas, a Companhia Energética do Piauí tem apresentado ao longo dos últimos anos um desempenho operacional com tendência de melhoria nos índices de DEC e FEC, como consequência dos investimentos que já foram realizados e em andamento, do novo modelo de gestão implementando com foco na melhoria contínua do desempenho, do programa de gerenciamento pelas diretrizes, com política de benchmarking, definindo-se metas e indicadores para todas as áreas da empresa.

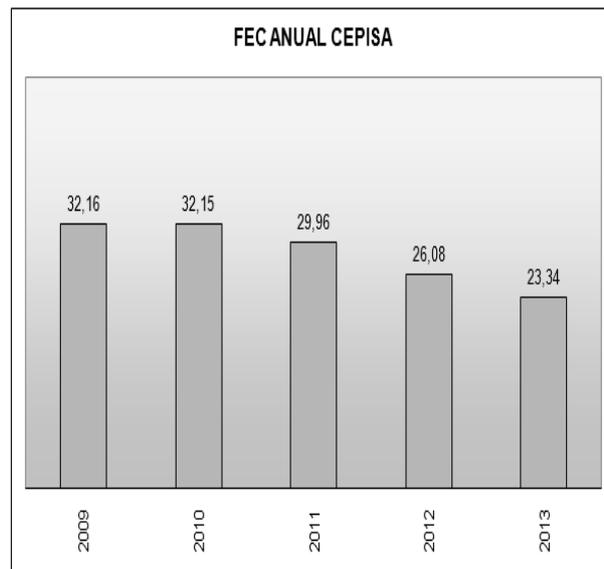
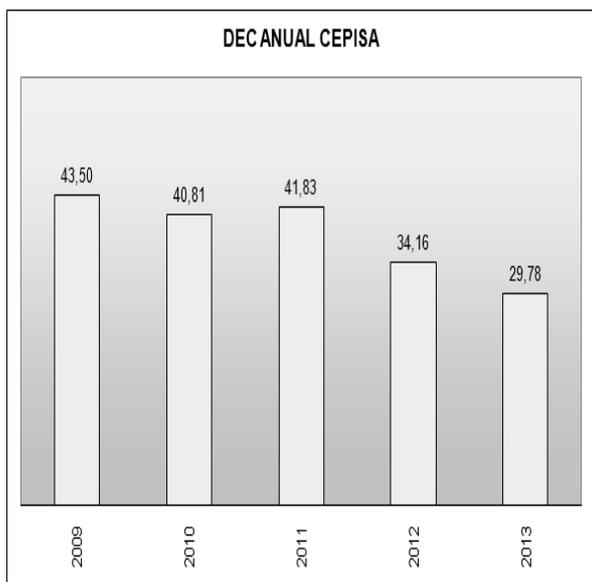
O desempenho das concessionárias, quanto à continuidade do serviço prestado de energia elétrica, é aferido pela ANEEL, com base em indicadores específicos, denominados de DEC e FEC.

O DEC (número de horas em que, em média, cada cliente fica sem energia) encerrou o ano com **12,8%** de redução em relação a 2012, ao reduzir de 34,16 para 29,78 horas.

O FEC (número de vezes em que, em média, cada cliente fica sem energia) também apresentou melhoria, ao reduzir de 26,08 para 23,34 vezes, com retração de **10,5%**.

Essa melhora corresponde em média, **4,38 horas e 2,74 desligamentos a menos** em cada unidade consumidora da Companhia Energética do Piauí em 2013.

Nos gráficos abaixo são apresentados a evolução dos indicadores DEC e FEC no período de 2009 a 2013:



Das principais ações preventivas realizadas destacam-se a intensificação da limpeza de faixa de servidão das linhas e redes de distribuição e da poda de árvores próximas à rede elétrica, inspeção com termovisor, utilização de equipes de linha viva para evitar o desligamento do sistema em serviços programados, análise prévia das programações para a substituição ou manutenção de equipamentos e instalações e a análise e acompanhamento sistemático e diário das ocorrências e das solicitações dos consumidores com a definição de planos de ação para melhoria.

A empresa também tem investido continuamente em ampliação e modernização do sistema elétrico do estado, além do emprego de novas tecnologias. Para isso, está em fase final de implantação o Sistema de Gestão Técnica da Distribuição - SGTQD, que tem como um dos benefícios permitir a localização imediata, de equipes de operação e manutenção, o que otimiza a distribuição de serviços, dá mais agilidade e precisão nos processos de atendimento, planejamento, engenharia, operação e manutenção. Além disso, também estão sendo modernizadas as subestações existentes com a automação dos processos, e construídas novas subestações já automatizadas. Foi adquirida uma subestação móvel, de grande importância em caso de problemas em uma das subestações existentes, com capacidade de atendimento de uma cidade com 47.000 consumidores.

Comunicação e Relacionamento com o Consumidor

Companhia atuou intensamente ao longo do ano de 2013 visando a excelência no atendimento do consumidor, buscando sempre alinhar a melhoria do serviço prestado com o cumprimento das metas estabelecidas. Para tanto, tem investido em modernização das agências de atendimento; ampliação e centralização do Call Center em Brasília, com maior controle dos indicadores, em tempo real; inserção de novos canais de atendimento a exemplo do TAS - Terminal de Auto Serviço e o AJURIWEB - atendimento via internet; renovação da certificação ISO 9001 (Tratativa de Reclamações); implantação de nova certificação ISSO 9001 (Qualidade de Atendimento Comercial) e de novas ferramentas de gerenciamento do atendimento.

Expansão dos Postos de Atendimento - Criação de 163 Postos de Atendimento através de Agentes Conveniados

Em 2013, a Companhia em cumprimento a Resolução Normativa nº 414/2010 da ANEEL, iniciou um novo projeto de migração de lojas próprias de atendimento para 163 Postos de atendimento que funcionarão com agentes parceiros (farmácias, comércios, padarias, etc.), ampliando sua abrangência para os 224 municípios e totalizando 228 canais de atendimento presencial distribuídos em todo o Estado, sendo 223 no interior e 5 na capital Teresina (lojas de atendimento situadas na Avenida Maranhão, Bairros Dirceu Arcoverde e Parque Piauí, Shopping da Cidade e Espaço da Cidadania).

Para alcançar esta marca, foi elaborado projeto de contratação de empresa especializada para realizar credenciamento de 163 postos de atendimento conveniados, que foram adequados aos padrões exigidos, com vias a tornar a empresa mais próxima do cliente.

Atendimento personalizado para Grandes Clientes

Além das novas agências, a Companhia criou um atendimento personalizado para os grandes clientes e órgãos do poder público que agora contam com um espaço diferenciado para suas tratativas com atendentes especializados para esta demanda. A atuação do atendimento do poder público tem avançado consideravelmente a nossa arrecadação através de políticas de negociações de débitos municipais, estaduais e federais em todo Estado, além de atuar frente à renovação de contratos, cadastramento de iluminação Pública com o foco no combate às perdas e ampliação da arrecadação da COSIP.

Novos canais de Atendimento

O atendimento comercial da Companhia ganhou mais versatilidade com as novas ferramentas de atendimento. Foram instalados 13 (treze) Terminais de Auto Serviço - TAS, totens onde os consumidores podem consultar suas faturas em aberto e imprimir rapidamente o código de barras para pagamento sem ter que esperar em filas. Os totens estão disponíveis nas agências de atendimento da Av. Maranhão, Espaço Cidadania, Parque Piauí, Dirceu, Campo Maior, Piripiri, Parnaíba, Esperantina, Floriano, Uruçuí, Bom Jesus, São Raimundo Nonato e Picos, e emitem cerca de 5.000 (cinco mil) segundas vias por mês, cada um. A Companhia já trabalha para instalar mais 05 Terminais de Auto Atendimento a fim de assegurar maior facilidade e agilidade no atendimento ao público, reduzindo ainda mais o tempo de espera dos clientes.

Ainda pensando na melhoria na qualidade do atendimento ao consumidor foi implantado o gerenciador de atendimento nas 05 lojas de atendimento da capital, em 10 UACs (Unidades de Atendimento ao Cliente) e nas 4 Regionais de todo Estado. E, ainda, há previsão de estender para as maiores lojas de atendimento de todo estado. Este gerenciador de atendimento promove uma melhor gestão do atendimento, possibilitando o controle da produtividade dos colaboradores, a estratificação do tipo de serviço solicitado, o dimensionamento de pessoal em tempo real e a geração de relatórios gerenciais.

Ainda pensando na comodidade do consumidor a Companhia disponibilizou o AJURIWEB, ferramenta de atendimento on-line disponível no site www.cepisa.com.br onde o cliente pode emitir segunda via de fatura e fazer diversas solicitações e consultas pela internet sem sair de casa. Em 2013, foram emitidas cerca de 80.000 (oitenta mil) segundas vias de faturas por mês. Ainda no site da Companhia são publicadas informações de interesse da população e dos colaboradores da concessionária, como ressarcimento por danos elétricos, utilização consciente de energia, etc. Por meio da página eletrônica, os internautas tem resultado de concursos, desligamentos programados, editais de licitação, contato com a ouvidoria e relação de postos de atendimento com endereços e telefones. O site funciona, também, como fonte de dados sobre o setor elétrico, visto os diversos links disponibilizados na página que já registra mais de 06 (seis) milhões de acessos.

Call Center

Durante todo o ano de 2013 o Call Center funcionou com 10 PA's locais em Teresina e o restante centralizado em Brasília. Uma das vantagens do Call Center centralizado é modalidade de atendentes *multi skill*, ou seja, o colaborador é treinado para realizar atendimento para as seis empresas distribuidoras do grupo Eletrobras. Os *multi skill's* sempre são remanejados quando há atendentes ociosos em uma distribuidora e fila em outra, aumentando significativamente a quantidade de atendentes logados para realizar o atendimento. Houve também um ganho de qualidade com a implantação do processo de monitoria, que não existia em 2012. Os atendentes recebem *feedbacks* periodicamente, demonstrando a preocupação com a qualidade do serviço. Houve a ampliação de canais de atendimento, aumentando de 60 para 90 canais em 2013. Adicionalmente, foi implantada uma PA de 24h no Centro de Operações e Despacho – COD, que mantém toda a equipe de atendentes e supervisores informada das ocorrências que estão em andamento. Todas as ações demonstram a preocupação constante da Eletrobras com a satisfação de seus clientes.

Gerenciador de Atendimento

Buscando a melhoria da qualidade do atendimento ao consumidor, além das seis lojas de atendimento da capital e das sedes da regional que já contavam com o gerenciador de atendimento, houve a implantação do gerenciador nas sedes das 10 UAC's. O sistema foi aprimorado, tendo sua base de serviços atualizada. Há previsão de estender a instalação para todo Estado. Este gerenciador de atendimento promove uma melhor gestão do atendimento, possibilitando o controle da produtividade dos colaboradores, a estratificação do tipo de serviço solicitado, o dimensionamento de pessoal e a geração de relatórios gerenciais, facilitando no cumprimento dos indicadores regulatórios. Através deste gerenciamento, a Companhia consegue direcionar suas ações de melhoria contínua, detectar possíveis falhas em processos e dimensionar adequadamente o quadro de atendentes por agência.

Certificação ISO 9001

A ISO 9001 é um referencial internacional de gestão da qualidade que se aplica a todas as organizações independente de sua atividade. Em 2013 ocorreu a auditoria de manutenção do processo de coleta, apuração e fornecimento de dados do processo de tratamento de reclamações e a certificação do Anexo III conforme determina o art. 155 da Res. 414/2010 ANEEL, passando o novo escopo a ser "coleta, apuração e fornecimento de dados do processo de tratamento de reclamações e dos padrões de atendimento comercial dos consumidores do serviço de energia elétrica". A certificação desses processos demonstra ao ente regulador, aos nossos clientes e colaboradores a preocupação da Companhia com a qualidade e satisfação dos seus clientes (interno/externo), garantindo que as ações são desenvolvidas conforme legislação, que há verificação contínua do desempenho do processo e a busca constante de melhorias aplicáveis. A certificação conquistada também eleva a credibilidade da empresa e mostra sua evolução no mercado, demonstrando o grau de comprometimento dos colaboradores com os objetivos da organização.

Ouvidoria

A Companhia Energética do Piauí, reconhecendo e respeitando o direito do consumidor, e, sintonizada com as diretrizes da Eletrobrás e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL disponibiliza a estrutura de Ouvidoria para receber e registrar manifestações do tipo reclamações, informações, elogios, denúncias, e sugestões pertinentes a prestação de serviços no fornecimento de energia elétrica. Esta atividade promove a transparência, cria canais de comunicação próprios e competentes entre a concessionária e o cidadão, bem como contribui para a correção ou prevenção de falhas e para o aprimoramento dos serviços prestados aos consumidores de energia elétrica no Estado do Piauí.

Manifestações Recebidas nos Sistemas Automatizados

Diariamente, a Ouvidoria da Companhia, recebe, registra e tramita manifestações pertinentes às reclamações, informações, elogios, denúncias e sugestões referentes à prestação de serviços na sua área de concessão. Após analisá-las, encaminha às áreas responsáveis, diligenciando para que todas as demandas sejam prontamente analisadas e respondidas nos prazos determinados e com base na legislação do setor elétrico. A tabela abaixo demonstra o quantitativo de manifestações recebidas, tramitadas e respondidas no exercício de 2013, através dos sistemas informatizados da ANEEL e Eletrobras.

TIPOLOGIA DAS MANIFESTAÇÕES	TOTAL	PERCENTUAL
		4.161
Reclamações	2.916	70,08%
Informações	757	18,19%
Elogios	19	0,46%
Denúncias	430	10,33%
Sugestões	39	0,94%

A tabela abaixo evidencia a insatisfação dos consumidores no tocante as 7 (sete) maiores reclamações registradas e não solucionadas nas primeiras instâncias de atendimentos disponibilizados pela distribuidora.

RANKING DAS 7 MAIORES RECLAMAÇÕES	TOTAL	PERCENTUAL
		2.270
Cobrança por Irregularidade	1.268	55,86%
Interrupção no Fornecimento	383	16,87%
Flutuação/Varição/Oscilação Tensão	261	11,50%
Faturas	114	5,02%
Ligação	94	4,14%
Atendimento	90	3,97%
Varição de Consumo/Erro de Leitura	60	2,64%

Atendimento na Ouvidoria

Além dos sistemas informatizados acima mencionados, a concessionária disponibiliza outros canais de acesso na Ouvidoria para os consumidores registrarem suas manifestações, conforme destacados abaixo.

ATENDIMENTO NA OUVIDORIA	TOTAL	PERCENTUAL
		5.177
Ligações Telefônicas	4.185	80,84%
Atendimento Presencial	812	15,69%
Cartas e Ofícios	39	0,75%
E-mail	141	2,72%

Processos de Irregularidade

Em cumprimento ao Art. 201 da Resolução Normativa ANEEL 414/2010, a Ouvidoria desta concessionária instaurou 1.228 processos de início de procedimento irregular no uso de energia elétrica, em Unidades Consumidoras na cidade de Teresina, no período de janeiro a dezembro/2013.

Pesquisa ABRADEE

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) coordenou a realização da 15ª Pesquisa de Satisfação do Consumidor Residencial Urbano de Energia Elétrica na área de concessão da Eletrobras Distribuição Piauí. A pesquisa foi realizada junto a 625 consumidores Residencial Urbano nas regiões: Metropolitana, Norte, Sul, Centro Sul e Sudeste da concessionária. A coleta de dados ocorreu no período de 16 de fevereiro a 25 de março de 2013. Abaixo, a tabela exibe os índices obtidos pela Companhia, permitindo a comparação com os índices estipulado pela ABRADEE.

ATRIBUTOS	ÍNDICE ED. PIAUÍ	ÍNDICE ABRADEE	DIFERENÇA
Índice de Aprovação do Cliente – IAC	42,2	76,1	-33,9
Fornecimento de Energia	44,3	74,1	-29,8
Informação e Comunicação	41,7	67,2	-25,5
Conta de Energia	79,9	89,4	-9,5
Atendimento ao Cliente	61,7	79,8	-18,1
Imagem	53,4	79,6	-26,2
Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida – ISQP	57,9	78,7	-20,8
Índice de Excelência da Qualidade Percebida – IEQP	8,2	35,0	-26,8
Índice de Insatisfação com a Qualidade Percebida – IIQP	12,6	6,8	5,8
Responsabilidade Social	57,1	79,1	-22,0
Iluminação Pública	40,0	62,7	-22,7
Preço	11,8	26,8	-15,0



Índice de Satisfação com o Preço Percebido – ISCP	11,9	25,9	-14,0
Índice de Satisfação do Cliente – ISC	38,6	57,4	-18,8
Índice de Satisfação Geral – ISG	43,0	75,9	-32,9

A tabela seguinte, destacada o posicionamento no ranking de cada Regional da Companhia, permitindo a comparação entre elas, com o desempenho obtido para os atributos de qualidade.

ÁREAS E ATRIBUTOS DE QUALIDADE	2009	2010	2011	2012	2013
Índice de Aprovação do Cliente - IAC	1	4	2	3	5
Fornecimento de Energia	1	5	2	3	4
Informação e Comunicação	1	3	4	2	5
Conta de energia	1	5	2	3	4
Atendimento ao Cliente	1	5	3	4	2
Imagem	1	5	2	3	4
Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida- ISQP	1	5	2	3	4
Índice de Excelência da Qualidade Percebida- IEQP	2	4	1	3	5
Índice de Insatisfação com o Preço Percebido- ISCP	3	4	2	1	5
Índice de Satisfação do Consumidor- ISC	1	5	3	2	4
Responsabilidade social	1	5	3	4	2
Iluminação Pública	1	2	3	5	4
Índice de Satisfação Geral- ISG	1	3	2	4	5

Sistema de Gestão de Ouvidoria

Objetivando salvaguardar as concessionárias de multas por descumprimento da Resolução Normativa ANEEL nº 470 de 13 de dezembro de 2011. A Companhia e a empresa WEBLINK TECNOLOGIA LTDA – ME, assinaram contrato tendo como objeto o fornecimento de software de gestão de ouvidoria para o registro de manifestações demandadas pelos consumidores de energia elétrica.

Qualificação Profissional

A qualificação profissional na Companhia Energética do Piauí, é a preparação do funcionário através de uma formação profissional para que ele possa aprimorar suas habilidades para executar funções específicas demandadas pelo cargo e função desempenhada na concessionária.

Conselho de Consumidores

Instituição do Conselho

O Conselho de Consumidores da Companhia Energética do Piauí - CONEPI foi instituído pela Diretoria Executiva desta concessionária, através da Resolução 06/96, datada de 17 de janeiro de 1996, em cumprimento ao Art. 13 da Lei nº 8.631 de 04/03/93 e Portaria DNAEE nº 519, de 01 de junho de 1993. É um conselho de caráter consultivo, voltado para a orientação, análise e avaliação das questões ligadas ao fornecimento de energia elétrica, às tarifas e à adequação dos serviços prestados ao consumidor. A sua sede está localizada no complexo administrativo da Companhia, no Edifício Delmiro Gouveia, sala 101.

Representatividade do Conselho

Atualmente, o Conselho de Consumidores da Companhia Energética do Piauí, é composto pelas cinco classes de unidades consumidoras e são representadas no Conselho conforme o procedimento estabelecido no art.4º da Resolução nº 451, de 27/09/2011.

Reuniões Ordinárias

O Conselho realizou oito (08) reuniões ordinárias, sendo 7 (sete) na Capital e 2 (duas) nas Regionais norte e centro sul. As reuniões foram realizadas para tratar dos assuntos que digam respeito aos serviços prestados pela distribuidora, devidamente levantados pela comunidade, quer como informação quer como reivindicação, tais como: qualidade do fornecimento; regularização/informação do consumo; estrutura tarifária (custos, reajustes, taxas e impostos); taxa de serviços; atuação comercial; utilização e conservação de energia elétrica; eletrificação rural e atendimento à subclasse residencial baixa renda; legislação do setor elétrico e informações constantes nas contas de energia.

Orçamento 2013

O recurso financeiro destinado à cobertura das despesas do Conselho é determinado no Art. 18 da Resolução Normativa ANEEL 451/2011 com a finalidade atender exclusivamente os gastos necessários para o desenvolvimento de suas atividades.

Plano Anual de Atividades e Metas

O Plano Anual de Atividades e Metas – PAM descreve as atividades e metas do Conselho de Consumidores da Companhia Energética do Piauí, que foram executadas no exercício de 2013. O PAM/2013 dimensionou os recursos orçamentários necessários ao seu funcionamento, de forma a possibilitar o exercício da representação pelos membros das classes de unidades consumidoras residencial, comercial, industrial, rural, poder público e serviço público. A Diretoria Executiva da Companhia Energética do Piauí, através da Resolução 146/2012 e respaldado na Resolução Normativa ANEEL 451/2011, aprovou o Plano Anual de Atividades e Metas - PAM/2013, para o exercício de 2013, no valor de R\$ 118 mil.

9. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Indicadores Econômicos

O desempenho econômico e financeiro está sendo apresentado em conformidade com as demonstrações financeiras societária da Companhia dos exercícios de 2013.

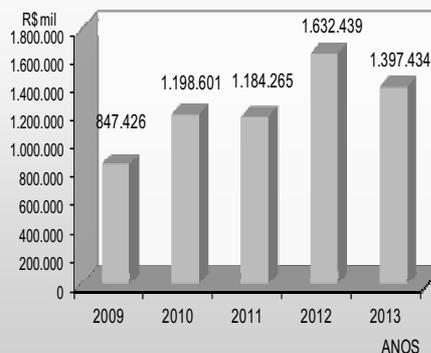
Principais Resultados	2009	2010	2011	2012	2013	Variação % 2013/2012
Receita Operacional Bruta (R\$ Mil)	847.426	1.198.601	1.184.265	1.632.439	1.397.434	-14%
Tributos e Encargos Regulatórios sobre Vendas (R\$ Mil)	280.519	327.746	379.037	449.723	378.523	-16%
Receita Operacional Líquida (R\$ Mil)	566.907	870.855	805.228	1.182.716	1.018.911	-14%
Custos e Despesas Operacionais	(595.097)	(909.288)	(730.143)	(1.179.810)	(1.377.054)	17%
Resultado do Serviço de Energia Elétrica (R\$ Mil)	(28.190)	(38.433)	75.085	2.906	(358.143)	-12424%
Margem Operacional (%)	-5,0%	-4,4%	9,3%	0,2%	-35,1%	-14406%
Geração Operacional de Caixa (EBTIDA) - R\$ Mil	(2.479)	(5.178)	97.092	19.280	(329.267)	-1808%
Margem EBTIDA (%)	-0,4%	-0,6%	12,1%	1,6%	-32,3%	-2082%
Resultado Financeiro (R\$ Mil)	(82.450)	(50.007)	(22.781)	(53.831)	(69.728)	30%
Lucro (Prejuízo) do Período (R\$ Mil)	(110.640)	(97.931)	41.934	(50.925)	(427.871)	740%
Ativo Total (R\$ Mil)	683.371	816.746	1.035.639	1.323.679	1.131.441	-15%
Investimento (R\$ Mil)	144.154	275.916	299.974	314.648	207.085	-34%
Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	(889.363)	(204.479)	(185.155)	(223.506)	(219.477)	-2%

Desempenho Econômico e Financeiro

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Companhia registrou em 2013 o montante de R\$ 1.397.434 mil, apresentando um decréscimo de 14% em relação ao exercício anterior (R\$ 1.632.439 mil). Dentro da receita de 2012 e 2013, está incluso o valor R\$ 274.083 mil e R\$ 196.591 mil, respectivamente, referente à apuração da receita de construção, conforme a Instrução do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01.

EVOLUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA - (R\$ MIL)



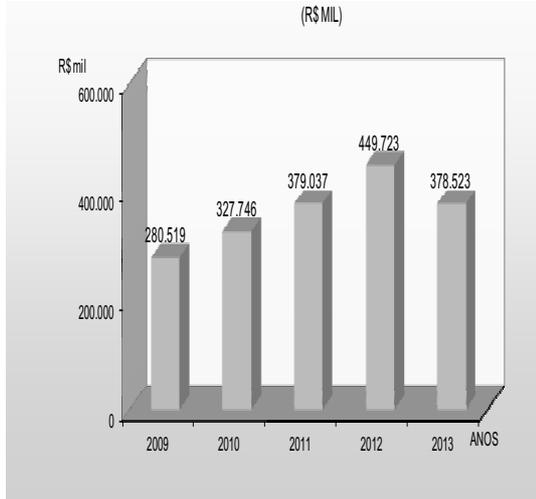
Composição da Receita Operacional Bruta	R\$ Mil		Variação	
	2013	2012	R\$	%
Receita de fornecimento de energia elétrica	541.847	570.259	-28.412	-5%
Receita de uso da rede e energia de curto prazo	510.312	649.441	-139.129	-21%
Receita de construção - IFRIC 12	196.591	274.083	-77.492	-28%
Outras receitas	148.684	138.656	10.028	7%
	1.397.434	1.632.439	-235.005	-14%

Tributos e Encargos Regulatórios sobre Vendas no Mercado Cativos

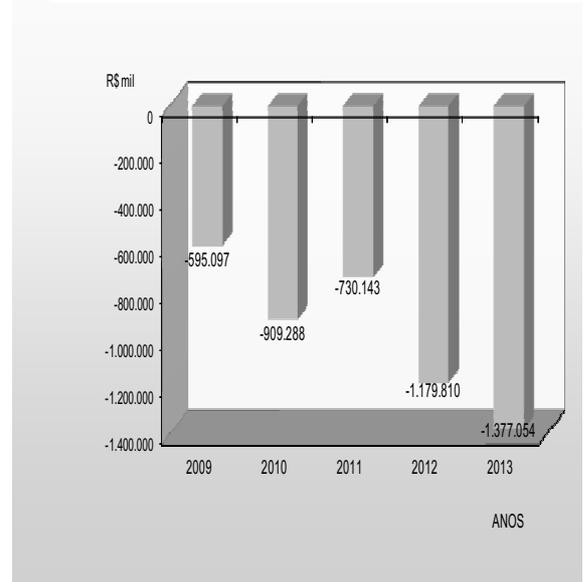
A Companhia Energética do Piauí está entre os maiores contribuintes de tributos do Estado do Piauí, incidentes sobre vendas. Em 2013, esses tributos e encargos regulatórios totalizaram R\$ 378.523 mil, 16% menor do valor apurado em 2012 R\$ 449.723 mil. O ICMS registrado em 2013 foi de R\$ 259.502 mil, com decréscimo de 7% em relação a 2012 R\$ 278.916 mil, representando 69% do total geral de tributos e encargos regulatórios do exercício.

Do total apurado com tributos e encargos regulatórios em 2013 de R\$ 378.523 mil, o montante de R\$ 366.582 mil corresponde a impostos e contribuições sociais, representando 97% e R\$ 11.941 mil de encargos regulatórios, com apenas 3%.

EVOLUÇÃO DOS TRIBUTOS E ENCARGOS REGULATÓRIOS SOBRE VENDAS - (R\$ MIL)



EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE DESPESAS OPERACIONAIS - (R\$ MIL)



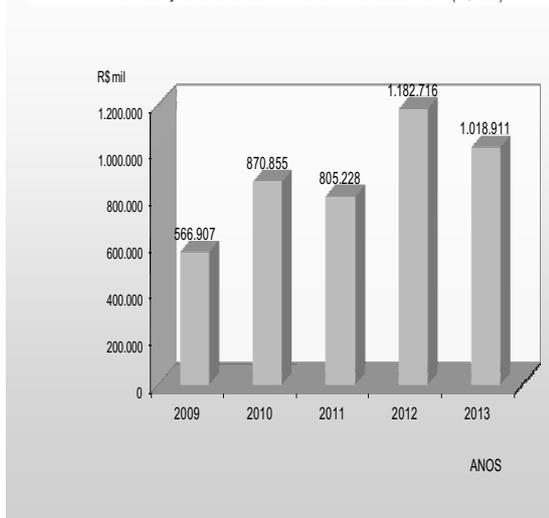
Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida, que considera as deduções de impostos e encargos regulatórios sobre vendas, registrou em 2013 um montante de R\$ 1.018.911 mil, com uma redução de 14% em relação a 2012 (R\$ 1.182.716 mil). Deste montante, a venda de energia elétrica contribuiu com R\$ 541.847 mil.

Tal resultado foi decorrente, principalmente, pelo reflexo do impacto causado pela redução tarifária da revisão tarifária extraordinária aprovada pela Resolução ANEEL nº

1.426/2013, que gerou efeito médio na tarifa percebido pelos consumidores cativos de -18,0%, com vigência a partir de 25 de janeiro de 2013 e da posterior Revisão Tarifária Periódica, homologada pela ANEEL através da Resolução nº 1.605/2013, que também reajustou a tarifa média em -8,55%, com vigência a partir de 28 de agosto de 2013.

EVOLUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA - (R\$ MIL)



Custos e Despesas Operacionais

O custo do serviço com energia elétrica, custo de operação, custo de construção e as despesas operacionais totalizaram, em 2013 R\$ 1.377.054 mil, contra R\$ 1.179.810 mil em 2012, representando um aumento de 17%. Comparativamente ao exercício anterior, esse acréscimo foi impactado fortemente pelos efeitos de eventos atípicos, tais como: impairment referente a Base de Remuneração Regulatória - BRR aprovada pela ANEEL e o montantes dos ativos elegíveis em serviços que contribuíram na base para o cálculo da tarifa em R\$ 221.875 mil, Programa de Incentivo a Demissão - PID R\$ 73.737 mil, custo de construção - IFRIC 12 com R\$ 196.591, baixas de sobras contábeis em R\$ 19.647 mil.

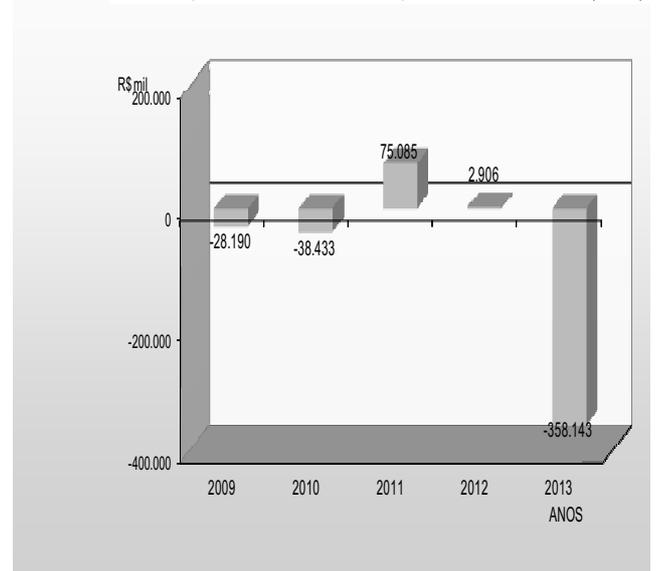
Composição dos Custos e Despesas Operacionais	R\$ Mil		Variação	
	2013	2012	R\$	%
Custo com energia elétrica	461.840	498.182	-36.342	-7%
Custo de operação	536.662	272.207	264.455	97%
custo de construção - IFRIC 12	196.591	274.083	-77.492	-28%
Despesas operacionais	181.961	131.338	50.623	39%
	1.377.054	1.175.810	201.244	17%

Resultado do Serviço de Energia Elétrica e Margem Operacional

Com os efeitos dos fatos anteriormente mencionados o resultado do serviço de energia elétrica atingiu o montante de R\$ -358.143 mil, superior ao resultado de 2012 em 12.424% (2012 R\$ 2.906 mil).

A margem operacional do serviço (resultado do serviço/receita operacional líquida), com este resultado passou em 2012 de 0,2% para -35,1% em 2013, com um crescimento negativo de 14.406%.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA - (R\$ MIL)



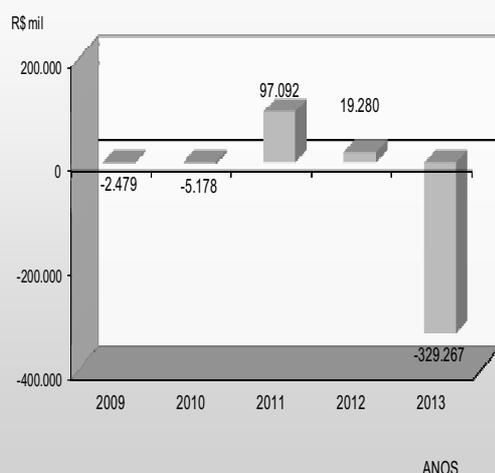


Geração Operacional de Caixa (EBTIDA)

A geração de caixa operacional expressa pelo EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA) em 2013 foi de R\$ -329.267 mil, representando uma redução de 1.808% em relação aos R\$ 19.280 mil registrado em 2012.

A margem do EBITDA (EBITDA/receita operacional líquida) é de -32,3%, inferior em 2.082% em relação a 2012. O crescimento médio do EBITDA da Companhia nos últimos 5 anos de -44,1%.

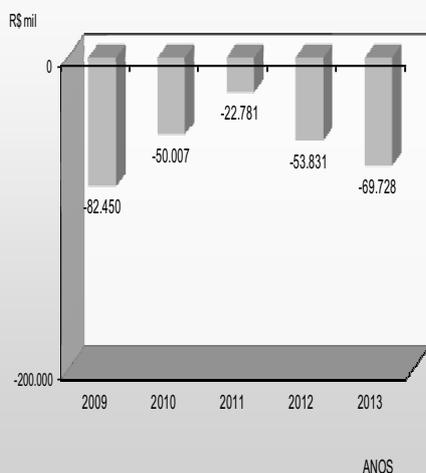
EVOLUÇÃO DA GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (EBITDA) - (R\$ MIL)



Resultado Financeiro

O resultado financeiro do exercício de 2013 apresentou uma despesa líquida de R\$ 69.728 mil, superior ao resultado de 2012 (2012 despesa de R\$ 53.831 mil) em 30%. Este resultado decorreu principalmente, pela correção dos adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC que contribuiu com R\$ 22.457 mil, encargos de dívida R\$ 70.703 mil, multas diversas com R\$ 20.525 mil e variações monetárias de R\$ 47.141 mil.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO - (R\$ MIL)



	31/12/2013	31/12/2012	Variação	
			R\$	%
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	997	1.363	-366	-27%
Acréscimos moratórios	53.363	42.329	11.034	26%
Variações monetárias ativas	13.508	5.961	7.547	127%
Descontos financeiros	9.820	7.133	2.687	38%
	77.688	56.786	20.902	37%
Despesas				
Encargos de dívida	70.703	43.173	27.530	64%
Juros PEE e P&D	2.306	2.681	-375	-14%
Multas	20.525	9.609	10.916	114%
Variações monetárias passivas	47.141	45.498	1.643	4%
Outras	6.741	9.656	-2.915	-30%
	147.416	110.617	36.799	33%
Resultado Financeiro	(69.728)	(53.831)	-15.897	30%

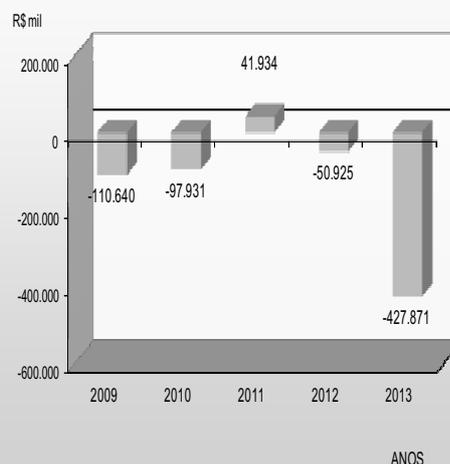
Resultado do Exercício

O Resultado do ano de 2013 registra uma variação a maior de 740% em relação a 2012, tendo sido apurado um prejuízo líquido de R\$ 427.871 mil, em 2012 R\$ 50.925 mil. Esse resultado negativo foi fortemente influenciado pelos efeitos da aplicação da Lei nº 12.783/2013 que determinou uma Revisão tarifária Extraordinária, com vigência a partir de 25 de janeiro de 2013, com redução nas tarifas do Grupo A3 em 24,34%, Grupo A4 em 22,10%, baixa tensão convencional em 18% e consumidor baixa renda em 16,4%, bem como a aplicação do resultado da Revisão Tarifária Periódica, homologada através da Resolução ANEEL nº 1.605, de 27 de agosto de 2013, fixando uma tarifa média de -8,55%, com vigência a partir de 28 de agosto de 2013.

Adicionalmente aos efeitos da Lei nº 12.783/2013 e da Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.605/2013, temos ainda:

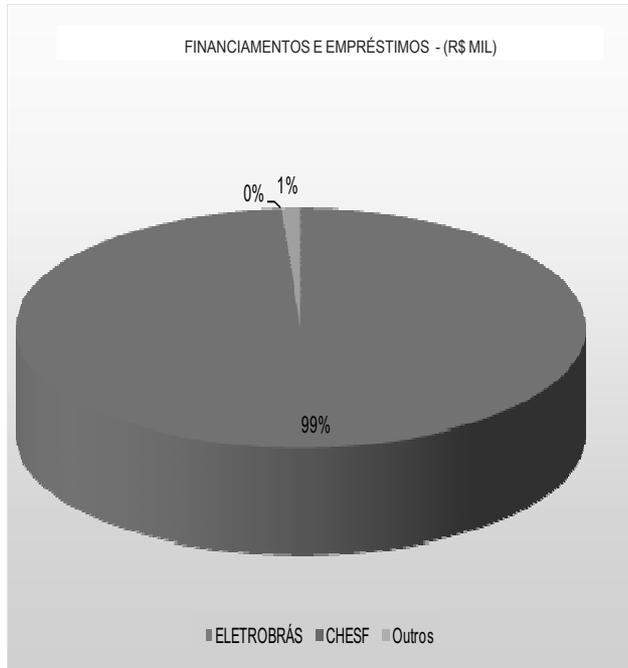
- 1 - efeitos do teste de recuperabilidade (impairment) comparativo entre a Base de Remuneração Regulatória - BRR líquida determinada pela ANEEL e o valor dos ativos elegíveis para efeito de remuneração da tarifa, corrigido para a data de 31/12/2013, com efeito no resultado de R\$ 221.875 mil;
- 2 - Programa de Incentivo ao Desligamento - PID que teve efeito no resultado de 2013 de 73.737 mil;
- 3 - custos de implantação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, com R\$ 19.647 mil;
- 4 - provisões/reversões que contribuiu com R\$ 74.571 mil, e o
- 5 - resultado financeiro com uma despesa líquida de 69.728 mil.

EVOLUÇÃO DO LUCRO/PREJUÍZO - (R\$ MIL)



Endividamento

Em 31 de dezembro de 2013, os financiamentos e empréstimos totalizaram R\$ 794.576 mil, em 2012 R\$ 587.401 mil. Desse total, a Eletrobras é credora de R\$ 785.904 mil, equivalente a 98,9%.

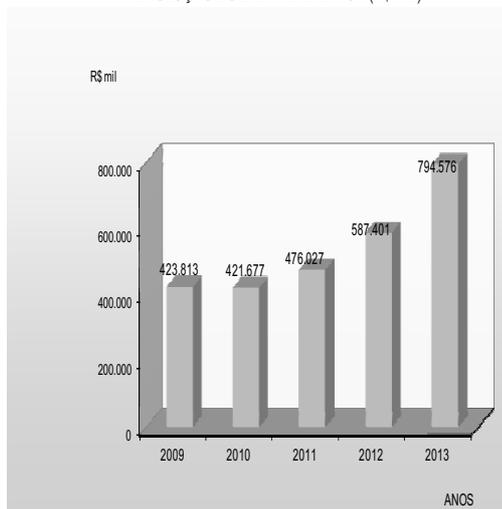


Nos saldos dos financiamentos e empréstimos houve um acréscimo decorrente de aporte de recursos oriundos da Eletrobras.

Financiamentos e Empréstimos (R\$ mil)	2009	2010	2011	2012	2013
Eletrobras	315.331	352.914	463.267	578.371	785.904
CHESF	96.884	58.025	3.064	-	-
Outros	11.598	10.738	9.696	9.030	8.672
Total	423.813	421.677	476.027	587.401	794.576

Fonte: Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2013 de nº 15 - Financiamentos e Empréstimos.

EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO - (R\$ MIL)



Principais Indexadores sobre Financiamentos e Empréstimos Obtidos:

Moeda Nacional	31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
RGR	370.893	47,2	364.865	62,90	439.575	93,76
IGP-M	395.284	50,3	193.238	33,31	5.561	0,96
FINEL	20.408	2,6	21.986	3,79	23.692	4,08
Total	786.585	100,0	580.089	100,00	468.828	100,00

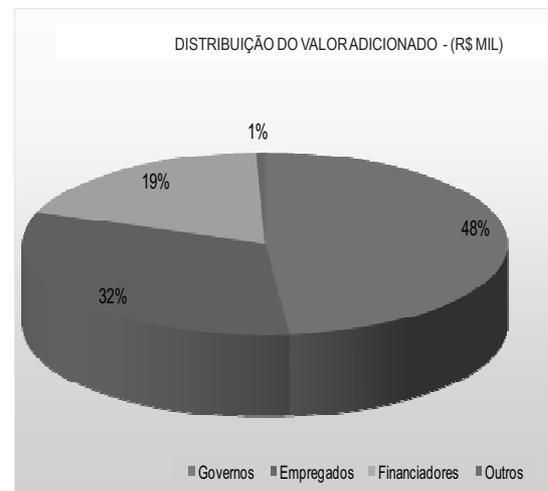
Valor Adicionado

O valor adicionado tem a função de divulgar e identificar o valor da riqueza gerada pela Companhia, e como essa riqueza foi distribuída entre os diversos atores que contribuíram, direta ou indiretamente, para a sua geração, tais quais: os empregados que forneceram a mão de obra, os investidores que forneceram o capital, os financiadores que emprestaram os recursos e o governo que forneceu a lei e a ordem, infraestrutura sócio-econômica e os serviços de apoio.

Constitui assim, o valor adicionado, a receita de venda, deduzida dos custos dos recursos adquiridos de terceiros. É, portanto, o quanto a Companhia contribuiu para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) da Região.

O valor econômico gerado pela Companhia em 2013, conforme o balanço societário foi de R\$ 782.196 mil, superior ao valor adicionado de 2012 (2012 R\$ 731.058 mil) em 7%. Este valor representa a contribuição da Companhia para o crescimento nacional, especialmente para o Estado do Piauí e região nordeste.

Este valor foi devolvido à sociedade em forma de salários, encargos e benefícios aos empregados, impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estadual e municipais e pagamentos a fornecedores pela aquisição de bens e serviços e juros aos financiadores.



Distribuição do Valor Adicionado	31/12/2013	31/12/2012	Variação	
			R\$	%
Empregados	251.585	164.204	87.381	53%
Governos	378.524	449.723	-71.199	-16%
Financiadores	152.087	117.131	34.956	30%
Total	782.196	731.058	51.138	7%

Estrutura Societária

A Companhia Energética do Piauí, sociedade anônima de economia mista, de capital fechado, enquanto subsidiária da Eletrobras, atende aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) na prestação de informações para que a Holding possa manter a negociação das suas ações por meio de American Depositary Receipts (ADR), nível 2, bem como participar do Dow Jones Sustainability Index (DJSI) da Bolsa de Nova York e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE - Bovespa).



Em 2013, o Capital Social da Companhia, no valor de R\$ 1.256.331 mil, sendo: Ações ordinárias R\$ 1.199.757 mil e ações preferenciais R\$ 56.574 mil. A quantidade de ações apresentou a seguinte composição:

Espécie/Classe das ações	Ações	
	Quantidade	%
Ordinárias	744.131.334	95,50%
Preferenciais - Classe "A"	19.310.694	2,48%
Preferenciais - Classe "B"	15.781.524	2,02%
	779.223.552	100,00%

As ações ordinárias conferem direito de voto nas deliberações da assembleia geral de acionistas, na proporção de um voto por ação, ou o direito ao voto múltiplo, nos casos e na forma previstos em lei.

As ações preferenciais não têm direito de voto na assembleia geral de acionistas e gozarão das seguintes vantagens:

- Prioridade na distribuição e recebimento de dividendos anuais de até 10% (dez por cento), calculados sobre o valor da parcela do capital representado pelas ações preferenciais classe "A";
- Montante de dividendos equivalente no mínimo a 10% (dez por cento), calculados sobre o valor da parcela de capital representado pelas ações preferenciais Classe "B"; e,
- Prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em cumprimento ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia Energética do Piauí informa que utiliza os serviços de auditoria independente da empresa PriceWaterHouseCoopers, contratada pela Holding para a execução dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas do sistema Eletrobras, devendo ser ressaltado, adicionalmente, que a referida empresa de auditoria também é contratada para a execução dos serviços de auditoria independente nas demonstrações financeiras regulatórias e que não possui nenhum outro contrato de prestação de serviço com a citada empresa que não os referentes aos próprios serviços de auditoria nas demonstrações financeiras societárias e regulatórias.

10. RECURSOS HUMANOS

Administração de Pessoal

Em 2013, a Companhia Energética do Piauí prosseguiu admitindo candidatos aprovados no Concurso Público realizado em 2007 por força de decisões judiciais, tendo encerrado o exercício com 22 (vinte e duas) novas contratações alusivas a profissionais de nível fundamental, profissionais de nível médio suporte e profissionais de nível operacional, distribuídos nas diversas Diretorias.

Quanto às demissões, a Companhia finalizou o ano com 309 (trezentos e nove) desligamentos, sendo 22 (vinte e dois) a pedido, 10 (dez) falecimentos, 01 (uma) demissão sem justa causa e 276 (duzentas e setenta e seis) demissões via Plano de Incentivo ao Desligamento - PID 2013/2014. Esse último - PID - foi implantado e está sendo realizado de forma unificada com todo o Sistema Eletrobras, com vistas à redução custos de pessoal, aliada à valorização, mediante pagamento de indenização, dos empregados com mais de 20 (vinte) anos de vínculo contratual e/ou aposentados que optaram por desligar-se da empresa.

Desenvolvimento e Educação

Exercendo o seu papel social, a empresa manteve a operacionalização dos programas de estágios em 2013 com 44 (quarenta e quatro) vagas de estágios para estudantes regularmente matriculados em Instituições de Ensino Superior e Nível Médio Técnico.

Do mesmo modo, manteve as jovens aprendizes contratados em 2012 via concurso público, chegando ao final de 2013 com 38 (trinta e oito) deles.

Já na área de desenvolvimento profissional, a empresa reafirmou, por intermédio de Acordo Coletivo de Trabalho, o compromisso de disponibilizar o incentivo educação alcançando a marca de R\$ 1,09 milhão/ano.

Seguindo, desta feita com ações voltadas para o desenvolvimento das competências dos colaboradores, através do Processo Local de Educação Corporativa - PLEC, a Empresa atingiu a marca dos 48.824 horas de treinamento com destaque para as atividades de licitação e contratos; contabilidade do setor elétrico; Procedimento Operacional Padrão - POPs; reciclagem em NR-10 e SEP, bem como evento voltado para o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE).

Benefícios e Bem-Estar

Há de se destacar o volume e diversidade de benefícios sociais concedidos pela Empresa, contribuindo, positivamente, para a melhoria de qualidade vida e, conseqüente, para motivação funcional, tais como: assistência médica; reembolso medicamentos/farmácia; vale transporte; auxílio creche; reembolso academia, os quais ultrapassaram R\$ 6 milhões no ano de 2013.

Ainda no escopo do Processo de Benefícios e Bem Estar, também vale mencionar as ações promovidas pela empresa com o intuito de conceder aos empregados qualidade de vida e momentos de descontração, como a campanha de vacinação contra a gripe (que alcançou mais de 600 colaboradores) e a realização do 1º programa de esportes da empresa (que contou com torneio esportivo com 60 participantes e a promoção de ginástica laboral).

Segurança do Trabalho

Em 2013 a empresa intensificou os trabalhos de fiscalização das equipes de campo. Foram realizadas 603 (seiscentas e três) inspeções, sendo 300 (trezentas) em equipes terceirizadas e 303 (trezentas e três) em equipes próprias, momento em que foi vistoriado o cumprimento das normas e procedimentos de segurança, a utilização dos fardamentos antichama e demais Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, bem como Equipamentos de Proteção Coletiva - EPCs e, paralelamente, a realização de seminários de conscientização da necessidade de priorizar a segurança no trabalho.

Fundação CEPISA de Seguridade Social - FACEPI

A FACEPI – Fundação Cepisa de Seguridade Social, administra dois planos de benefícios patrocinados pela Companhia Energética do Piauí, um Plano BD, um Plano CV e o PGA (Gestão Administrativa).

Em meio a um cenário difícil para todas as entidades de fundos fechados no ano de 2013, onde o desempenho foi negativo alcançando em média 6,00%, a FACEPI conseguiu encerrar o exercício com uma rentabilidade positiva de 1,62% no Plano BD; 6,61% no Plano CV; e 7,72% no Plano PGA.

Esses resultados foram possíveis devido ao cumprimento da seleção de ativos, alinhados com estratégias de longo prazo adotado pela entidade com base no estudo de ALM e sua política de investimento.

O ano de 2013 foi considerado, também, positivo em termo de governança, questões estratégicas e de resultados, pois a FACEPI teve seu patrimônio elevado de R\$ 210 milhões em 2012 para R\$ 227 milhões em 2013, representando um crescimento de 7,92%.

Nesse cenário, a FACEPI contou em 31/12/2013, em seu plano BD, com 783 participantes ativos; 467 aposentadorias programadas; 48 aposentadorias por invalidez; e 238 pensionistas, com uma folha de pagamento de benefícios de R\$ 10, 3 milhões acumulados ao final do exercício, cumprindo assim, com seu objetivo, como também com a política de recursos humanos da patrocinadora. Já no plano CV, que em 31/12/2013 tinha 420 participantes ativos, 11 aposentadorias programadas e 02 pensionistas, com uma folha de pagamento de R\$ 21 mil para esses benefícios.

11. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Estrutura de Governança Corporativa

A Governança Corporativa da Companhia é representada pelos relacionamentos da Administração Superior, constituída pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Auditoria Interna, Comitê de Gestão de Riscos, Comitês Internos e Ouvidoria.

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, a Eletrobras contrata serviços de auditoria independente, para todas as empresas do Sistema, com a finalidade de atestar a adequação de atos ou fatos para atribuir características de confiabilidade a atividades mediante utilização de procedimentos técnicos específicos. No caso das demonstrações financeiras, tem por objetivo a emissão de pareceres sobre a adequação das contas da Empresa, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) e com a legislação específica pertinente.

Assembleia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para aumento do Capital Social; reformar o Estatuto Social; e deliberar sobre outros assuntos que forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

Em 2013, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu em 29 de abril para aprovar, entre outros assuntos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2012 e alterar a composição do Conselho Fiscal.

Três Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE) foram realizadas no exercício para reformar o estatuto (29/04/13) e aumento de capital em (13/09/13 e 28/10/13).

Conselho de Administração

Instância máxima da Administração da Companhia, o Conselho de Administração é composto por até seis membros, brasileiros, acionistas, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o Presidente do Conselho, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição. Dentre os membros do Conselho de Administração é escolhido o Diretor-Presidente da Empresa. Um dos membros do Conselho é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e outro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto dos seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela Empresa em conjunto com as autoridades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente. Este colegiado, em 2013, reuniu-se 22 vezes.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva constitui-se de um Diretor-Presidente e de cinco Diretores, gestores dos negócios da Empresa, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, com direito a

reeleição, que exercem suas funções em regime de tempo integral, nas seguintes áreas de atividade: Presidência; Gestão; Finanças; Planejamento e Expansão; Operação; Comercial e Assuntos Regulatórios e Projetos Especiais. As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas. Em 2013, foram realizadas 56 reuniões.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, brasileiros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos por AGO para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, observando-se os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente. Um de seus membros efetivos e respectivo suplente são indicados pelo Ministério da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional. Em 2012, este colegiado reuniu-se 13 vezes para fiscalizar os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, emitiu 4 pareceres no ano de 2013. O primeiro, relativo à análise do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício de 2012, tendo sido favorável, com recomendação de aprovação por parte dos acionistas, na Assembleia Geral. O segundo, relativo às remunerações pagas aos diretores e conselheiros, no período de abril de 2012 a março de 2013, e dois últimos relativos à proposta de aumento do Capital Social da Companhia.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna é subordinada ao Conselho de Administração e promove o exame das atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais, com o objetivo de analisar a gestão das mesmas e verificar procedimentos, controles aplicados, sistemas informatizados, registros, arquivos de documentos e dados, cumprimento de diretrizes, atos normativos internos e preceitos da legislação vigente.

Os trabalhos são planejados seguindo orientação de uma matriz de risco elaborada pelos técnicos da unidade de Auditoria Interna onde contempla a maioria dos processos existentes na Empresa. Outros instrumentos são as demandas dos órgãos de controle (CGU/TCU/ANEEL), solicitações dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Auditoria Interna da Holding.

Em 2013, foram realizados 8 trabalhos de auditoria, oriundos do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), em conformidade com o disposto na Instrução Normativa nº 01/2007, de 03/01/2007, da Controladoria Geral da União - CGU, tendo como base de planejamento, os recursos humanos disponíveis no exercício de 2012, num total de 03 (três) empregados, o que corresponde a um total de 4.662 homens/hora/ano.

Além disso, em continuidade ao processo de adequação do ambiente de controle interno à Lei *Sarbanes Oxley* (SOX), necessária à certificação do Sistema Eletrobras, a Consultoria contratada pela Holding executou o mapeamento e validação dos Gap's

encontrados nos 14 processos relevantes selecionados para o ciclo de 2013/2014, os quais devem passar por auditoria e certificação dos controles a fim de verificar a segurança e eficácia dos controles.

O relacionamento da Empresa com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU) se dá de forma ininterrupta, durante todo o exercício, para cumprir as disposições legais quanto aos procedimentos da auditoria anual de contas, pelo órgão de controle interno, para organização e formalização das peças que constituem o processo de contas e para atender a demandas de rotina que fazem parte das atribuições dos mesmos.

Gestão de Riscos

Está em processo de desenvolvimento a gestão integrada de riscos corporativos da reconhecida pela Companhia como um instrumento fundamental à tomada de decisões estratégicas por parte da Alta



Administração, visando à sustentabilidade do seu

negócio. É associada a benefícios tangíveis e intangíveis como a melhoria da imagem institucional perante os *stakeholders*, a garantia da qualidade dos serviços prestados à sociedade e a geração de valor para os acionistas.

Alinhada com a Política de Gestão de Riscos da *Holding*, foi constituído o Comitê de Gestão de Riscos, para promover a incorporação dos conceitos e práticas de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia.

Controle Interno

O exercício de adequação do controle interno das empresas modernas é de fundamental importância e envolve todos os métodos e medidas adotados na organização para proteger seus ativos, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, incrementar a eficiência operacional e promover a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas (*American Institute of Certified Public Accountants – AICPA*).

Operado pela alta administração da empresa e pelos níveis gerenciais apropriados, envolve todas as atividades e rotinas relacionadas ao cumprimento do seu objeto social, para respeitar e cumprir as políticas e procedimentos traçados, garantir o desenvolvimento ordenado e eficiente das ações, incluindo a adesão às políticas administrativas, bem como a salvaguarda dos ativos, a prevenção e identificação de fraudes e erros e o registro completo e correto das operações. Os sistemas de controle interno da empresa permitem que cada área opere de forma eficiente e eficaz para oferecer garantia de que os processos, serviços e produtos estejam adequadamente protegidos. Tal processo auxilia na mitigação de riscos corporativos, no alcance de metas e no crescimento sustentável do negócio, demonstrando maior transparência e credibilidade.

A fim de certificar, anualmente, a eficácia do ambiente de controles internos, no âmbito das empresas Eletrobras, foram definidos os controles mitigadores dos riscos aos quais a empresa está exposta. Para manter essa condição, a *Holding* deve entregar e divulgar anualmente suas demonstrações financeiras e a certificação anual dos controles internos à *U.S. Securities and Exchange Commission (SEC)*.

O escopo dos processos mais relevantes para a certificação SOX compreende os que possuem materialidade diante das demonstrações financeiras da empresa. Em 2013, foram selecionados 14 processos, associados a: gestão de compras, gestão financeira (pagamentos e recebimentos), venda de energia, processo de tecnologia da informação, gestão contábil e previdência complementar.

Comitês Internos

Colegiados permanentes compostos por representantes de cada Diretoria, os Comitês Internos apoiam a Diretoria Executiva no cumprimento das políticas internas de gestão, dentre os quais se destacam: Coordenador de Planejamento Estratégico e Empresarial, Informática, Recursos Humanos, Pesquisa e Desenvolvimento, Seguros, Comercialização de Energia, Segurança da Informação, Comissão de Ética, Coordenação de Novos Negócios, Sustentabilidade Empresarial e Gestão de Riscos.

Políticas Internas

As políticas internas da empresa são definidas por meio de instrumentos balizadores dos atos deliberativos da Diretoria Executiva, que cobrem os seguintes temas: estoques, informática, recursos humanos, segurança empresarial, ambiental, responsabilidade social, transportes, segurança da informação, segurança no trabalho e saúde ocupacional, segurança patrimonial, material, propriedade intelectual, gestão sociopatrimonial, gestão de resíduos e educação ambiental.

Princípios Éticos e Compromissos de Conduta

Desde 2010, a Companhia adota o código de ética único das empresas do sistema Eletrobras, que tem por base a definição clara dos princípios que norteiam os compromissos de conduta nas ações, comportamento e decisões profissionais de empregados, gerentes, diretores, membros

dos Conselhos de Administração e Fiscal, colaboradores, fornecedores e demais públicos de relacionamento.

O cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta é monitorado pela comissão de ética que tem por objetivo orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente a imputação ou o procedimento suscetível de censura, supervisionar os certames da empresa e desenvolver atribuições definidas pela Presidência.

A partir de março/2012 todos os contratos firmados pela Companhia com fornecedores incluem uma cláusula no qual o contratado se compromete a tomar conhecimento e a adotar o código de ética das empresas Eletrobras.

No portal ética, na intranet, encontram-se a legislação vigente, perguntas e respostas relativas à gestão da ética em empresas públicas, os serviços fale conosco e o canal denúncia de desvios éticos e o monitoramento dos casos analisados pela comissão de ética, entre outras informações.

Ouvidoria

A Ouvidoria atua como canal de atendimento aos colaboradores e como veículo de comunicação e relacionamento com o cidadão, consolidando-se como instrumento à disposição do público interno e externo, prestando, ao mesmo tempo, serviço aos gestores da Empresa e reforçando o compromisso da Companhia com a sociedade.

Principais Relacionamentos da Companhia Energética do Piauí

Visando manter relacionamento ativo com as entidades representativas no Setor de Energia Elétrica, a Companhia está presente nos principais fóruns e mantém relacionamento constante com instituições representativas, como: Ministério de Minas e Energia (MME), Eletrobras, Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), assim como com órgãos nas esferas estadual e municipal, em função de construir e operar empreendimentos situados em todo o território piauiense.

Adicionalmente, a Companhia participa de diversos fóruns e associações de classe, no País, a saber: Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí (CREA-PI), Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (ABRACONEE), Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADE), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), entre outras.

12. SUSTENTABILIDADE

A Companhia Energética do Piauí continuou fortalecendo o conceito de sustentabilidade, com ações planejadas, que envolveu toda a sua força de trabalho. As ações realizadas traduziram a firmeza de propósito na mudança da cultura organizacional.

Em parceria com o Serviço Social da Indústria – SESI e a Associação Piauiense das Primeiras Damas – APPD, esteve presente em 21 Municípios piauienses, atendendo um total de 1.704 pessoas, levando o Programa SESI Cozinha Brasil a comunidades compostas, na sua maioria, por mulheres. Receberam orientação sobre escolha, higienização, armazenagem e cocção de alimentos e comercialização dos alimentos prontos com alto valor nutricional e baixo custo aumentando dessa forma a sua renda familiar e elevando o seu empoderamento. Sendo ainda informadas sobre a utilização racional e seguras da energia elétrica, plantio e poda de vegetação próxima à rede de energia elétrica, direitos e deveres do consumidor, em especial do consumidor de baixa renda, cadastro do programa Bolsa Família, troca de titularidade da fatura de energia elétrica, como escolher geladeira e tipo de lâmpadas mais econômicas. Foram alertadas sobre assédio moral e sexual, ética, violência contra a mulher e disque denúncia 180.

Essas ações educativas foram realizadas nos Municípios Piauienses de Teresina, Lagoa do Piauí, Esperantina, União, Água Branca, Murici dos Portelas, Ipiranga do Piauí, Demerval Lobão, São Miguel da Baixa Grande, São Félix do Piauí e Itaueira, contribuindo assim para estreitar as relações com a sociedade.

Realizou, de 11 a 15 de março de 2013, a semana do consumidor, em parceria com a Associação dos Moradores dos Conjuntos Pedra Mole, Vila Paraíso e Maurílio Araújo Lima e a Escola Municipal Residencial Pedra Mole, no Município de Teresina, levando serviços que visavam melhorar a qualidade de vida dos moradores dessa região. Foram atendidas 500 pessoas da comunidade.

Com o apoio do comitê de sustentabilidade, composto de representantes de todas as áreas da Companhia, sistematizaram as ações de sustentabilidade e a operacionalização dos relatórios obrigatórios anuais respondendo aos indicadores do Geral Reporting Initiative – GRI, Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE/BOVESPA, DOW JONES – DJS, ETHOS/ABRADEE e o Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica, exigido pela ANEEL, apresentando para os órgãos reguladores e para a sociedade em geral, de forma clara e objetiva, as ações executadas pela administração da Companhia.

Aderiu a 5ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, da Presidência da República.

Continuou dando oportunidade de aprendizado prático a dois adolescentes do programa jovem aprendiz.

Ampliando as determinações do Decreto nº. 5.940/06 que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis e a Lei nº. 12.305/2010, que instituiu a política nacional de resíduos sólidos foi instituída através da Portaria PR 107/2013, a comissão de coleta seletiva solidária.

Gestão Ambiental

Sem perder de vista a responsabilidade com a melhoria da qualidade ambiental, a Companhia Energética do Piauí, procura cumprir a legislação pertinente e a política nacional de meio ambiente, sintonizando com a preservação dos recursos naturais e procurando minimizar os impactos ambientais inerentes à sua atividade de distribuição e comercialização de energia.

Qualquer empreendimento executado pela Companhia, utilizador de recursos ambientais depende do prévio licenciamento dos órgãos estadual ou municipais competentes e integrantes do SISNAMA e IBAMA, onde são requeridas as licenças prévias (LP), licenças de instalação (LI), autorização de supressão de vegetação (ASV) e licenças de operação (LO), bem como dispensas de licenciamento ambiental com a declaração de baixo impacto ambiental. Para esta finalidade, a Companhia comunica aos órgãos licenciadores, usando memorial descritivo e mapas de situações onde estão definidas as faixas de servidão para a realização das

obras de 2013, não tendo recebido quaisquer reclamações durante a implantação e ampliação dos empreendimentos, pelos órgãos fiscalizadores.

No ano de 2013, a Companhia executou importantes programas de reforço do sistema elétrico com a construção de novas subestações e licenciamento de 31(trinta e um) novos alimentadores em 13.8 KV em Teresina-PI, com a finalidade de ampliar a oferta e melhoria da qualidade da energia. Foram também requeridos licenciamento ambiental para a construção de 06(seis) alimentadores do município de Parnaíba-PI, 01(um) alimentador para o município de Piriá-PI; 02(dois) alimentadores para o município de Picos-PI, 01(um) alimentador para o município de Ilha Grande-PI e 01 (um) alimentador para o município de Caruaras-PI.

Na supressão de vegetação nas faixas das linhas de 69 KV construídas nesse ano, parte do material permanece sob a faixa para preservação do solo contra a formação do processo erosivo. Embora esta prática seja uma condição imposta pela necessidade de realização das obras, a ED-PI busca assimilar e desenvolver projetos de compensação ambiental obedecendo as condicionantes impostas nas licenças ambientais emitidas pelos órgãos fiscalizadores.

Foram realizadas as obras a seguir relacionadas, dentro do padrão auto-sustentável em respeito ao Meio Ambiente:

QUADRO DE OBRAS - DPA					
CONTRATO	OBRA	TIPO DE OBRA	ASSINATURA DO CONTRATO	ENERGIZAÇÃO	DURAÇÃO DA OBRA (DIAS)
344/2011	SE POLO SUL 69/13.8 KV	NOVA	24/11/2011	13/09/2013	659
133/2012	SE VALENÇA	AMPLIAÇÃO	13/09/2012	13/10/2013	395
345/2011	SE PARNAIBA II	NOVA	28/12/2011	19/05/2013	508
346/2011	SE BURITI DOS LOPES	NOVA	28/12/2011	19/03/2013	447
127/2012	SE TABULEIROS 138/69 KV	AMPLIAÇÃO	31/08/2012	30/08/2013	364
134/2012	SE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	NOVA	13/09/2012	EM EXECUÇÃO	
131/2012	SE BARRAS	AMPLIAÇÃO	12/09/2012	EM EXECUÇÃO	
132/2012	SE CAMPO MAIOR (1 EL)	AMPLIAÇÃO	12/09/2012	EM EXECUÇÃO	
128/2012	SE PARNAIBA I	AMPLIAÇÃO	31/08/2012	EM EXECUÇÃO	
	SE RIBEIRO GONÇALVES	NOVA	13/09/2012	EM EXECUÇÃO	
130/2012	SE BURITI GRANDE	AMPLIAÇÃO	13/09/2012	13/10/2013	395
063/2012	LD 69 KV TAB/PAB I	NOVA	09/05/2012	15/10/2013	524
064/2012	LD 69 KV PAB I/PAB II	NOVA	09/05/2012	19/05/2013	375
167/2010	LD 138 KV PIRIPIRI/TABULEIROS	NOVA	03/01/2011	30/08/2013	970
065/2012	LD 69 KV C. MAIOR/BARRAS.	NOVA	09/05/2012	EM EXECUÇÃO	
066/2012	LD 69 KV BUR. GRANDE/VALENÇA.	NOVA	09/05/2012	13/10/2013	522
067/2012	LD 69 KV B. G. DO RIBEIRO/R. GONÇALVES.	NOVA	09/05/2012	EM EXECUÇÃO	
062/2012	LD 69 KV CHESF/POLO SUL	NOVA	04/06/2012	13/09/2013	466

Projeto Logístico e Manufatura Reversa

A Companhia Energética do Piauí implantou em agosto/2013 o projeto de "Logística e Manufatura Reversa" assumindo o compromisso de adotar critérios de sustentabilidade nos investimentos realizados pela Companhia, por meio do Projeto Energia +.

Diante do volume gerado pelo descarte de equipamentos com a realização do projeto substituição de medidores obsoletos, decidiu-se pelo destino ambientalmente correto dos resíduos com o projeto de logística reversa. Em atendimento as medidas de mitigação constantes no sumário executivo do relatório socioambiental do projeto energia +, que dentro dos seus conceitos está a logística reversa, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação.

Premissa do Projeto

- Serão gerados resíduos inservíveis (medidores, componentes e ramais de ligação) decorrentes das ações de modernização das redes de distribuição da Companhia no âmbito do projeto energia +, em prazos e volumes planejados e acertados;
- Os resíduos gerados serão leiloados para empresas recicladoras que atendam às exigências de qualificação e se interessam em comprar e recolher os resíduos nas unidades de armazenamento da Companhia;
- O material inservível, oriundo do projeto substituição de medidores, componentes e ramais de ligação - implementação de infraestrutura de medição avançada - será recolhido, triado, baixado na contabilidade e enviado ao almoxarifado da Companhia, devidamente acondicionado e documentado.

13. BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social é um demonstrativo publicado pela Companhia, reunindo um conjunto de informações sobre os planos, projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas, clientes, fornecedores, empresas parceiras, terceiros e demais envolvidos, constituindo-se em um meio de dar transparência às atividades corporativas, de modo a ampliar o diálogo com a sociedade.

A seguir apresenta-se o Balanço Social da Companhia com os principais indicadores e informações de seus colaboradores e comunidade a qual está inserida, relativas aos exercícios 2013, com base no modelo do IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

Diário Oficial

46



Teresina(PI) - Quarta-feira, 16 de abril de 2014 • Nº 72



Balanço Social - Informações de Natureza Social e Ambiental

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - Geração e distribuição de riqueza	Em 2013			Em 2012		
Distribuição do Valor Adicionado	57,77 % governo	20,95 % empregados		64,75 % governo	23,64 % empregados	
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.	6,23 % acionistas	15,05 % financiadores		- 5,25% acionistas	16,86 % financiadores	
		% outros			% outros	
2 - RECURSOS HUMANOS	Em 2013			Em 2012		
2.1 - Remuneração						
Folha de pagamento bruta (FPB)	251.585			164.204		
- Empregados	250.998			163.550		
- Administradores	587			654		
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	14,65			21,50		
- Administradores	10,0			10,0		
2.2 - Benefício Concedidos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	42.088	16,73%	4,13%	38.475	23,43%	3,25%
Alimentação	17.695	7,03%	1,74%	16.998	10,35%	1,44%
Transporte	156	0,06%	0,02%	129	0,08%	0,01%
Previdência privada	3.254	1,29%	0,32%	2.724	1,66%	0,23%
Saúde	3.122	1,24%	0,31%	2.409	1,47%	0,20%
Segurança e medicina do trabalho	123	0,05%	0,01%	1.382	0,84%	0,12%
Educação ou auxílio Creche	2.009	0,80%	0,20%	887	0,54%	0,07%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	541	0,22%	0,05%	666	0,41%	0,06%
Participação nos lucros ou resultados	13.479	5,36%	1,32%	11.711	7,13%	0,99%
Outros	215	0,09%	0,02%	1.061	0,65%	0,09%
Total	82.682	32,86%	8,11%	76.442	46,55%	6,46%
2.3 - Composição do Corpo Funcional						
Nº de empregados no final do exercício	1.172			1.456		
Nº de admissões	22			19		
Nº de demissões	306			23		
Nº de estagiários no final do exercício	44			46		
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	33			37		
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício				1.562		
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	940			1.160		
- Feminino	232			296		
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	0			0		
- De 18 a 35 anos	303			334		
- De 36 a 60 anos	755			919		
- Acima de 60 anos	114			203		
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	0			0		
- Com ensino fundamental	220			327		
- Com ensino médio	391			437		
- Com ensino técnico	286			351		
- Com ensino superior	275			341		
- Pós-graduados	0					
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino	80,00%			78,00%		
- Feminino	20,00%			22,00%		
2.4 - Contingências e passivos trabalhistas:						
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	1.276			1.338		
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	67			24		
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	267			25		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	8.396			8.883		
3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
3.1 - Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação	0,00%	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0,00%	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e infraestrutura	0,00%	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00%	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Alimentação	0,00%	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Geração de trabalho e renda	0,00%	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos	0,00%	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	0,00%	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	0,00%	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total - Relacionamento com a Comunidade	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
3.2 - Interação com os Fornecedores	São exigidos controles sobre:					
Crítérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores						
4 - Interação com o Meio Ambiente	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Passivos e contingências ambientais		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Total da Interação com o meio ambiente	-	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
5 - Outras informações						
Receita Líquida (RL)	1.018.911			1.182.716		
Resultado Operacional (RO)	(358.143)			2.906		

14. PRINCIPAIS NÚMEROS DA COMPANHIA

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2013/2012 (%)
ATENDIMENTO						
Número de Consumidores	892.391	949.436	1.010.066	1.062.094	1.102.030	3,6
Número de Empregados	1.350	1.330	1.460	1.465	1.172	-20
Número de Consumidores por Empregado	661	714	692	729	940	28,9
Energia Fornecida (MWh) /Empregado	1.405	1.668	1.576	1.805	2.390	32,4
Número de Localidades Atendidas	224	224	224	224	224	0
Número de Agências	68	68	229	113	69	-38,9
Número de Postos de Atendimento	30	30	0	116	74	-36,2
Número de Postos de Arrecadação	1.505	1.506	1.432	2.711	3.097	12,4
MERCADO						
Área de Concessão (km)	251,5	251,5	251,5	251,5	251,5	0
Demanda Máxima (MW)	535	555	583	660	652	-1,2
Distribuição Direta (GWh)	1.897	2.219	2.302	2.628	2.801	6,6
Consumo Médio Residencial por Consumidor (kWh/Ano)	89,2	102,3	99,7	109,2	114,3	4,7
Tarifas Médias de Fornecimento (R\$ por MWh)	319,5	313,9	332,9	365,3	415,9	13,9
TOTAL (EXCETO CURTO PRAZO)	1.896.627	2.218.863	2.301.658	2.627.829	2.800.824	6,6
Residencial (MWh)	807.695	989.528	1.028.674	1.194.233	1.327.936	11,2
Comercial (MWh)	388.716	453.775	491.320	572.242	609.617	6,5
Industrial (MWh)	231.367	251.424	245.272	227.822	193.042	-15,3
Rural (MWh)	79.862	98.277	102.054	128.646	128.739	0,1
Outras Classes	388.987	425.859	434.338	504.886	541.490	7,2
OPERACIONAIS						
Número de Subestações	70	71	76	78	81	3,8
Capacidade Instalada – SE (MVA)	932	988	1.039	1.145	1.252	9,3
Linhas de Transmissão (km)	4.761	4.897	5.463	6.982	12.717	82,1
Redes de Distribuição (km)	45.690	54.353	58.889	67.203	73.553	9,4
Capacidade Instalada –MT (MVA)	637	666	699	736	945	28,4

Agradecemos ao Ministério de Minas e Energia - MME, às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Operador Nacional do Sistema- ONS, aos Conselhos de Administração e Fiscal da Eletrobras Distribuição Piauí, ao Governo do Estado do Piauí, às Prefeituras Municipais, consumidores, fornecedores e prestadores de serviços, pelo trabalho harmônico e pela confiança depositada em nossa administração, o que vem permitindo à Companhia elevar mais ainda seu padrão de eficiência e competitividade.

Agradecimentos especiais aos Conselheiros e Diretores que atuaram no exercício de 2013, a seguir:

DIRETORIA EXECUTIVA: Luis Hiroshi Sakamoto - Presidente Interino, Maria Pedrinha de Barros - Diretora de Gestão Interna, Nellison Sergio Howell - Diretor Interino de Assuntos Regulatórios e Projetos Especiais, Luiz Armando Crestana - Diretor Comercial, Pedro Mateus de Oliveira - Diretor de Planejamento e Expansão, Ronaldo Ferreira Braga - Diretor Financeiro, Marcelino da Cunha Machado Neto - Diretor de Operação. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: José da Costa Carvalho Neto - Presidente, Luis Hiroshi Sakamoto - Conselheiro Francisco das Chagas Marques Ferreira - Conselheiro, Ricardo de Paula A. Monteiro - Conselheiro, José Roberto de M. R. P. Fernandes Júnior - Conselheiro, Sérgio Gonçalves de Miranda - Conselheiro. CONSELHO FISCAL: Wagner Montoro Júnior - Presidente, José Alberto Bezerra Magalhães - Conselheiro, Paulo Sergio dos Santos Sarges - Conselheiro

Aos nossos consumidores, renovamos o compromisso com a melhoria permanente dos serviços prestados.

Nossos reconhecimentos, também, aos empregados e demais colaboradores que com empenho e criatividade demonstraram sua participação na busca pelo alcance dos resultados do exercício de 2013, com a certeza de que o diferencial competitivo de qualquer organização está na capacidade produtiva das pessoas, acreditamos no fortalecimento das ações de todos os nossos públicos visando o objetivo comum.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e relatório dos auditores independentes

Balanco patrimonial
Em milhares de reais

ATIVO	Nota	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
		(Representado) (Nota 3.30)		
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5	22.450	33.923	45.208
Clientes	6	204.164	289.441	250.032
Tributos a recuperar	7	19.729	12.534	6.062
Direitos de ressarcimento	8	9.812	16.129	6.916
Almoxarifado	9	11.746	10.962	19.914
Outros ativos	10	34.334	17.524	27.510
		302.235	380.513	355.642
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Clientes	6	167.352	138.499	134.955
Tributos a recuperar	7	4.594	6.865	5.058
Cauções e depósitos vinculados	11	16.267	10.709	10.676
Ativo financeiro - concessões de serviço público	12	596.843	722.991	478.280
Outros ativos	10	1.323	1.118	1.118
		786.379	880.182	630.087
Investimentos		146	146	146
Imobilizado	13	29.162	30.125	26.661
Intangível	14	13.519	32.713	23.103
		829.206	943.166	679.997
Total do Ativo		1.131.441	1.323.679	1.035.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diário Oficial

48



Teresina(PI) - Quarta-feira, 16 de abril de 2014 • Nº 72

Balço patrimonial
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	Nota	31/12/2013	31/12/2012	
			(Reapresentado) (Nota 3.30)	
CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos	15	191.497	108.522	92.979
Fornecedores	16	117.411	145.996	93.544
Tributos a recolher	17	63.661	68.937	65.374
Obrigações estimadas	18	31.041	36.375	16.954
Encargos setoriais	19	3.054	5.206	10.214
Benefícios pós-emprego	20	19.264	13.313	14.497
Pesquisa e desenvolvimento	21	16.011	21.536	18.985
Outros passivos	22	36.366	38.943	34.773
		478.305	438.828	347.320
NÃO CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos	15	603.079	478.879	383.048
Fornecedores	16	5.184	10.370	
Tributos a recolher	17	55.115	48.206	30.139
Provisões para contingências	23	71.928	63.021	75.240
Benefícios pós-emprego	20	88.394	71.785	83.406
Adiantamento para futuro aumento de capital	24	15.631	430.282	275.984
Pesquisa e desenvolvimento	21	32.510	19.392	24.787
Outros passivos	22	772	859	870
		872.613	1.122.794	873.474
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)				
Capital social	25	1.256.331	779.224	779.224
Prejuízos acumulados		(1.441.479)	(1.013.608)	(962.683)
Ajustes de avaliação patrimonial		(34.329)	(3.559)	(1.696)
		(219.477)	(237.943)	(185.155)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		1.131.441	1.323.679	1.035.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
			(Reapresentado) (Nota 3.30)
Receita Operacional Líquida	26	1.018.911	1.182.716
Custo Operacional			
Custo com Energia Elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	27	(446.348)	(443.573)
Encargos de uso do sistema de transmissão		(15.492)	(54.609)
		(461.840)	(498.182)
Custo de Operação			
Pessoal, material e serviços de terceiros	28	(359.600)	(205.605)
Depreciação e amortização		(28.091)	(15.391)
Outros		(148.971)	(55.211)
		(536.662)	(276.207)

Custo de Construção	28	(196.591)	(274.083)
Lucro Bruto		(176.182)	134.244
Despesas Operacionais	28	(181.961)	(131.338)
Resultado do Serviço de Energia Elétrica		(358.143)	2.906
Resultado Financeiro	29	(69.728)	(53.831)
Prejuízo do Exercício		(427.871)	(50.925)

Prejuízo básico por ação (em reais)	(0,5491)	(0,0654)
Prejuízo diluído por ação (em reais)	(0,3320)	(0,0638)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2013	2012
		(Reapresentado) (Nota 3.30)
Lucro (Prejuízo) do exercício	(427.871)	(50.925)
Outros componentes do resultado abrangente		
Ganhos atuariais com obrigações de benefícios a empregados	(30.770)	(1.863)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	(30.770)	(1.863)
Total do resultado abrangente do exercício	(458.641)	(52.788)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Em milhares de reais

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Ajustes de avaliação	Total
Em 1º de janeiro de 2012	779.224	(962.683)	(1.696)	(185.155)
Ajuste de exercício anterior (Nota 3.30)		(14.437)		(14.437)
Saldo de abertura ajustado	779.224	(977.120)	(1.696)	(199.592)
Resultado abrangente do exercício				
Prejuízo do exercício		(36.488)		(36.488)
Perda atuarial com benefício pós-emprego			(1.863)	(1.863)
Total do resultado abrangente do exercício		(36.488)	(1.863)	(38.351)
Em 31 de dezembro de 2012	779.224	(1.013.608)	(3.559)	(237.943)
Resultado abrangente do exercício				
Aumento de capital	477.107			477.107
Prejuízo do exercício		(427.871)		(427.871)
Perda atuarial com benefício pós-emprego			(30.770)	(30.770)
Total do resultado abrangente do exercício	477.107	(427.871)	(30.770)	18.466
Em 31 de dezembro de 2013	1.256.331	(1.441.479)	(34.329)	(219.477)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado) (Nota 3.30)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(427.871)	(50.925)
Ajustes de:		
Depreciação do imobilizado	(1.781)	46
Amortização do intangível	30.657	16.328
Provisões/reversões para créditos de liquidação duvidosa	6.719	(3.114)
Provisões para contingências	19.704	7.520
Provisões PIDE assistência médica	4.303	
Juros, encargos, variações monetárias líquidas	49.870	35.885
Valor residual do imobilizado	11.207	31.121
Valor residual do intangível	480	(2.803)
Impairment	221.875	
	343.034	84.983
Variação de ativos e passivos		
Clientes	49.705	(39.839)
Direitos de ressarcimento	6.317	(9.213)
Tributos a recuperar	(4.924)	(8.279)
Almoxarifado	(784)	8.952
Outros (ativo)	(17.015)	9.986
Cauções e depósitos vinculados	(5.558)	(33)
Fornecedores	(33.771)	62.822
Encargos setoriais	(2.152)	(5.008)
Benefícios pós-emprego	(10.580)	(14.668)
Tributos a recolher	1.633	21.630
Obrigações estimadas	(7.267)	19.421
Pesquisa e desenvolvimento	7.593	(2.844)
Provisão para contingências	(10.797)	(19.739)
Outros (passivo)	(2.664)	4.159
	(30.264)	27.347
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(115.101)	61.405
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do ativo imobilizado	(8.463)	(34.631)
Aquisições do ativo intangível	(11.943)	(23.135)
Aquisições do ativo financeiro	(95.727)	(244.711)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(116.133)	(302.477)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ingressos de Empréstimos e Financiamentos	280.466	168.379
Adiantamento para futuro aumento de capital	62.456	154.298
Amortização de Principal e Juros de Empréstimos e Financiamentos	(123.161)	(92.890)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	219.761	229.787
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(11.473)	(11.285)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 5)	33.923	45.208
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota 5)	22.450	33.923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Erro! Fonte de referência não encontrada.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
		(Reapresentado)
		(Nota 3,30)
Receitas	1.375.937	1.614.633
Receitas de vendas de energia e serviços	1.212.418	1.346.731
Receita de construção	196.591	274.083
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(6.718)	3.114
Ganho sobre a Lei 12.783/13		11.602
Outras despesas, líquidas	(26.354)	(20.897)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.070.424)	(974.912)
Custo com energia elétrica	(461.840)	(498.182)
Custo de construção	(196.591)	(274.083)
Serviços de terceiros	(102.926)	(103.194)
Materiais	(5.089)	(6.713)
Outros custos operacionais	(303.978)	(92.740)
Valor adicionado bruto	305.513	639.721
Depreciação e amortização	(28.876)	(16.374)
Valor adicionado líquido gerado	276.637	623.347
Receitas financeiras	77.688	56.786
Valor adicionado a distribuir	354.325	680.133
Distribuição do valor adicionado	782.196	731.058
Pessoal	251.585	164.204
- Salário e outras remunerações	194.237	107.257
- Encargos sociais	42.088	41.207
- Outros	15.260	15.740
Governos	378.524	449.723
- Impostos, taxas e contribuições	378.524	449.723
Juros e demais despesas financeiras	147.416	110.617
Arrendamentos e alugueis	4.671	6.514
Prejuízo do exercício	(427.871)	(50.925)
Valor adicionado distribuído	354.325	680.133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações gerais

A Companhia Energética do Piauí ("Eletrobras Distribuição Piauí" ou "companhia"), sociedade por ações de economia mista, de capital fechado, com o controle acionário das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, detentora de 100% do seu capital social, é concessionária de serviço público de energia elétrica no Estado do Piauí, com sede social na Av. Maranhão, 759/Sul - Teresina-PI.

Seu objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica, assim como serviços que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas ao serviço público de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia - MME.

Para cumprir com as obrigações operacionais e administrativas, a Companhia conta com 1.172* empregados (1.456* em 31/12/2012) para atender a, aproximadamente, 1.102* mil consumidores (1.062* mil em 31/12/2012).

(*) Informações não auditadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia. A administração da Companhia, objetivando a melhoria dos resultados, vem dando seqüência às ações de implantação de ferramentas de gestão que visam à modernização e à redução de custos.

Durante o exercício de 2013 a Companhia empreendeu continuidade aos objetivos estratégicos e empresariais definidos no modelo de gestão estabelecido para as Empresas de Distribuição da Eletrobras. Destaca nesse exercício foram também as implementações das práticas de Governança Corporativa com foco na competitividade empresarial, como:

- Realização de investimentos voltados para melhoria da qualidade e redução das perdas técnicas e comerciais;
- Combate à inadimplência com foco na diminuição do estoque dos débitos em atraso e do Poder Público, com a efetivação de parcelamentos com todas as prefeituras do Piauí;
- Gerenciamento centralizado das questões jurídicas e regulatórias;
- Continuidade das ações do Programa Energia +, de parceria com o Banco Mundial;
- Implantação de Plano de Incentivo ao Desligamento;
- Capacitação e profissionalização do quadro gerencial e técnico-administrativo;
- Descentralização e melhoria dos processos administrativos através do sistema GED - Gerenciamento.

As ações acima expostas influenciarão consideravelmente na consolidação de melhores resultados econômico e financeiro se não fossem as dificuldades vividas em face das exposições involuntárias no Mercado de Energia e os diversos acionamentos das térmicas ocorridos em 2013, afetando todas as Distribuidoras de Energia Elétrica do país.

Dentre das Novas Regras de Governança Corporativa consta o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, que reporta desafios nas seguintes dimensões: econômico-financeira, operacional, e socioambiental. Nele estão estabelecidos metas e resultados objetivando maior eficiência, robustez e rentabilidade financeira, bem como as condições de acompanhamento e monitoramento a vigorar até 31 de dezembro de 2017, conforme descrito a seguir:

- Consolidação da gestão integrada e realização do saneamento e equilíbrio econômico financeiro;
- Aumento da eficácia e eficiência operacional, melhoria da qualidade dos serviços, redução das perdas de energia e inadimplência;
- Modernização da estrutura organizacional e sistema de gestão, melhoria e integração dos processos administrativos, capacitação e profissionalização do quadro gerencial e técnico-administrativo das empresas.

Durante o exercício de 2013, a Companhia efetuou diversos contratos de empréstimos para cobertura de déficit operacional com a sua holding Eletrobras, conforme descrito na Nota 15, e espera para o próximo exercício melhorar o fluxo de caixa de suas operações.

A ANEEL aprovou as novas regras para os processos relativos ao 3º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) das tarifas de energia elétrica.

O conjunto de mudanças aprovadas impactou diretamente numa parcela da tarifa, a chamada Parcela B, que reflete os custos relativos à atividade de distribuição, como os custos operacionais e os investimentos. Essa parcela representa de 25% a 30% da conta de energia que chega ao consumidor. A outra parcela, denominada, Parcela A é menos gerenciável pelas distribuidoras e se refere aos custos com compra e transmissão de energia elétrica, além dos encargos setoriais. Ainda são incluídos nas faturas dos consumidores o pagamento de taxas, impostos e tributos definidos pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais.

Dentre os itens alterados, destaca-se a taxa de retorno do capital - WACC, aplicado que era de 9,95% (real e líquido de imposto) e foi reduzida para 7,5% (real e líquido de imposto) respectivamente. A alteração reflete a redução do risco percebido para se investir em distribuição de energia elétrica no País.

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A revisão das tarifas acontece em média a cada quatro anos e é o momento em que são reavaliados os custos das distribuidoras, revertendo-se para a modicidade tarifária os ganhos médios de eficiência por elas obtidos.

A nova metodologia de revisão tarifária ficou em audiência pública (AP nº. 040/2010) de 10/09/2010 a 10/01/2011 (primeira fase) e de 27/04/2011 a 03/06/2011 (segunda fase). Os ciclos de revisão anteriores aconteceram de 2003 a 2006 (1º Ciclo) e de 2007 a 2010 (2º Ciclo).

A Companhia passou no exercício de 2013 pelo processo do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária-3RTP (3º Ciclo). Durante esse processo foram revisados todos os custos da concessionária, a Base de Remuneração Regulatória - BRR, o novo patamar de reconhecimento das perdas regulatórias e as novas metas de atendimento aos indicadores de qualidade. O resultado final da 3RTP está apresentado no quadro com se segue:

	2013
Parcela B	334.070
Parcela A	438.331
Receita requerida total	772.401
Reposicionamento tarifário econômico	-8,72%
Componentes financeiros	3,88%
Efeito médio na tarifa aos consumidores	-8,72%
Efeito médio na tarifa aos consumidores de alta tensão	-4,30%
Efeito médio na tarifa aos consumidores de baixa tensão	-9,61%

As novas tarifas terão sua vigência de 28 de agosto de 2013 a 27 de agosto de 2014, sendo que a homologação das novas tarifas foi realizada por meio da Resolução homologatória nº 1.605, de 27 de agosto de 2013.

A ANEEL, ainda, por meio do despacho nº 2.697, de 26 de julho de 2013 e nota técnica nº 370/2013 - SRE/ANEEL de 21/08/2013, respectivamente, declarou o valor total da Base de Remuneração - BRR para fins do 3º Ciclo de Revisão Tarifária para a Companhia:

	Valor do Despacho
Base de Remuneração Bruta	617.168
Base de Remuneração Líquida	317.736
Taxa de depreciação	3,99%

(*) Líquido de provisões para perdas ou recuperabilidade (impairment), quando aplicável.

A administração da Companhia finalizou processo de análise e conciliação dos valores determinados pela ANEEL e de avaliação dos impactos em suas demonstrações financeiras conforme descrito a seguir.

Para os ativos vinculados à concessão (ativos financeiros e intangíveis), a Companhia avaliou o valor de recuperação desses ativos comparando-os como valor da BRR líquida, definida pela ANEEL como citado acima, atualizada para 31 de dezembro de 2013 pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, bem como foram adicionadas e/ou deduzidas às movimentações ocorridas no período de agosto a dezembro de 2013.

O valor calculado pelo agente regulador ficou abaixo do valor contábil e, portanto, a Companhia optou por proceder ao ajuste em se tratando de não recuperabilidade do valor dos ativos, conforme demonstrado a seguir:

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BRR líquida em 28/08/2013	317.736
Atualização pelo IGP-M da BRR líquida para 31/12/2013	305.697
Depreciação regulatória recebida na tarifa	(4.952)
Adições líquidas de março a dezembro/2013	99.862
BRR ajustada para 31/12/2013	400.607
Ativo financeiro em serviço - concessão do serviço público antes do ajuste da BRR	622.481
Ajuste BRR	(221.874)

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 26 de março de 2014.

Concessões

Em conformidade com o Contrato de Concessão nº 04/2 001, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 12/02/2001, a CEPISA detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todo o território do Estado do Piauí, com vigência até 07/07/2015, podendo ser prorrogada pelo período de até 20 anos.

Concessão	Municípios	Período
Distribuição	224	02/2001 a 07/07/2015

a) Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica

Em 11 de janeiro de 2013, o Governo Federal emitiu a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

A prorrogação considerou a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições; e pressupôs a aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes da Lei, estando ainda prevista à indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição - VNR.

A legislação prevê que as concessões de energia elétrica não prorrogadas por meio da aceitação das condições apresentadas pelo Poder Concedente, serão licitadas quando do encerramento do atual prazo (2015 - 2017), na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

Em 15 de outubro de 2012, as distribuidoras cujas concessões vencerão em 2015, tiveram o direito de manifestar o interesse na prorrogação da concessão por um período adicional de 30 anos, o que fizeram no prazo estabelecido. Até o presente momento não foram regulamentados os critérios de prorrogação desses contratos pelo Poder Concedente e, portanto, não ocorreu a assinatura do contrato de concessão para as distribuidoras que manifestaram o interesse até 15 de outubro de 2012, o qual só ocorrerá quando do vencimento da atual concessão.

Não há garantias de que o Poder Concedente aprovará prorrogação de acordo com as novas condições, dependendo de diversos critérios que serão analisados pelo Poder Concedente. Há previsão de indenização dos ativos não amortizados ao final da concessão.

Impactos no negócio de distribuição em geral

- Revisão Tarifária Extraordinária da Parcela A, aplicável a partir de 25 de janeiro de 2013, para capturar a redução dos custos de geração e transmissão decorrente das concessões prorrogadas. Os resultados obtidos atingiram uma redução de 18,00% na tarifa de distribuição desta Companhia.
- Eliminação dos impactos de variação cambial da compra de energia de Itaipu para os consumidores, considerando que o Tesouro Nacional irá assumir esse custo.



Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os componentes: compra de energia, encargos setoriais e custo de transporte de energia fazem parte da Parcela A – custos não gerenciáveis pela concessionária, na redefinição da tarifa que é feita a cada aniversário do contrato de concessão (anualmente). Portanto não são esperadas alterações nas margens dessas concessionárias.
- Possível impacto no custo de compra de energia em função da alocação das cotas de garantia física de energia e potência das usinas hidrelétricas para o mercado regulado (cativo-distribuidoras), considerando a necessidade até então de compra de energia no mercado livre para cobrir a demandas dos consumidores.
- Conforme o artigo 27 da Lei 12.783/13 que altera o artigo 3º § 16 da Lei nº 12.111/2009: "§ 16 – a quantidade de energia a ser considerada para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica nos sistemas isolados será limitada ao nível eficiente de perdas, conforme regulação da ANEEL." A Resolução Homologatória nº 1.426, de 24 de janeiro de 2013, isenta esta Companhia do pagamento da quota anual da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC.

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, houve efeitos significativos em função da adoção do Ajuste ao Valor Novo de Reposição – VNR como valor dos ativos vinculados à concessão remanescentes ao final da concessão, ou seja, não ainda depreciados e sujeitos à indenização do Poder Concedente (ativo financeiro). Em 2013, em função dos resultados 3º Ciclo de Revisão Tarifária (conforme Nota 2, item "b"), no que tange a definição do valor total da Base Remuneração Regulatória – BRR e no aprimoramento da interpretação dos termos da Lei 12.783/2013, a Companhia decidiu pela baixa do ajuste à VNR sobre o ativo financeiro.

Adicionalmente, a BRR foi utilizada na bifurcação dos ativos relacionados à infraestrutura, como base para determinar o valor dos ativos financeiro e intangível das concessões de distribuição de energia elétrica. Dessa forma, foram também baixadas as sobras contábeis relacionadas aos processos de avaliação definidos na Resolução Normativa n.367, de 2 de junho de 2009 e revertidas eventuais provisões por não recuperabilidade de ativos (impairment) contabilizados antes de 2013.

Após a bifurcação foi efetuado novo teste de recuperabilidade do ativo intangível, sendo este composto pela parcela dos ativos vinculados à concessão que será depreciada até 2015 (término da concessão), sendo constituída provisão por não recuperabilidade de ativos (impairment).

Os efeitos oriundos destas alterações na Lei 12.783/2013 são como seguem:

Distribuição

	2013	2012
Ajuste ao Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos indenizáveis	(11.602)	11.602
Consideração dos efeitos da 3ª revisão tarifária na BRR para fins de impairment do ativo financeiro	221.875	
Baixa de sobras contábeis	19.647	
Total	229.920	11.602

Impactos no negócio distribuição afetados diretamente pela aplicação da lei nº 12.783/13:

a) Revisão tarifária extraordinária da Parcela A.

A partir de 24 de janeiro de 2013, a ANEEL publicou as novas tarifas de fornecimento da Revisão Tarifária Extraordinária, com vigência a partir de 1º de março de 2013, considerando exclusivamente a parcela A, cujo principal componente é a compra de energia, uso do sistema e encargos setoriais. As tarifas do Grupo A3 foram reduzidas em 24,34%, as do Grupo A4 em 22,10%, baixa tensão convencional em 18,00%, e baixa renda em 16,40%.

b) Redução ou eliminação de encargos regulatórios (CDE, CCC e RGR).

Os encargos CCC e RGR foram extintos e o CDE foi reduzido em 75%.

c) Impacto no custo de compra de energia elétrica em função da alocação das cotas de garantia física de energia e potência das usinas hidrelétricas para o mercado regulado (cativo-distribuidoras).

O regime de cotas de garantia física de energia começou efetivamente a partir de janeiro de 2013. A tarifa média de compra das usinas que tiveram a concessão renovada ficou em R\$ 41,2 e em 2012 foi de R\$ 90,00, com isso ocorreu uma redução média de 9,96% na compra de energia.

d) Impactos contábeis

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Avaliação dos ativos reversíveis não amortizados no final da concessão – VNR (depreciado) para todos os contratos de concessão – prestação de serviço público.

A Companhia procedeu ao cálculo entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado, corrigido pelo IGPIM, porém a Companhia realizou em dezembro de 2013 o registro contábil societário e regulatório a fim de ajustar seu ativo financeiro de acordo com a Base de Remuneração Líquida da Distribuição homologada pela ANEEL.

e) Informações e decisões da Companhia

Através da CT PR 090/2012 de 11/06/2012, a Companhia protocolou na ANEEL o pedido de renovação do contrato de concessão pelo prazo previsto em Lei que venha a disciplinar a matéria. Considerando o disposto no § 2º do Art. 2º do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, que regulamenta a Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012, a Companhia ratificou através da correspondência CT PR 148/2012 de 19 de setembro de 2012, o interesse de prorrogação do Contrato de Concessão nº 04/2001, manifestando concordância integral com as condições de prorrogação estabelecidas na Legislação.

Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano (Nota 4).

a) Mudança nas políticas contábeis e divulgações

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013:

- ✓ CPC 26 (R1) IAS 1 – "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgações;
- ✓ CPC 33 (R2) IAS 19 – "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33(R1) – "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos previstos para a sua adoção são os seguintes: (i) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados; e ii) a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente e contábil no qual a Companhia atua.

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos nas demonstrações do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração de resultado como receita ou despesa financeira.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeitas a risco insignificante de mudança de valor (Nota 5).

Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a) Ativo financeiro a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, clientes, cauções e depósitos vinculados e outras contas a receber.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Clientes" (Nota 6) e "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 5).

Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria o que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

d) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidências objetivas de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Clientes

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida com base em estimativas da administração em valor considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas.

Almoxarifado

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração da Companhia.

Ativo financeiro – concessões do serviço público

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado custo de capital regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa aos clientes.

Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ele prestado).

A vida útil econômica dos bens é estabelecida pela ANEEL, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável. A Companhia calcula e contabiliza as quotas de amortização com aplicação das taxas respeitando a vida útil estimada de cada bem, integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição limitado ao prazo de concessão.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas fixadas pela ANEEL, através da Resolução 474/2012.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	30
Máquinas	25
Veículos	7
Móveis, utensílios e equipamentos	16

Em função da adoção da Orientação Técnica OCPC 01, os valores registrados como ativo imobilizado referem-se basicamente a bens de uso da administração central. Os demais ativos geradores de receita e vinculados à concessão foram reclassificados para ativos financeiros e intangíveis.

Outros investimentos

Representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.



Errol Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Financiamentos e empréstimos

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infraestrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme CPC 04 – Ativo Intangível e CPC 20 – Custos de Empréstimos. Os demais custos incorridos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

a) Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável, que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de Tribunais.

Benefícios pós-emprego

A Companhia instituiu e patrocina a Fundação CEPISA de Seguridade Social - FACEPI, caracterizada como uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) para a administração dos programas de benefícios pós-emprego, relativos a complementações previdenciárias.

A Companhia tem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas à entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se

Errol: Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no exercício corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores como idade, tempo de serviço e remuneração.

Neste regime, as contribuições destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a data da sua admissão no plano, bem como para amortização dos benefícios relativos ao tempo anterior de serviço.

Os benefícios previdenciários concedidos pela FACEPI são:

- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de pensão por morte;
- Suplementação de aposentadoria especial e de ex-combatente; e
- Suplementação de abono anual.

Esses benefícios são garantidos através de dois planos: o primeiro, mais antigo, tem a característica de Plano de Benefício Definido – BD, que garante renda vitalícia aos beneficiários. O outro, com a característica de Plano de Contribuição Definida – CD, implantado a partir de 2010, garante rendas por prazos definidos de acordo com a capitalização ocorrida no período de atividade.

Quanto ao programa diretamente gerenciado pela Companhia em benefício de antigos empregados não beneficiários da FACEPI, há a concessão de um pecúlio por morte e a cobertura de gastos com assistência médica, envolvendo uma população fechada.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em "Outros Resultados Abrangentes" durante o período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação ao plano de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois do desligamento do empregado.

Encargos setoriais

Os encargos setoriais são definidos em legislação específica e suas quotas são fixadas pela ANEEL.

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas; e subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f) Encargo do Serviço do Sistema (ESS)

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Adiantamento de recursos recebidos do acionista controlador e destinados a capital, concedidos em caráter irrevogável. São classificados como passivo exigível não circulante e reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente atualizados pela taxa SELIC (Nota 24).

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. A Eletrobras é detentora de 100% das ações da Companhia.

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas.

Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação é calculado considerando o número médio ponderado de ações ordinárias em vigor durante o ano, de acordo com o pronunciamento CPC 41.

Imposto de renda e contribuição social

A receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica está sujeita a impostos, taxas e contribuições que são apresentados como deduções da receita bruta na demonstração do resultado. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Compromissos com o meio ambiente

A capitalização de gastos referentes a demandas ambientais está substanciada nas previsões regulamentares do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, em atendimento às exigências dos órgãos públicos competentes para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA é o principal órgão na esfera federal e a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí – SEMAR na esfera estadual.

Na hipótese dos gastos decorrerem de questões ambientais, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

Subvenções governamentais – subvenção da tarifa aos consumidores de baixa renda

As subvenções econômicas do subsídio da baixa renda a ser ressarcida pelo fundo da CDE administrado pela Eletrobras são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apurada em base de custo líquido dos impostos.

a) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimativa, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que:

(i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica;

(ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e

(iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC)



Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 – Demonstração dos fluxos de Caixa.

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresa de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

Foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e segundo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IRIC 21 – “Taxas”. A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quanto o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014;

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Reapresentação das cifras comparativas

a) Correção na apresentação

Os saldos de ativos financeiros – concessões de serviços públicos, imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2012 foram reapresentados em virtude de novos cálculos de bifurcação realizados com base na revisão da taxa de depreciação / amortização de determinados itens, com base para determinação do ativo financeiro da concessão.

Os saldos relativos ao passivo circulante e não circulante e ao patrimônio líquido foram reapresentados em 31 de dezembro de 2012 por ocasião da Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.585, de 13 de agosto de 2013, na qual identifica diferencial entre a tarifa praticada e a de referência da Eletrobras Termonuclear S/A, em função da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 14.437.

Dessa forma, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estão reapresentadas conforme descrição abaixo:

- Balanço Patrimonial

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2012		
	Como anteriormente apresentado	Reclassificação/ Ajuste	Reapresentado
Ativo			
Circulante	380.513		380.513
Não Circulante	943.166		943.166
Ativo financeiro - concessões de serviço público	707.343	15.648	722.991
Imobilizado	60.526	(30.401)	30.125
Intangível	17.960	14.753	32.713
	1.323.679		1.323.679
Passivo			
Circulante	434.761	4.067	438.828
Fornecedores	141.929	4.067	145.996
Não Circulante	1.112.424	10.370	1.122.794
Fornecedores		10.370	10.370
Patrimônio Líquido	(223.506)	(14.437)	(237.943)
Prejuízos acumulados	(999.171)	(14.437)	(1.013.608)
	548.014		548.014

Demonstração do resultado

	31/12/2012		
	Como anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Receita operacional líquida	1.182.716		1.182.716
Custo com energia elétrica	(483.745)	(14.437)	(498.182)
Lucro Bruto	148.681	(14.437)	134.244
Prejuízo do Exercício antes de Impostos	(36.488)	(14.437)	(50.925)
Prejuízo do Exercício	(36.488)	(14.437)	(50.925)

- Demonstração do resultado abrangente

	31/12/2012		
	Como anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Prejuízo do exercício	(36.488)	(14.437)	(50.925)
Total do resultado abrangente do exercício	(36.351)	(14.437)	(52.788)

- Demonstração do fluxo de caixa

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2012		
	Como anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Prejuízo do exercício	(36.488)	(14.437)	(50.925)
Varição de ativos e passivos	12.910	14.437	27.347
Fornecedores	48.385	14.437	62.822
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	61.405		61.405
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(302.477)		(302.477)
Aquisições do ativo imobilizado	(65.032)	30.401	(34.631)
Aquisições do ativo intangível	(8.382)	(14.753)	(23.135)
Aquisições do ativo financeiro	(229.063)	(15.648)	(244.711)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	229.787		229.787
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(11.285)		(11.285)

- Demonstração do valor adicionado

	31/12/2012		
	Como anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Insumos adquiridos de terceiros	(960.475)	(14.437)	(974.912)
Lucro (prejuízo) do exercício	(36.488)	(14.437)	(50.925)

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Renda não faturada

A Companhia realiza estimativa mensal do faturamento de energia dos seus clientes denominada Renda Não Faturada – RNF que contempla a energia vendida aos consumidores e que não é medida dentro do mesmo período. A mesma tem como objetivo demonstrar um complemento do período de competência da energia consumida e não medida, fato que ocorrerá no período subsequente. Seu cálculo é baseado no produto da multiplicação da média diária do consumo faturado da unidade consumidora versus o número de dias não faturados.

A apuração da renda não faturada ocorre mensalmente, sendo lançada de acordo com cada livro de leitura e pode ser explicitada da seguinte forma:

$$RNF = (A/B) \times C$$

Onde: RNF = Renda Não Faturada;

A = Faturamento do mês por livro;

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

B = Número de dias do período de consumo, correspondente ao livro faturado; e

C = Número de dias decorridos entre a data da última leitura, correspondente ao livro faturado e o último dia do mês de faturamento.

Deste modo, são reconhecidos como receita de renda não faturada os valores apurados referentes aos dias que faltaram para completar o calendário civil e estornados no mês seguinte, quando há a efetivação do faturamento.

b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos Tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de Tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

d) Provisões para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração que inclui a análise criteriosa das faturas de energia elétrica vencidas, para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base em critérios definidos pela administração da Companhia.

e) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Eletrobras determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que dever ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Eletrobras considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que tem prazos de vencimento próximo aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

f) Valor novo de reposição

Nos termos da Lei 12.783/2013, de 11 de janeiro de 2013, o cálculo do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

A Companhia procedeu ao cálculo entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado, corrigido pelo IGPM. A Companhia reverteu o valor reconhecido no exercício de 2012 quando do ajuste do ativo financeiro ao valor determinado na Base de Remuneração Líquida apurada na Revisão Tarifária homologada pela ANEEL.

Caixa e equivalentes de caixa



Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>01/01/2012</u>
Bancos Conta - Movimento	17.549	26.190	14.817
Aplicações Financeiras (i)	4.901	7.733	30.391
	<u>22.450</u>	<u>33.923</u>	<u>45.208</u>

(i) Estão contabilizadas as aplicações financeiras de curto prazo junto ao Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A - BB-DTVM, nos termos da legislação específica para as empresas estatais, emanada do decreto-lei nº 1.290 de 3 de dezembro 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para aplicações das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da administração federal indireta. A redução verificada é proveniente, principalmente, do resgate de valor aplicado para pagamento de fornecedores de materiais e serviços do Programa Luz para Todos (PLPT).

Clientes

6.1 Consumidores e concessionárias

	VENCIDOS		HÁ MAIS DE 90 DIAS	(-) PCLD (6.3)	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
	ATÉ 90 DIAS	VINCENDOS					
ATIVO CIRCULANTE							
Consumidores							
Faturados	48.306	75.803	163.934	(169.526)	118.517	181.681	132.765
Renda Não Faturada	27.574			(142)	27.432	29.829	47.424
Créditos Renegociados (6.2)	33.324	7.632	20.939	(8.411)	53.484	51.569	41.500
Contribuição Iluminação Pública - CIP	4.095	419	262	(262)	4.514	5.574	4.327
Outras							3.528
	<u>113.299</u>	<u>83.854</u>	<u>185.135</u>	<u>(178.341)</u>	<u>203.947</u>	<u>268.653</u>	<u>229.544</u>
Concessionárias							
Suprimento	212	1	6.899	(6.894)	218	20.788	20.488
	<u>212</u>	<u>1</u>	<u>6.899</u>	<u>(6.894)</u>	<u>217</u>	<u>20.788</u>	<u>20.488</u>
TOTAL	<u>113.511</u>	<u>83.854</u>	<u>192.034</u>	<u>(185.235)</u>	<u>204.164</u>	<u>289.441</u>	<u>250.032</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Consumidores							
Créditos Renegociados (6.2)	258.023			(90.671)	167.352	138.499	134.955
	<u>258.023</u>	<u></u>	<u></u>	<u>(90.671)</u>	<u>167.352</u>	<u>138.499</u>	<u>134.955</u>
TOTAL	<u>371.534</u>	<u>83.854</u>	<u>192.034</u>	<u>(275.906)</u>	<u>371.516</u>	<u>427.940</u>	<u>384.987</u>

6.2 Créditos renegociados

Representa os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de clientes inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia.

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>01/01/2012</u>
Circulante			
Residencial	28.802	27.169	26.323
Industrial	3.014	3.586	5.912
Comercial	10.328	9.945	10.804
Rural	2.252	2.644	2.460
Poder público	12.615	19.256	22.119
Iluminação pública	3.538	5.044	2.919
Serviço público	1.346	5.297	2.156
(-) PCLD	(8.411)	(21.372)	(31.193)
Subtotal	<u>53.484</u>	<u>51.569</u>	<u>41.500</u>
Não Circulante			
Residencial	21.283	20.625	19.991
Industrial	3.062	3.635	4.059
Comercial	35.791	31.315	19.274
Rural	1.503	1.621	1.731
Poder público (i)	141.451	87.686	79.110
Iluminação pública	39.417	32.151	33.602
Serviço público	15.516	24.860	27.364
(-) PCLD	(90.671)	(63.394)	(50.176)
Subtotal	<u>167.352</u>	<u>138.499</u>	<u>134.955</u>
Total Geral	<u>220.836</u>	<u>190.068</u>	<u>176.455</u>

(i) A variação observada nesta rubrica decorre do grande volume de renegociações realizadas em 2013 com a inclusão de novas faturas.

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Os saldos da provisão para créditos de liquidação duvidosa por classe de clientes estão demonstrados a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Classe de consumidor			
Residencial	27.366	21.778	12.535
Industrial	19.637	18.775	35.832
Comercial	18.218	18.152	26.642
Rural	7.912	10.886	11.472
Poder público			
Federal	898	62	712
Estadual	1.248	479	356
Municipal (i)	2.482	8.079	1.808
Iluminação pública	262	740	57
Serviço público	91.765	97.576	93.929
Renda Não Faturada	142	312	
Parcelamento de contas de energia (i)	99.082	84.766	81.369
Suprimento	6.894	6.913	6.920
Outras		669	669
	275.906	269.187	272.301
Circulante	185.235	205.793	222.125
Não Circulante	90.671	63.394	50.176

A movimentação ocorrida nos saldos da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Saldo no início do exercício	(269.187)	(272.301)	(290.141)
Constituição de Provisão	(73.610)	(80.557)	(61.379)
Baixa de títulos considerados incobráveis	66.891	83.671	79.219
Saldo no fim do exercício	(275.906)	(269.187)	(272.301)

(i) No exercício de 2013 esta Companhia realizou grande negociação de parcelamentos na classe Poder Público Municipal, ocasionando a variação observada acima.

Tributos a recuperar

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (i)	11.492	5.908	976
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS (ii)	5.767	5.357	4.018
Programa de Integração Social - PIS	273	226	191
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.197	1.043	877
	19.729	12.534	6.062
Não Circulante			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS (ii)	4.594	6.865	5.058
Total Geral	24.323	19.399	11.120

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27/12/1996, além das antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(ii) Com base na Lei Complementar nº 102/2002, a Companhia vem registrando ICMS a recuperar no Controle de Apropriação de Crédito do ICMS do Ativo Permanente - CIAP, decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, intangível.

Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de ICMS sobre o faturamento mensal na razão de 1/48. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia estima a realização do ativo de acordo com a despesa esperada da seguinte forma:

	31/12/2013
2014	5.767
2015	1.531
2016	1.531
2017	1.531
	10.361

Direito de ressarcimento

Em cumprimento da Lei Federal nº 10.438/2002 e da Resolução ANEEL nº 246/2002, a Companhia criou no exercício de 2003 o Programa de Tarifa Social. Este programa beneficia as famílias inscritas no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que tenham renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo ou até três salários mínimos quando houver, entre seus membros, portador de doença ou patologia cujo tratamento necessite de equipamentos que dependam do consumo de energia. Também são beneficiados os indígenas, quilombolas e aqueles que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os valores das subvenções são apurados mensalmente e após homologação pela ANEEL os recursos financeiros são liberados pela Eletrobras. A composição do saldo está apresentada abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
Tarifa social de baixa renda	9.812	16.129	6.916

A variação verificada nesta rubrica é decorrente da falta de recebimentos dos créditos junto a Eletrobras dos meses de novembro e dezembro de 2013, bem como o saldo remanescente a ser ressarcido pela Eletrobras no valor de R\$ 394.

Almoxarifado

O almoxarifado é demonstrado ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Estão classificados neste grupo os materiais e equipamentos da concessionária destinados para consumo nas suas atividades.

A composição do saldo está apresentada abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Almoxarifado			
Destinados a alienação	5.079	4.497	7.350
Triagem (i)	3.578	3.317	3.256
	3.089	3.148	9.308
	11.746	10.962	19.914

(i) Os materiais classificados como triagem são analisados quanto a sua utilização e, posteriormente, destinados para alienação ou retornados para o almoxarifado.



Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outros ativos

Os outros ativos são compostos pelas seguintes contas:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
Devedores Diversos - Adiantamentos a empregados	1.115	2.062	1.666
Despesas Antecipadas - Prêmios de Seguros e Proinfá (i)	2.285	1.816	845
Dispêndios a reembolsar	312	312	312
Dispêndios a reembolsar em curso	320	224	505
Alienações em curso	479	490	10.499
Desativações em curso (ii)	(1.700)	6	(231)
Serviços em curso (iii)	22.327	7.779	12.079
Outros Devedores - Gov. Estado - Inc. Irrigação	829	1.317	682
Reembolso CDE (iv)	2.743		
Outros	5.624	3.518	1.153
	34.334	17.524	27.510
Não Circulante			
Títulos de créditos a receber	940	940	940
Outros	383	178	178
	1.323	1.118	1.118

O saldo é composto pelo valor do prêmio de seguro dos bens patrimoniais, principalmente os equipamentos das subestações e linhas de transmissão, bem como do valor do pagamento antecipado da quota do Proinfá de janeiro de 2014, conforme Resolução Homologatória nº 1.668/2013, de 10 de dezembro de 2013, que será transferido para despesa de encargos setoriais em janeiro de 2014.

Por tratar-se de conta transitória, a variação verificada na desativação em curso refere-se a saldo de unidades de cadastro a serem baixadas do ativo imobilizado em serviço do sistema contábil.

A variação constatada na linha de serviço em curso reflete a abertura de novas Ordens de Serviços (ODS) do Projeto Energia +, bem como do Programa de Eficiência Energética (PEE).

Este saldo é composto pelo valor de R\$ 2.743, referente ao reembolso CDE das competências de abril, maio, junho, julho e agosto/2013 dos valores apurados de Encargo do Serviço do Sistema - ESS, conforme Despacho nº 4.422- ANEEL, de 31/12/2013 e pelo valor de R\$ 1.575, referente ao repasse CDE destinado a cobrir os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme Resolução Homologatória nº 1.605, de 27/08/2013.

Cações e depósitos vinculados

Refere-se a depósitos judiciais e bloqueios para a liquidação de processos da Justiça do Trabalho e Civil.

Abaixo, detalhamento das cações e depósitos vinculados:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Depósitos vinculados - cíveis (i)	1.905	935	2.717
Depósitos vinculados - tributárias	89	89	
Depósitos vinculados - trabalhistas (ii)	10.198	6.713	5.302
Atualização de depósitos vinculados	4.075	2.972	2.657
	16.267	10.709	10.676

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo financeiro - concessões de serviço público

O contrato de concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº04/2001, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionário - Operador) regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia.

Após a concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. Essa indenização refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito da concessão, decorrente da aplicação do modelo financeiro.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) será classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	Em serviço		Em curso			Total	
	Custo	Obrigações Especiais (i)	Valor Líquido	Custo	Obrigações Especiais (i)		Valor Líquido
Em 1º de janeiro de 2012	585.414	(235.272)	350.142	205.911	(77.773)	128.138	478.280
Adições				281.962	(64.501)	217.461	217.461
Transferências	276.937	(142.274)	134.663	(276.937)	142.274	(134.663)	
Valor novo de reposição	11.602		11.602				11.602
Reclassificação (Nota 3.30)	94.421	(78.773)	15.648				15.648
Em 31 de dezembro de 2012	968.374	(456.319)	512.055	210.936	(80.521)	210.936	722.991
Adições				185.610	(80.521)	105.089	105.089
Baixas	(11.602)	2.240	(9.362)				(9.362)
Transferências	149.223	(33.775)	115.448	(149.223)	33.775	(115.448)	
Impairment (ii)	(221.875)		(221.875)				(221.875)
Em 31 de dezembro de 2013	884.120	(487.854)	396.266	247.323	(46.746)	200.577	596.843

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

- (i) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais)

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais são amortizadas pelas mesmas taxas dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Após a concessão, o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

- (ii) Provisão do valor de recuperação dos ativos (impairment)

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A ANEEL, através do Despacho nº 2.697, de 26 de julho de 2013, considerou o montante de R\$ 317.736 como os ativos vinculados à concessão efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. Então, em dezembro de 2013, esta Companhia realizou os registros contábeis societários a fim de equiparar o valor dos ativos em questão. (Vide Nota 1)

Imobilizado

	RECLASSIFICAÇÃO					SALDO EM 31/12/2012
	SALDO EM 01/01/2012	ADIÇÕES(I)	TRANSFERÊNCIAS	BAIXAS	DEPRECIÇÃO (Nota 3.30)	
Administração						
Em serviço	32.380		35.171	(720)	(30.765)	36.066
Depreciação acumulada	(14.892)				(46)	(14.938)
Em curso	9.173	34.631	(35.171)		364	8.997
Total	26.661	34.631	(720)	(30.401)	(46)	30.125

	RECLASSIFICAÇÃO					SALDO EM 31/12/2013
	SALDO EM 31/12/2012	ADIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	BAIXAS	DEPRECIÇÃO	
Administração						
Em serviço	36.066		4.141	(11.207)		29.000
Depreciação acumulada	(14.938)				1.781	(13.157)
Em curso	8.997	8.463	(4.141)			13.319
Total	30.125	8.463	(11.207)	1.781		29.162

(i) No exercício findo em 31 de dezembro 2012, o aumento das adições é proveniente, principalmente, das aquisições de bens da administração central (equipamentos gerais) para equipar os escritórios da sede e do interior do estado do Piauí.

As principais taxas anuais de depreciação de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 474/2012, são as seguintes:

Administração / Comercialização	Taxas anuais médias de depreciação %
Equipamentos gerais	10,00
Edificações - outras	3,33
Veículos de uso administrativo	14,29
Equipamentos gerais de informática	16,67
Urbanização e benfeitorias	3,33
Sistemas de vigilância eletrônica	4,00
Software	20,00

Com o advento da Resolução ANEEL nº 367/2009, que tem como objetivo padronizar os procedimentos de controle patrimonial, permitindo uma adequada avaliação do patrimônio para atendimento das necessidades e valoração de bens e instalações e remuneração do capital investido no temo da outorga do serviço mediante estrutura tarifária.

Para atender a referida Resolução, a Companhia procedeu inventário físico em todos os bens existentes. A quantidade de bens encontrada em campo foi confrontada com os bens registrados na contabilidade. O resultado deste levantamento gerou uma sobre contábil que foi ajustada em junho de 2013.

Intangível

Com a adoção da ICPC 01, os ativos fixos tangíveis das concessões foram reclassificados para a rubrica de intangíveis das concessões – ICPC 01.

Este grupo é formado por intangível que corresponde ao direito de uso da concessão (bens do Imobilizado os quais foram bifurcados), conforme demonstrado a seguir:

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	RECLASSIFICAÇÃO				SALDO EM 31/12/2012	
	SALDO EM 01/01/2012	ADIÇÕES	BAIXAS	AMORTIZAÇÕES TRANSFERÊNCIAS (Nota 3.30)		
Vinculados à Concessão - Distribuição						
Em serviço						
Ativo Intangível	289.249		(62.895)	40.847	(64.020)	203.181
Amortização acumulada	(63.879)			(16.328)		(80.207)
Obrigações especiais	(204.138)		50.945		(22.485)	78.773
	21.232		(11.950)	(16.328)	18.362	14.753
Em curso						
Ativo Intangível	24.356	23.135			(40.847)	6.644
Obrigações especiais	(22.485)				22.485	
	1.871	23.135			(18.362)	6.644
Total	23.403	23.135	(11.950)	(16.328)		14.753

	RECLASSIFICAÇÃO				SALDO EM 31/12/2013	
	SALDO EM 31/12/2012	ADIÇÕES	BAIXAS	AMORTIZAÇÕES TRANSFERÊNCIAS		
Vinculados à Concessão - Distribuição						
Em serviço						
Ativo Intangível	203.181		(20.801)		9.408	191.788
Amortização acumulada	(80.207)			(30.657)		(110.864)
Obrigações especiais	(96.905)		20.321			(76.584)
	26.069		(4.80)	(30.657)	9.408	4.340
Em curso						
Ativo Intangível	6.644	10.982			(9.408)	8.218
Obrigações especiais		961				961
	6.644	11.943			(9.408)	9.479
Total	32.713	11.943	(4.80)	(30.657)		13.519

Os critérios utilizados para amortização do ativo intangível preveem de forma estimada o período da vida útil de cada bem contido na infraestrutura de distribuição. Assim, esses bens são amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Esta estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura. Assim sendo, esses bens dever ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil limitada ao prazo de vencimento da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro de indenização.

Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Provisão do valor de recuperação dos ativos (impairment)

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável dos bens não vinculados à concessão supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.



Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Financiamentos e empréstimos

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão compostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda nacional									
ELETRORRAS	189.988	595.916	785.904	107.454	471.217	578.671	87.953	375.314	463.267
Instituições Financeiras	661		661	278	1.440	1.718	278	2.219	2.497
CHENF							3.064		3.064
Total moeda nacional	190.649	595.916	786.565	107.732	472.657	580.389	91.295	377.533	468.828
Moeda estrangeira									
Instituições Financeiras	828	7.163	7.991	1.090	6.222	7.312	1.684	5.355	7.199
Total moeda estrangeira	828	7.163	7.991	1.090	6.222	7.312	1.684	5.355	7.199
	191.477	603.079	794.576	108.822	478.879	587.701	92.979	382.888	476.027

Detalhamento dos financiamentos e empréstimos

Fonte	Contrato	Data de Assinatura	Objetivo	Juros	Último Vencimento
ELETRORRAS	Diversos	Diversas	Expansão das linhas e redes de distribuição e linhas de transmissão	5,00% a.a.	2027
Banco do Brasil	BB227/003	10/02/1995	Refinanciamento de débito	10,00% a.a.	2014
Banco do Brasil	Morgan	31/12/1997	Refinanciamento de débito em moeda estrangeira	8,46% a.a.	2024

Composição do saldo da dívida, por indexador

Moeda Nacional	31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
RGR	370.893	47,2	364.865	62,90	439.575	93,76
ICP-M	395.284	50,3	193.238	33,31	5.561	0,96
FINEL	20.408	2,6	21.986	3,79	23.692	4,08
	786.585	100,0	580.089	100,00	468.828	100,00

Moeda de origem	31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Dólar norte americano	3.383	7,991	3.578	7,312	4.680	7,199

Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
2013			43.281
2014		137.254	168.064
2015	164.654	85.967	171.703
2016	137.615	82.719	
2017	74.965	43.347	
2018	40.431	129.592	
2019 em diante	185.414		
	603.079	478.879	383.048

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos financiamentos e empréstimos

	2013	2012	2011
Saldo no início do exercício	587.401	476.027	421.677
Captações	280.466	168.379	110.013
Pagamentos de principal e juros	(123.161)	(92.890)	(72.867)
Encargos	48.532	34.418	14.025
Variação monetária	1.338	1.467	3.179
Saldo no fim do exercício	794.576	587.401	476.027

Fornecedores

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
		(Reapresentado)	
		(Nota 3.30)	
Circulante			
Fornecedores de materiais e serviços nacionais (i)	89.971	92.032	47.299
Fornecedores de energia elétrica (ii)	27.440	53.964	46.245
	117.411	145.996	93.544
Não Circulante			
Fornecedores de energia elétrica (ii)	5.184	10.370	
TOTAL	122.595	156.366	

(i) A redução verificada na conta de materiais e serviços é proveniente, principalmente, da redução das obrigações com aquisição de máquinas e equipamentos para a rede de distribuição, especialmente do Programa Luz para Todos.

(ii) Nesta rubrica tem-se registrado o valor das obrigações com os fornecedores de energia adquiridas em contratos bilaterais, contratos de leilões, Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, contrato de garantia física e cotas partes Angra I e II. Destaca-se o valor referente ao direito do acordo celebrado entre Eletromuclear e Furnas Centrais Elétricas S. A. de faturar as concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica diferencial entre a tarifa praticada e a de referência, em função da Lei nº 12.111 (09/12/09), conforme a Resolução Homologatória nº 1.585, de 13/08/2013 e Despachos 2.846 e 2.977 (13/08/13) - ANEEL.

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributos a recolher

A composição do saldo desta rubrica está descrita a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
Imposto de Renda (i)	4.383	2.204	7.057
Contribuição Social	608	566	2.634
PASEP / COFINS (ii)	17.354	11.035	9.500
FGTS	1.435	1.353	1.422
ISS	1.087	801	538
INSS	7.445	7.939	11.882
ICMS (iii)	21.376	27.892	22.850
PAES/REFIS			2.025
Outros	9.973	17.147	7.466
	63.661	68.937	65.374
Não Circulante			
Imposto de Renda	3.993	5.314	
Contribuição Social	1.418	1.888	
PASEP / COFINS (ii)	26.663	20.512	279
FGTS	3.659	3.827	3.934
INSS (iv)	14.997	10.288	13.507
ICMS (iii)	1.003	2.995	4.729
PAES / REFIS	3.263	3.263	7.571
Outros	119	119	119
	55.115	48.206	30.139
TOTAL	118.776	117.143	95.513

- (i) O aumento nesta rubrica refere-se às antecipações de IRPJ dos meses de fevereiro e março de 2013.
- (ii) Aumento decorrente do parcelamento efetuado junto a Receita Federal do Brasil referente ao Pis e Cofins do período de competência dezembro/2011 a março/2012, em 60 (sessenta) parcelas e pela correção pela taxa SELIC.
- (iii) A variação é decorrente da redução do faturamento do exercício de 2013.
- (iv) INSS refere-se ao parcelamento feito com a Receita Federal do Brasil - RFB para incluir as competências de junho a agosto de 2013.

Obrigações estimadas

Contabilização da estimativa das obrigações em potencial referentes a férias e encargos devidas aos empregados, sem prejuízo da remuneração mensal, na vigência do contrato de trabalho, e dos encargos sociais incidentes sobre as obrigações trabalhistas, provisionadas.

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
Férias	7.398	8.030	6.733
Gratificação de férias	5.549	6.022	5.413
Contribuições recolhíveis ao INSS	3.755	4.075	3.741
FGTS	1.036	1.124	1.067
Plano de Incentivo ao Desligamento - PID (i)	1.933		
Obrigações diversas	11.370	17.124	
	31.041	36.375	16.954

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Saldo decorrente de provisão do Plano de Incentivo ao Desligamento - PID relativo aos empregados que optaram pela 2ª etapa.

Plano de Incentivo ao Desligamento

O Plano de Incentivo ao Desligamento - PID, proposto pela Companhia, foi aprovado pela Diretoria Executiva, na forma da Resolução nº 056/2013, de 17 de maio de 2013, pelo Conselho de Administração, conforme Deliberação CA nº 015/2013, de 21 de maio de 2013 que ratificou o PID nos termos e condições aprovados pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Plano foi dividido em duas etapas, sendo a primeira etapa para os desligamentos entre o período de julho a dezembro de 2013, e a segunda etapa para o período de janeiro a novembro de 2014. Para os funcionários que se desligarem na 1ª etapa os benefícios são: 0,65 da remuneração como incentivo por ano trabalhado; 35 anos como limite de tempo trabalhado; Incentivo mínimo de R\$ 100; Incentivo máximo de R\$ 600, sem limite total para incentivo, mais a indenização complementar. A data do desligamento foi definida em 17 turmas, com a primeira turma para o dia 12 de julho de 2013 e a última para o dia 14 de novembro de 2014. Para os funcionários que se desligarem na 2ª etapa os benefícios são: 0,50 da remuneração como incentivo por ano trabalhado; 24 anos como limite de tempo trabalhado; não se aplica o Incentivo mínimo; Incentivo máximo de R\$ 250, com limite total de R\$ 400 para incentivo, mais a indenização complementar.

O resultado da adesão foi de 298 funcionários a um custo total de R\$ 73.496, sendo R\$ 71.128 de PID e R\$ 2.368 de benefícios pós emprego. Até 31 de dezembro de 2013 registrou-se o desligamento de 276 funcionários.

Encargos setoriais

Os dados apresentados nesta rubrica tratam-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência de contrato de concessão, definidos em legislação específica e suas quotas são fixadas pela ANEEL para assegurar, dentre outros objetivos, o equilíbrio econômico financeiro da concessão.

Os saldos apresentados de encargos setoriais estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Reserva Global de Reversão - RGR			3.974
Conta de Consumo de Combustível - CCC		1.641	2.395
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	141	461	405
Encargo de Capacidade Emergencial	2.767	2.928	3.293
Taxas de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSSE	146	176	147
	3.054	5.206	10.214

- (i) A quota anual de Reserva Global de Reversão - RGR Conta de Consumo de Combustível - CCC foi revogada pela Resolução Homologatória 1.426 (24/01/2013).

Benefícios pós-emprego

A Companhia, através da Fundação CEPISA de Seguridade Social - FACEPI, mantém plano de aposentadoria de benefício definido (Plano BD), sob o regime financeiro básico de capitalização para os benefícios programados. Esse plano está em extinção desde 30/11/2000.

A FACEPI é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para administração de planos de benefícios previdenciários da Companhia, sua patrocinadora.

Para o suporte das obrigações acumuladas antes da implantação do plano previdenciário com características de contribuição definida, levando em conta o saldamento do plano anterior, a Companhia comprometeu-se a amortizar o Saldo da Provisão Matemática a Constituir, através da subscrição de um contrato de confissão de dívidas.

O plano de benefícios definidos, para a população já fechada, garante os benefícios de complementação de aposentadorias por idade até o nível da média dos últimos trinta e seis salários, com um mínimo de 20% sobre o mesmo, a complementação de aposentadorias por tempo de serviço, na mesma base, além da complementação de aposentadorias por invalidez e especiais. Garante, também, a complementação da pensão por morte, em até 100% do benefício principal, auxílio doença por afastamento temporário, auxílio funeral e um pecúlio por morte, de pagamento único, de valor equivalente a 1/5 do maior teto da Previdência Social.

Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela FACEPI.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.



Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O perfil populacional dos participantes do Plano BD está abaixo demonstrado:

	31/12/2013	31/12/2012
Participantes		
Número de empregados vinculados ao plano	835	887
Idade média (anos)	57,24	56,50
Valor do salário médio (R\$)	1.062,77	5.925,90
Aposentados		
Número de aposentados por tempo de contribuição, idade e especial	461	423
Idade média (anos)	68,56	68,50
Benefício médio (R\$)	1.586,55	1.217,80
Assitidos (Pensionistas)		
Número de pensões	294	287
Benefício médio (R\$)	627,45	590,84
População Total	1.590	1.597

Plano de contribuição variável - PCV

Plano individual de poupança previdenciária, no qual o benefício depende do valor das contribuições, do resultado dos investimentos administrados pela FACEPI e do tempo de contribuição do Participante. Suas contribuições são provenientes da Companhia e do empregado, descontados da folha de salários. Este plano os seguintes benefícios: complemento da aposentadoria, auxílio no caso de incapacidade para o trabalho e pensão por morte.

Plano em sistema de capitalização, para transformação futura em renda pós-emprego de caráter reversivo. Dessa forma, o benefício a ser concedido será representado pela reversão da poupança acumulada em renda, segundo parâmetros atuariais definidos. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotizações individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

O Plano de Contribuição Variável (CV) foi adotado pela Companhia no ano corrente e conforme a norma vigente, na adoção inicial para um plano de Benefícios, o custo do serviço passado deverá impactar diretamente o resultado.

Neste plano de benefícios o valor do ativo líquido supera o valor calculado para obrigações. Como a Companhia não utiliza esse ativo, o passivo na data do cálculo é zero. Dado o exposto, não há necessidade de contabilização.

Em 31 de dezembro de 2013, as contribuições feitas pela Companhia, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do plano atingiram R\$ 3.370.

Termos de compromissos

Os contratos com a FACEPI têm o seguinte perfil de vencimento:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
Termo de compromisso (i)	11.751	7.786	8.285
Contrato de confissão e parcelamento de dívida (ii)	7.194	5.527	6.212
Assistência Médica PID (iii)	319		
Subtotal	19.264	13.313	14.497
Não circulante			
Termo de compromisso (i)	60.128	31.897	47.068
Contrato de confissão e parcelamento de dívida (ii)	26.222	39.888	36.338
Assistência Médica PID (iii)	2.044		
Subtotal	88.394	71.785	83.406
Total de benefícios pós-emprego	107.658	85.098	97.903

(i) Termo firmado em 11/12/2000, relativo ao saldamento do plano de benefícios da FACEPI.

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Contrato firmado em 19/09/1997, com cláusula de atualização monetária com base na variação anual do INPC e juros de 6% ao ano, pagável em 180 parcelas mensais, a partir de julho de 2002.

(iii) Conforme nota 18.1 foi contabilizado o Plano de Incentivo ao Desligamento, que prevê a manutenção da cobertura à assistência médica a partir da data do desligamento, de acordo com a etapa de desligamento escolhida:

- 1ª etapa - desligamento até 13/12/2013 - 60 meses de cobertura;
- 2ª etapa - desligamento até 14/12/2014 - 12 meses de cobertura.

Durante o exercício de 2013, o valor pago pela Companhia à FACEPI referente à amortização das parcelas dos débitos foi R\$ 13.961 (2012 - R\$ 17.418).

Efeitos do plano de benefício definido

(a) Hipóteses atuariais e econômicas

	2013	2012
Econômicas		
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	11,99% a.a	8,33% a.a
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,35% a.a	3,27% a.a
Projeção de aumentos médio dos salários	7,41% a.a	6,99% a.a
Projeção de aumentos médio dos benefícios	5,30% a.a	4,89% a.a
Taxa média de inflação anual	5,30% a.a	4,89% a.a
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,99% a.a	8,33% a.a
Demográficas		
Taxa de rotatividade	0,00% a.a	0,00% a.a
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Tábua de invalidez	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano BD foi de R\$(47,821) (R\$29,029 em 2012).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de Duration.

Planos de benefícios em 31 de dezembro

O plano de benefício normalmente expõe a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em títulos públicos crédito de depósitos privados e fundo de investimentos, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

Conciliação dos passivos dos planos de benefícios pós-emprego

Planos de benefícios definidos - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício	2013	2012
	Plano BD	Plano BD
Cobertas	258.964	274.809
Valor justo dos ativos do plano (-)	(153.669)	(194.721)
Passivo (Ativo) Líquido	105.295	80.088
Dívida atuarial contratada entre patrocinador e plano	75.099	85.098
Valor do passivo (ativo) de benefício pós-emprego	105.295	85.098
Custo do serviço corrente	6.672	2.035
Custos dos juros líquidos		7.462
Despesa (Receita) atuarial reconhecida no exercício	6.672	9.497

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente e em 31 de dezembro de 2012 estão apresentadas a seguir:

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descritivo	2013 Plano BD
Alterações nas obrigações	
Valor das obrigações atuariais no início do ano	274.809
Custo de serviços corrente líquido	
Custo de juros	22.892
Benefícios pagos	(10.477)
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração	(28.260)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(101.093)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	72.833
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	258.964

Alterações nos ativos financeiros

Valor justo dos ativos no início do ano	194.721
Receita de juros	16.220
Contribuições patronais	17.246
Contribuições de participantes do plano	
Benefícios pagos/adiantados	(10.477)
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração	(64.041)
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	(64.041)
Valor justo dos ativos no fim do exercício	153.669

Descritivo	2012 Plano BD
Alterações nas obrigações	
Valor das obrigações atuariais no início do ano	238.259
Custo de serviços corrente líquido	2.035
Custo de juros	23.436
Benefícios pagos/adiantados	(9.893)
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração	20.972
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	274.809

Alterações nos ativos financeiros

Valor justo dos ativos no início do ano	160.833
Receita de juros	15.974
Contribuições patronais	14.752
Contribuições de participantes do plano	
Benefícios pagos/adiantados	(9.893)
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração	13.055
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)	13.055
Valor justo dos ativos no fim do exercício	194.721

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:



Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2013	2012
Categoria de Ativo		
Valores disponíveis imediatos		177
Realizável previdenciário		1
Renda Fixa	158.045	
Renda variável	28.137	182.400
Investimentos imobiliários	10.057	7.419
Empréstimos e financiamentos	4.702	4.839
(-) Exigíveis previdenciários	(44.446)	(115)
(-) Fundo de investimentos	(2.826)	
Total dos Ativos Garantidos	153.669	194.721

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

	31.12.2013	31.12.2012
Programa Previdenciário	34.329	3.559

Descritivo

Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício

	2013 Plano BD
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	101.093
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(72.833)
Retorno sobre ativos do plano	(64.041)
Ajuste referente à dívida	5.011
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	(30.770)

Descritivo

Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício

	2012 Plano BD
Ganhos (perdas) atuariais no valor das obrigações	(20.972)
Retorno sobre ativos do plano	13.055
Ajuste referente à dívida	2.662
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	(5.255)

Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R\$17.699 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 7,12 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego:

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2013					
Programa Previdenciário	20.450	20.827	62.522	461.161	564.960

Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$6.021 (aumento de R\$6.281).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$378 (redução de R\$8.493).

Pesquisa e desenvolvimento

Os contratos de concessão firmados pelas empresas concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica com a ANEEL estabelece obrigações e encargos perante o poder concedente. Uma dessas obrigações consiste em aplicar anualmente o montante de, no mínimo, de 1% da receita operacional líquida em ações que tenham por objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica, o que consiste no Programa de Eficiência Energética - PEE e projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, das Empresas de Distribuição - PEE e projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Para o cumprimento desta obrigação as distribuidoras devem apresentar à ANEEL a qualquer tempo, por meio de arquivos eletrônicos, projetos de Eficiência Energética e Combate ao Desperdício de Energia Elétrica e de Pesquisa e Desenvolvimento observadas as diretrizes definidas na Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, bem como nas resoluções estabelecidas pela ANEEL.

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
Pesquisa de Desenvolvimento - P&D (i)	7.052	7.013	7.309
Pesquisa de Desenvolvimento - P&D - Lei 12.111/09 (ii)		473	372
Programa de Eficiência Energética - PEE (i)	8.959	14.050	11.304
	16.011	21.536	18.985
Não Circulante			
Pesquisa de Desenvolvimento - P&D (i)	11.186	8.501	7.053
Programa de Eficiência Energética - PEE (i)	21.324	10.891	17.734
	32.510	19.392	24.787
Total	48.521	40.928	43.772

(i) A Companhia reconheceu o passivo relacionado a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento, até o momento de sua efetiva realização, pela Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nº 300/2008 e 316/2008. A redução na linha de Programa de Eficiência Energética (PEE) foi proveniente do encerramento das Ordens de Serviços (ODS) do referido programa.

(ii) A Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, foi alterada pela Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, visando a criação de um encargo setorial para ressarcimento de Estados e Municípios que tiveram perda de receita decorrente da arrecadação do ICMS incidente sobre os combustíveis fósseis utilizados na geração de energia, em decorrência da interligação dos respectivos sistemas isolados ao Sistema Interligado Nacional. O encargo equivale a 0,30% (trinta centésimos por cento) da receita operacional líquida da Companhia e teve vigência até 31 de dezembro de 2012.

Outros passivos

A composição do saldo desta rubrica está demonstrada a seguir:

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
Consumidores	7.022	12.034	8.295
Folha de pagamento	3.236	2.822	4.880
Multa da ANEEL (i)	16.880	13.880	13.125
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP (ii)	8.582	9.515	8.174
Outros	646	692	299
	36.366	38.943	34.773
Não Circulante			
Programa Emergencial Red. Consumo E. Elétrica	645	732	743
Outros	127	127	127
	772	859	870

(i) Valores provisionados referentes à aplicação de penalidades pela ANEEL pelo descumprimento de cláusulas estabelecidas no contrato de concessão, tais como: nível de tensão, conservação de equipamentos e instalações, violação dos indicadores de teletendimento.

(ii) Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP - corresponde aos valores arrecadados que serão repassados às prefeituras municipais.

Provisão para contingências

As provisões para contingências são baseadas na estimativa da opinião dos nossos consultores jurídicos das possíveis indenizações por ações cíveis, tributárias e trabalhistas que se acham em tramitação em diversas instâncias de decisão judicial.

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
	Provisão para contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para contingências	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	20.251	13.659	18.810	9.486	26.103	7.059
Cíveis	34.629	2.516	27.163	1.131	31.985	3.617
Tributárias	17.048	92	17.048	92	17.152	
	71.928	16.267	63.021	10.709	75.240	10.676

Abaixo, a movimentação ocorrida nos saldos da provisão para contingências:

	Saldo em 01/01/2012			Saldo em 31/12/2012		
	Adições	Reversões	Pagamentos	Adições	Reversões	Pagamentos
Trabalhistas	26.103	(1.434)	(16.737)	10.878	(1.434)	(16.737)
Cíveis	31.985	(9.836)	(2.958)	7.972	(9.836)	(2.958)
Tributárias	17.152	(112)	(44)	52	(112)	(44)
	75.240	(11.382)	(19.739)	18.902	(11.382)	(19.739)

	Saldo em 31/12/2012			Saldo em 31/12/2013		
	Adições	Reversões	Pagamentos	Adições	Reversões	Pagamentos
Trabalhistas	16.712	(7.133)	(8.138)	18.810	(7.133)	(8.138)
Cíveis	24.480	(14.355)	(2.659)	27.163	(14.355)	(2.659)
Tributárias	21	(21)		17.048	(21)	
	41.213	(21.509)	(10.797)	63.021	(21.509)	(10.797)

O aumento de R\$ 8.907 decorre, principalmente, da atualização do valor provisionado para contingências cíveis.

A Companhia destaca a seguir os processos trabalhistas, cíveis e tributários, com perda estimada como provável, possível e remota, de grande relevância ou que tiveram desdobramentos no exercício:

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Processos judiciais em 31/12/2013			
	Probabilidade de saída de recurso			
	Provável	Possível	Remota	Total
Trabalhistas	20.251	64.851	2.154	87.256
Cíveis	34.629	219.863	81.961	336.453
Tributárias	17.048	165.354		182.402
	71.928	450.068	84.115	606.111

	Processos judiciais em 31/12/2012			
	Probabilidade de saída de recurso			
	Provável	Possível	Remota	Total
Trabalhistas	18.810	40.161	2.183	61.154
Cíveis	27.163	192.711	85.682	305.556
Tributárias	17.048	169.590		186.638
	63.021	402.462	87.865	553.348

	Processos judiciais em 01/01/2012			
	Probabilidade de saída de recurso			
	Provável	Possível	Remota	Total
Trabalhistas	26.103	24.075	918	51.096
Cíveis	31.985	169.792	83.792	285.569
Tributárias	17.152	98.372		115.524
	75.240	292.239	84.710	452.189

Trabalhistas

Refere-se a diversas ações movidas contra a Companhia, por ex-empregados e empregados, envolvendo hora-extra, adicional de periculosidade, equiparação e reequilíbrio salarial, insalubridade, diferenças de FGTS, indenização por danos morais decorrentes de acidente de trabalho e reintegração de demitidos, conforme descrevemos a seguir:

Contingências Trabalhistas	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
SINTEPI / MPT	10.141	8.532	14.619
INSS	81	81	1.236
Ex-empregados da Companhia	3.594	2.425	2.676
Ex-empregados de empreiteiras	607	4.446	450
Empregados	5.828	3.326	7.122
	20.251	18.810	26.103

O aumento do saldo de contingências trabalhistas ocorre, principalmente, pela provisão de ações de PCCS (Plano de Cargo, Carreira e Salário), ações de empregados requerendo diferenças salariais e atualizações.

Cíveis

As principais ações são provenientes de indenizações por danos morais e materiais, movidas por pessoas físicas e jurídicas, e de ações de repelção do débito, que visam à restituição de valores que o autor entende que foram pagos indevidamente, sendo as detectadas com expectativa provável de saída de recursos, devidamente provisionadas, as quais descrevemos abaixo:

Diário Oficial

68



Teresina(PI) - Quarta-feira, 16 de abril de 2014 • Nº 72

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contingências Cíveis	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Indenização por perdas	4.876	4.401	10.587
Indenização - ENGESER (i)	15.239	8.000	5.000
Indenização - VELEIRO AGRÍCOLA	1.000	1.000	1.000
Indenização Produtos Vegetais do Piauí S/A	3.153	3.153	3.446
Indenização Construtora Gautama	2.000	2.000	2.000
Indenização Santa Rosa	1.000	1.000	1.000
Indenização Raimundo Santos/Luis R. Moraes	635	635	
Electra Engenharia Elétrica	527	527	
Ministério Público Estadual	321	476	
Oriente Instalações e Comércio Ltda	262	264	
Construtora Jurema	250	575	
Moana Premoldados	517	517	
Município de Parnaíba	752	752	
Vera Cruz Seguradora S/A	393	254	
Indenização Teresa de Jesus Soares/Thadeu Costa Carvalho	496	496	
Evoluon Empreendimentos Ltda	755		
Anulatória Município de Ceiras (PI)		1.000	
Comercialização de energia e produtos			716
Rescisão de contrato - empresa EVOLUON			5.000
Indenização Setel Serviços Temporários			1.000
Outras	2.453	2.113	2.236
	34.629	27.163	31.985

(i) A variação percebida refere-se à atualização da Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais constantes do Processo Nº 0006536-13.2006.8.18.0140 - ENGESER, devido a grande possibilidade de bloqueio judicial considerando que o Superior Tribunal de Justiça julgou improcedente o Agravo Regimental interposto pela Companhia no Agravo em Recurso Especial, determinando a abertura de fase prévia de liquidação, conforme ação de Cumprimento Parcial da Sentença e Liquidação de Sentença.

Tributárias

As ações tributárias provisionadas, consideradas com expectativa provável de saída de recurso, são as seguintes:

Contingências Tributárias	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
ICMS	4.036	4.036	4.037
ISS	8.011	8.011	8.011
Tributos Federais	5.001	5.001	5.104
	17.048	17.048	17.152

A Companhia sofreu processo de fiscalização por parte da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí - SEFAZ, referente aos procedimentos fiscais adotados no registro e apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, relativo ao período de janeiro de 2001 a dezembro de 2007, sendo lavrados, contra a Companhia, quatorze autos de infração, no total atualizado de R\$ 105.839 suportada pela avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, este valor não foi provisionado por ser considerado como probabilidade de perda possível.

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Discriminação do Fato	Auto de Infração		Valor	
	nº	Data	Original	Atualizado
Consumidor não enquadrado como órgão público	32.794	30/07/2003	17.371	14.680
ICMS consumidor industrial	32.796	30/07/2003	6.857	8.623
ICMS competência dez/2005	32.797	30/07/2003	5.965	7.181
ICMS - subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	48.147	17/12/2007	821	1472
ICMS - subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	48.148	17/12/2007	9.620	17.460
ICMS - subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	48.149	17/12/2007	11.501	21.095
ICMS - subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	48.150	17/12/2007	13.380	24.885
Atraso na entrega do Convênio 115/03	48.461	04/06/2007	4.926	6.875
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.462	02/07/2007	39	70
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.463	02/07/2007	112	203
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.464	02/07/2007	174	319
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.465	02/07/2007	326	606
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.466	02/07/2007	618	1.170
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.467	02/07/2007	626	1.200
			72.336	105.839

Adiantamento para futuro aumento de capital

Os recursos recebidos da Eletrobras até 31 de dezembro de 2013, registrados contabilmente no passivo não circulante, foram atualizados pela taxa SELIC e alcançaram o montante de R\$ 15.631 (2012 - R\$ 430.282), conforme composição abaixo:

	2013	2012	2011
Saldo no início do período	430.282	275.984	183.953
Liberação	40.000	102.619	65.235
Baixa (i)	(477.107)		
Atualização monetária	22.456	51.679	26.796
Saldo no fim do período	15.631	430.282	275.984

(i) A baixa trata-se da capitalização de R\$ 477.107 aportados a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, para fins de integralização do capital subscrito da Companhia, sem emissão de novas ações, conforme Resolução de Diretoria Executiva RES - 043/2013, de 22/04/2013, e RES 062/2013, de 04/06/2013, e Deliberação do Conselho de Administração DEL-010/2013 (30/04/2013) e DEL - 017/2013 (26/08/2013).

Capital social

O Capital Social em 31 de dezembro de 2013 está representado por ações, como segue:

Espécie/Classe das ações	Ações	
	Quantidade	%
Ordinárias	744.131.334	95,50%
Preferenciais - Classe "A"	19.310.694	2,48%
Preferenciais - Classe "B"	15.781.524	2,02%
	779.223.552	100,00%

As ações ordinárias conferem direito de voto nas deliberações da assembleia geral de acionistas, na proporção de um voto por ação, ou o direito ao voto múltiplo, nos casos e na forma previstos em lei.

As ações preferenciais não têm direito de voto na assembleia geral de acionistas e gozarão das seguintes vantagens:

- Prioridade na distribuição e recebimento de dividendos anuais de até 10%, calculados sobre o valor da parcela do capital representado pelas ações preferenciais classe "A";
- Montante de dividendos equivalente no mínimo a 10%, calculados sobre o valor da parcela de capital representado pelas ações preferenciais Classe "B"; e,
- Prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

Em 13 de setembro de 2013, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Energética do Piauí, na qual foi aprovado o aumento de capital com recursos já aportados a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, no valor de R\$ 355.866, sem emissão de novas

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ações, e consequente alteração estatutária. E, em 28 de outubro de 2013, foi realizada outra Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que aprovou o aumento de capital nas mesmas condições, desta vez, no valor de R\$ 121.241.

	31/12/2012	Capitalização de AFAC's	Prejuízo do período	Ajuste de avaliação patrimonial	31/12/2013
	(Reapresentado)				
Capital social					
Ações ordinárias	744.132	455.625			1.199.757
Ações preferenciais	35.092	21.482			56.574
Prejuízo acumulado	(1.013.608)		(427.871)		(1.441.479)
Ajustes de avaliação patrimonial	(3.559)			(30.770)	(34.329)
Patrimônio líquido	(237.943)	477.107	(427.871)	(30.770)	(219.477)

	01/01/2012	Prejuízo do período	Ajuste de avaliação patrimonial	31/12/2012
	(Reapresentado)			
	(Nota 3.30)			
Capital social				
Ações ordinárias	744.132			744.132
Ações preferenciais	35.092			35.092
Prejuízo acumulado	(962.683)	(50.925)		(1.013.608)
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.696)		(1.863)	(3.559)
Patrimônio líquido	(185.155)	(50.925)	(1.863)	(237.943)

Receita operacional líquida

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nº Consumidores*		MWh†		R\$ mil	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
FORNECIMENTO						
Residencial	967.471	930.429	1.327.936	1.194.233	624.345	682.642
Industrial	3.600	3.786	193.042	227.822	62.001	82.407
Comercial	80.131	77.547	609.617	572.242	258.286	291.289
Rural	30.302	30.073	128.739	128.646	36.725	44.110
Poder Público	14.309	14.248	214.938	203.878	82.344	92.248
Iluminação Pública	695	837	174.710	144.904	46.977	46.816
Serviço Público	5.348	4.949	147.838	152.184	45.218	56.243
Consumo Próprio	176	225	4.004	3.920		
Remuneração do Ativo Financeiro					(71.718)	(54.802)
Receita de Distribuição					(481.509)	(609.540)
Total	1.102.032	1.062.094	2.800.824	2.627.829	602.669	631.413

SUPRIMENTO

Energia Elétrica de Curto Prazo		6.312	13.390
Total		6.312	13.390

OUTRAS RECEITAS

Disponibilidade da Rede Elétrica		22.491	26.511
Construção		196.591	274.083
Remuneração do Ativo Financeiro		71.718	54.802
Receita de Distribuição		481.509	609.540
Outros		16.144	22.700
Total		788.453	987.636

TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	1.397.434	1.632.439
--	------------------	------------------

DEDUÇÕES

ICMS		259.502	278.916
PIS		19.049	22.237
COFINS		87.764	102.423
RGR		289	807
CCC		1.641	25.724
CDE		1.687	5.535
P&D e PEE		8.326	10.808
Encargos Emergenciais		(2)	(5)
Outras		267	3.278
Total		378.523	449.723

TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	1.018.911	1.182.716
--	------------------	------------------

* Informações não revisadas por nossos auditores.

A diminuição da receita operacional líquida é resultante, principalmente, da redução tarifária imposta pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.426, de 24 de janeiro de 2013, que homologou o resultado da revisão Tarifária Extraordinária e Resolução Homologatória ANEEL nº 1.605 - ANEEL, de 27 de agosto de 2013, que homologou o resultado da terceira Revisão Tarifária Periódica - RTP da Companhia.

Encargos de uso do sistema de distribuição

De acordo com o Despacho nº 1.618, de 23 de abril de 2008, deverá ser realizada a transferência de receita para atividade de distribuição, adotando para fins de valoração uma única Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD média.

Reajustes e Revisão Tarifária Extraordinária

Reajuste tarifário 2012 - Através da Resolução Homologatória nº 1.334, de 20 de agosto de 2012, com vigência a partir de 28 de agosto de 2012 a 27 de agosto de 2013, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, homologou o reajuste tarifário de 9,0% (nove por cento), sendo 8,80% (oito vírgula oitenta por cento) relativos aos componentes econômicos, e 0,20% (zero vírgula vinte por cento) relativos aos componentes financeiros



Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

adicionais. Fixando também as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e do Encargo de Serviço do Sistema – ESS (R\$ 12.779) e Quota anual da CCC (R\$ 19.694).

Recomposição Tarifária Extraordinária – Através da Resolução Homologatória nº 1.426, de 24 de janeiro de 2013, com vigência no período de 24 de janeiro de 2013 a 27 de agosto de 2013, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, homologou as tarifas com redução média na baixa tensão em 18% e para alta tensão 22%; Revogou a quota anual da Conta de Consumo de Combustível – CCC e homologou o valor mensal de R\$ 1.671 a ser repassado pela Eletrobras a partir de fevereiro de 2013, até o dia 10 do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Revisão tarifária 2013 – Através da Resolução Homologatória nº 1.605, de 27 de agosto de 2013, com vigência a partir de 28 de agosto de 2013 a 27 de agosto de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, homologou a Revisão Tarifária de -8,72% (oito vírgula setenta e dois por cento negativos), sendo -12,59% (doze vírgula cinquenta e nove por cento negativos) relativos aos componentes econômicos, e 3,88% (três vírgula oitenta e oito por cento) relativos aos componentes financeiros adicionais. Fixando também as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD).

Custo com energia elétrica

A composição do saldo desta rubrica está demonstrada a seguir:

	31/12/2013		31/12/2012	
	GWh *	R\$ mil	GWh *	R\$ mil
				(Reapresentado)
				(Nota 3.30)
Fornecimento (CCEAR)	4.205	432.311	4.018	434.548
Uso da Rede de Transmissão		15.492		54.609
PROINFA	66	14.037	61	9.025
Total	4.271	461.840	4.079	498.182

* Informações não revisadas por nossos auditores.

A redução verificada no custo com energia elétrica é proveniente, principalmente, do recebimento de R\$ 25.053 através da Terceira Revisão Tarifária Periódica - RTP destinado à cobertura do resultado positivo das Contas de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVAs correspondentes à aquisição de energia (R\$14.232) e ao Encargo de Serviço do Sistema – ESS (10.821), conforme Art. 12 da Resolução Homologatória nº 1.605 – ANEEL, de 27 de agosto de 2013.

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo de operação, de construção e despesas operacionais

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

	31/12/2013			
	Custo de Operação	Custo de Construção	Despesas Operacionais	Total
Pessoal (i)	210.725		40.861	251.586
Material	4.435		654	5.089
Serviços de Terceiros	47.587		55.340	102.927
Depreciação e Amortização	28.091		785	28.876
Arrendamentos e Aluguéis	3.175		1.495	4.670
Provisões Operacionais (28.1)	234.849		13.449	248.298
Construção		196.591		196.591
(-) Recuperação de Despesas	(3.203)		(2.921)	(6.124)
Perdas Comerciais (ii)			65.274	65.274
Outros	11.003		7.024	18.027
	536.662	196.591	181.961	915.214

	31/12/2012			
	Custo de Operação	Custo de Construção	Despesas Operacionais	Total
Pessoal (i)	138.013		26.191	164.204
Material	5.612		1.101	6.713
Serviços de Terceiros	61.980		41.214	103.194
Depreciação e Amortização	15.391		983	16.374
Arrendamentos e Aluguéis	4.931		1.584	6.515
Provisões Operacionais (28.1)	4.950		(545)	4.405
Construção		274.083		274.083
(-) Recuperação de Despesas	(1.168)		(3.910)	(5.078)
Perdas Comerciais (ii)			60.183	60.183
Outros	46.498		4.537	51.035
	276.207	274.083	131.338	681.628

A variação significativa decorre principalmente pela contabilização da provisão dos custos com o Plano de Incentivo ao Desligamento – PID, no total de R\$ 71.128, bem como, do reajuste de salário de 6,6% referente ao Acordo Coletivo de Trabalho de 2013.

O aumento decorre, principalmente, das perdas comerciais advindas das baixas dos créditos vencidos há mais de cinco anos.

Provisões operacionais

	31/12/2013	31/12/2012
Impairment (i)	221.875	
Contingências (ii)	19.704	7.519
PCLD - Consumidores e Revendedores (iii)	6.719	(3.114)
	248.298	4.405

Impairment decorrente de equiparação dos ativos financeiros da Companhia com o montante de R\$ 221.875, apurado pela ANEEL, através do Despacho nº 2.697, de 26 de julho de 2013, para os ativos vinculados à concessão efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica.

Variação decorrente do registro das contingências cíveis e trabalhistas, conforme Nota 21.

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O aumento na provisão para créditos de liquidação duvidosa em 2013 é proveniente, principalmente, pela inclusão dos créditos entre R\$ 5 e R\$ 30 considerados de difícil recebimento e vencidos há mais de um ano com cobrança administrativa, conforme a Lei 9.430/96, art. 9º, § 1º, II, b.

Resultado financeiro

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	997	1.363
Acréscimos moratórios	53.363	42.329
Variações monetárias ativas	13.508	5.961
Descontos financeiros	9.820	7.133
	<u>77.688</u>	<u>56.786</u>
Despesas		
Encargos de dívida	70.703	43.173
Juros PEE e P&D	2.306	2.681
Multas	20.525	9.609
Variações monetárias passivas	47.141	45.498
Outras	6.741	9.656
	<u>147.416</u>	<u>110.617</u>
Resultado Financeiro	<u>(69,728)</u>	<u>(53,831)</u>

A variação verificada no resultado financeiro no montante de R\$ 15.897 foi motivada, principalmente, pela correção monetária do AFAC, multas da ANEEL, encargos e atualizações de financiamentos e empréstimos e correção dos contratos de parcelamentos de ICMS, INSS, FGTS e Tributos Federais.

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Compromissos operacionais de longo prazo

Compromissos posições compradas:

Gerador da Energia		Empresas Geradoras do Grupo	Demais empresas Geradoras
2013	Volume MWh	2.263	1.980
	Preço/MWh	80,43	154,38
	Total	182.008	305.664
2014	Volume MW	1.834	2.110
	Preço/MWh	97,34	1,05
	Total	178.525	2.210
2015	Volume MW	1.834	2.211
	Preço/MWh	97,23	151,81
	Total	178.321	335.647
2016/2045	Volume MW	36.624	74.590
	Preço/MWh	115,50	148,48
	Total	4.230.047	11.075.263

Independente do prazo de finalização das concessões em 2015, a Companhia detém contratos de compra de energia. Tais contratos são firmados através da participação em leilões realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE/ANEEL, no ambiente de contratação regulada - CCEAR, variando de 15 a 30 anos, conforme a modalidade de contratação.

Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Fatores de risco financeiro

Risco de crédito

A política da Companhia considera o risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, bem como no acompanhamento dos prazos concedidos. São procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em Clientes.

A Companhia não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia, pois, como distribuidora de energia elétrica, é regida por contrato de concessão, bem como pela regulamentação do setor elétrico e obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua por meio de:

- i. Programas de renegociação dos débitos pendentes;
- ii. Negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito;
- iii. Suspensão do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente;
- iv. Contratação de empresa especializada na cobrança de contas em atraso; e,
- v. Cobrança judicial.

Risco de liquidez

O risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descompasso de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira.

Os eventuais saldos de caixa auferidos pela Companhia, além dos programados para administração do capital circulante, são transferidos para contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos dentro das limitações legais que requer a concessão, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Diário Oficial

72



Teresina(PI) - Quarta-feira, 16 de abril de 2014 • Nº 72

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo, apresentamos os saldos das contas de financiamentos e empréstimos, fornecedores e adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC:

Em 31 de dezembro de 2013	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	191.497	164.654	253.011	185.414
Fornecedores	117.411	5.184		
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.631			

Em 31 de dezembro de 2012	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	108.522	149.832	55.311	273.736
Fornecedores	145.996	10.370		
Adiantamento para futuro aumento de capital	430.282			

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Esse risco é mitigado pelo fato da Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a ELETROBRAS, a juros fixos, conforme divulgado na Nota 15.

Fatores de risco de mercado

Risco com taxa de juros - O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Esse risco é mitigado pelo fato da Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a Eletrobras, a juros fixos, conforme divulgado na Nota 15.

Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos (especulativos ou não especulativos).

Ativos Financeiros (Circulante/Não Circulante)	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Empréstimos e recebíveis			
Clientes	371.516	427.940	384.987
Direito de ressarcimento	9.812	16.129	6.916
Disponível para venda			
Ativo financeiro - concessões de serviço público	596.843	707.343	478.280
Mantidos até o vencimento			
Caixa e equivalentes de caixa	22.450	33.923	45.208
	1.000.621	1.185.335	915.391

Passivos Financeiros (Circulante/Não Circulante)

Mensurados ao custo amortizado

Financiamentos e empréstimos	794.576	587.401	476.027
Fornecedores	122.595	156.366	93.544
	917.171	743.767	569.571

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Qualidade do crédito dos ativos financeiros:

Recebíveis por classe	31/12/2013	31/12/2012
Grupo I		
Residencial		104.363
Iluminação pública	4.513	5.574
Outras	1.137	7.609
	5.650	117.546
Grupo II		
Residencial	70.193	
Industrial	6.158	8.609
Comercial	24.135	34.888
Rural	4.253	6.707
Poder público	9.337	14.957
Serviço público	3.304	4.548
Suprimento	218	20.788
Parcelamentos Líquidos de PCLD	220.836	190.068
	338.434	280.565
Grupo III		
Renda não Faturada (*)	27.432	29.829
Total de Recebíveis	371.516	427.940

O total de recebíveis demonstrados acima é representado por faturas de energia elétrica a vencer ou vencidos não incluídos na PCLD, estes foram classificados de acordo com a taxa de inadimplência apurada pela área comercial da Companhia conforme descrito abaixo:

Grupo I - Nível de inadimplência compreendido até 20% do total de recebíveis;

Grupo II - Nível de inadimplência compreendido acima de 20% do total de recebíveis; e,

Grupo III - Energia vendida e não faturada em função do calendário de faturamento. Estes são reclassificados nos demais grupos na medida em que são efetuadas leituras periódicas.

(*) A Companhia realiza estimativa mensal do faturamento de energia dos seus clientes denominada Renda Não Faturada - RNF que contempla a energia vendida aos consumidores e que não é medida dentro do mesmo período. A mesma tem como objetivo demonstrar um complemento do período de competência da energia consumida e não medida, fato que ocorrerá no período subsequente. Seu cálculo é baseado no produto da multiplicação da média diária do consumo faturado da unidade consumidora versus o número de dias não faturados.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou prejuízo contábil no exercício, cujas adições e deduções legais bem como os ajustes do regime de transição tributária (RTT) resultaram em prejuízo fiscal na apuração do imposto de renda e lucro fiscal para cálculo da contribuição social. Base para cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme abaixo:

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2013		31/12/2012	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo do exercício	(427.871)	(427.871)	(36.488)	(36.488)
Despesas não dedutíveis para fins fiscais	692.501	692.469	392.148	392.120
Ações civis e trabalhistas	41.212	41.212	18.902	18.902
Auto de infração ANEEL	20.640	20.640	9.609	9.609
Provisão para devedores duvidosos	73.610	73.610	67.646	67.646
Custo de construção - IFRIC12	196.591	196.591	274.083	274.083
Prorrogação do salário maternidade	26	26		
Perda por prescrição de créditos	9.370	9.370		
Programa de Incentivo ao Desligamento	74.393	74.393		
Gratificação a Administradores	32		28	
Outras provisões	233.245	233.245	17.124	17.124
Reversão de ativos/passivos regulatórios	43.382	43.382	4.756	4.756
Receitas não tributáveis para fins fiscais	418.899	418.899	407.106	395.598
PIS/COFINS pagos - exercícios 1993/1994			11.508	
Reversão/pagamento de provisões	185.100	185.100	101.881	101.881
Receita de construção	196.591	196.591	274.083	274.083
Ganho - VNR			11.602	11.602
Reversão de ativos/passivos regulatórios	22.770	22.770	8.032	8.032
Ajuste devedor de exercício anterior	14.438	14.438		
Prejuízo Fiscal	(154.269)	(154.301)	(51.446)	(39.966)

Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia possui base negativa e prejuízo fiscal a compensar com lucros tributáveis futuros, ainda não contabilizados devido à incerteza de sua realização, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízos fiscais	1.191.212	1.036.943
Base negativa de contribuição social	888.039	733.738
	2.079.251	1.770.681

Cobertura de seguros

O seguro dos bens patrimoniais visa à contratação de coberturas securitárias adequadas, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

A especificação, por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância (R\$)	Prêmio (R\$)
Riscos Nomeados - Subestações	11/10/2012 a 11/10/2013	33.490	228
Riscos Nomeados - Almoxarifado Central	11/10/2012 a 11/10/2013	6.720	46
Riscos Nomeados - Complexo Sede	11/10/2012 a 11/10/2013	5.562	38
		45.772	312

Na apólice contratada, foram destacadas as subestações e linhas de transmissão, nomeando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização, possuindo cobertura securitária básica, tais como, incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos e riscos diversos.

Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos, natureza e condições das transações estão demonstrados a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
ELETROBRAS				
Financiamentos e Empréstimos	(785.904)	(578.371)	(70.647)	(42.979)
Adiantamento para aumento de capital	(15.631)	(430.282)	(22.457)	(24.882)
Outros	176	(194)	(535)	(834)
	(801.359)	(1.008.847)	(93.639)	(68.695)
CHESF				
Energia comprada e uso do sistema	(3.594)	(9.820)	(11.832)	(71.988)
Financiamentos e Empréstimos				(13)
				(72.001)
FURNAS				
Energia comprada e uso do sistema	(11.222)	(25.852)	(32.842)	(101.608)
CELG				
Energia comprada e uso do sistema	(3)	(12)	(32)	(109)
CGTEE				
Energia comprada e uso do sistema	(532)	(289)	(7.843)	(6.555)
ELETRONORTE				
Energia comprada e uso do sistema	(6.113)	(6.387)	(33.934)	(48.178)
ELETROSUL				
Energia comprada e uso do sistema	(1.007)	(950)	(17.782)	(12.714)
	(823.830)	(1.052.157)	(197.904)	(309.860)

Remuneração de pessoal chave

O pessoal chave da administração inclui os diretores executivos, conselheiros de administração e fiscal, cujo gasto total com a remuneração está demonstrado a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Remunerações dos Diretores e Conselheiros	344	338
Encargos sociais	122	143
Provisões e Gratificações	75	77
Outras	45	96
	586	654

Continuidade operacional

A Companhia no exercício de 2013 apurou prejuízo de R\$ 427.871 em suas operações, totalizando um montante acumulado de R\$ 1.441.479, apresentou excesso de passivo circulante sobre ativo circulante no valor de R\$ 176.070 e passivo a descoberto de R\$ 219.477 necessitando desta forma, de recursos de longo prazo para cobertura da dívida de curto prazo e melhoria do fluxo de caixa. A administração vem adotando medidas para a continuidade dos objetivos estratégicos com foco na governança corporativa e no estabelecimento de contratos de gestão para as empresas de distribuição, com destaque para a parceria com o Banco Mundial em projetos de infraestrutura, melhorias operacionais e combate às perdas de energia elétrica.



Erro! Fonte de referência não encontrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outros pontos a destacar são: (a) o avanço no Programa Luz para Todos; (b) o combate à inadimplência, tendo, como uma das medidas adotadas, a renegociação de contratos com foco na diminuição dos débitos em atraso.

A insuficiência de capital de giro tem sido suportada pelo acionista controlador, mediante ingresso de recursos destinados para futuro aumento de capital.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26 (R1), em seus itens 25 e 26.

Base de Remuneração Regulatória

O resultado da revisão tarifária foi publicado pela ANEEL através do Despacho 2.697 de 26 de julho de 2013, que estabeleceu a Base de Remuneração Líquida da Distribuição de R\$ 317.736. Conforme dispõe a Resolução ANEEL 457/11, o resultado do laudo de avaliação regulatória deverá ser registrado na contabilidade regulatória da Companhia até o segundo mês subsequente à aprovação pela diretoria da ANEEL. A Companhia desenvolveu as ações pertinentes para mensuração dos impactos, de modo que os ajustes contábeis societários e regulatórios foram realizados em dezembro de 2013.

Eventos subsequentes

a) Regime Tributário de Transição - RTT

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial.

Dessa maneira, a administração entende que a aplicação do definido na medida provisória em questão, não afeta o patrimônio da Companhia para o exercício findo de 2013, uma vez que a geração de resultados dos últimos 5 (cinco) anos foi negativa e tampouco a empresa pagou os juros sobre capital próprio - JCP no mesmo período.

Considerando a não adoção da aplicação da legislação tributária em vigor na data do encerramento das demonstrações financeiras da companhia, a administração entende que as avaliações apresentadas nos relatórios contábeis de 2013 consideram a melhor interpretação do texto corrente da Medida Provisória, e considerando a quantidade elevada de emendas propostas até a data do encerramento do balanço patrimonial da empresa pode ser possível, que em sua conversão em lei, o texto seja alterado e qualquer avaliação será revista à luz do texto definitivo, e por consequência, as conclusões.

Importante ainda considerar, neste contexto, que qualquer alteração, ajuste ou novas estimativas afetarão exercícios posteriores à data de apresentação das demonstrações financeiras de 2013.

LUS HIROSHI SAKAMOTO
Diretor Presidente, Interino

RONALDO FERREIRA BRAGA
Diretor Financeiro

MARIA PEDRINA DE BARROS
Diretora de Gestão, Interina

PEDRO MATEUS DE OLIVEIRA
Diretor de Planejamento e Expansão

LUIZ ARMANDO CRESTANA
Diretor Comercial

NELISSON SERGIO HOEWEILL
Diretor de Assuntos Regulatórios e Projetos Especiais

MARCELINO DA CUNHA MACHADO NETO
Diretor de Operação

PAULO DAS CHAGAS OLIVEIRA
Contador CRC PI - 3.0900 - 4
CPF 067.070.333 - 87

Companhia Energética do Piauí Relatório dos auditores independentes e demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e seus auditores independentes
Companhia Energética do Piauí

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Piauí ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Companhia Energética do Piauí

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Piauí em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 35 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos acumulados em suas operações, patrimônio líquido (passivo a descoberto) e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício nos montantes de R\$176.070, respectivamente. Essa situação, entre outras descritas na Nota 35, suscita dúvida substancial sobre sua continuidade operacional. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" PI

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0 "S" PI

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" PI

O Conselho Fiscal da Companhia Energética do Piauí – CEPISA, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada em 26/04/2014, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido, bem como as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2013.

Com base nos documentos examinados, nas análises procedidas e nos esclarecimentos e documentos apresentados pela Diretoria Financeira da Empresa e pelo representante dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de opinião, amparado no Parecer dos Auditores Independentes, datado de 26 de março de 2014, que as Demonstrações Contábeis da CEPISA apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o desempenho das suas operações, e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Conselho Fiscal recomenda que a Diretoria Executiva da CEPISA dê continuidade à implantação de medidas que objetivem a redução do elevado índice de inadimplência e de perdas técnicas e comerciais da Companhia, bem como, dê, também, prosseguimento do processo de reestruturação econômico e financeira da Companhia, de forma a afastar a situação descrita na Nota nº 35, conforme consignado no Parecer dos Auditores Externos como Parágrafo de Ênfase.

Com base nos exames efetuados e à vista do parecer da PRICEWATERHOUSE COOPERS AUDITORES INDEPENDENTES, datado de 26 de março de 2014, o Conselho Fiscal opina favoravelmente pelo encaminhamento dos documentos acima referidos, relativos ao exercício de 2013, para serem submetidos à discussão e votação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da CEPISA.

Brasília, 26 de março de 2014.

WAGNER MONTORO JÚNIOR
Presidente

PAULO SÉRGIO DOS SANTOS SARGES
Conselheiro

JOSÉ ALBERTO B. MAGALHÃES
Conselheiro



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO PIAUÍ - CODIPI, “EM LIQUIDAÇÃO”, REALIZADA EM 18/03/2014.

Às 10:00 (dez) horas do dia 18 (dezoito) de Março de 2014 (dois mil e quatorze), na sede da Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí - EMGERPI, à praça Marechal Deodoro nº 774, centro, neste município de Teresina, Estado do Piauí, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os acionistas da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí - CODIPI, “em liquidação” conforme Art. 2º, inciso IV do Decreto nº 13.326 de 20.10.2008, inscrita no CNPJ nº 06.855.738/0001-17, NIRE 22 3 0000081 1, atendendo a convocação que lhes fizera o liquidante/interventor nomeado através do Decreto nº 14.395 de 03/02/2011, Sr. Gilberto Antonio Neves Pereira da Silva, conforme Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí, edição do dia 26 de Fevereiro do corrente ano, no jornal Meio Norte, edições dos dias, 27, 28 de Fevereiro e 01 de Março do corrente ano e no jornal O Dia, edições dos dias, 27, 28 de Fevereiro e 01 de Março do corrente ano, bem como a publicação do Aviso de disponibilidade do Relatório de Gestão do Triênio e Parecer Fiscal publicado no Diário Oficial do Estado edição dos dias 17 de março do corrente ano, no jornal Meio Norte, edições dos dias, 15, 17 e 18 de Março do corrente ano e no jornal O Dia, edições dos dias, 15, 17 e 18 de Março do corrente ano. Presente o acionista majoritário, o Estado do Piauí, representado pelo Sr. João Batista de Freitas Júnior, Procurador do Estado do Piauí, OAB-PI nº 2167, Matrícula Nº 087992-4, além dos membros do Conselho Fiscal, razão porque se dispunha de quorum para instalação e funcionamento regular da Assembleia. Diante disto, o Senhor liquidante que presidiu a AGO/AGE, convidou a mim Maria do Socorro Costa de Sousa para secretariar os trabalhos, em seguida determinou que fosse instalada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, determinando à secretária que lesse a convocação, **publicada nos seguintes termos:** O liquidante/interventor da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí – CODIPI, “em liquidação” CNPJ: 06.855.738/0001-17, Gilberto Antônio Neves Pereira da Silva, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 13.395 de 03/02/2011, convoca os senhores acionistas para **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a fim de deliberar sobre: **ORDINÁRIA**-1) Apresentação do Relatório de Gestão do Triênio 2011/2012/2013; 2) Parecer do Conselho Fiscal; 3) Recondução dos membros atuais efetivos e suplentes do Conselho fiscal, bem como a secretária; 4) fixação das respectivas remunerações: **EXTRAORDINÁRIA**-1) Andamento das atividades de liquidação/extinção da referida companhia; 2) Outros assuntos que estejam relacionados à competência do liquidante/interventor. A **ORDINÁRIA** será realizada às 10:00 (Dez) horas e **EXTRAORDINÁRIA** às 10:30 (dez e trinta) horas de Terça-Feira, dia 18 do mês de março do ano de 2014, tendo por local a Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí – EMGERPI, Praça Marechal Deodoro nº 774 - Centro – Teresina (PI). Na sequência da ordem, iniciada a apreciação do conteúdo da **Assembleia Geral**

Ordinária, foi apresentado e deliberado sobre o Relatório de Gestão do Triênio 2011, 2012 e 2013. Seguindo a ordem do dia, foi apresentado e deliberado sobre o Parecer Fiscal que avaliou o Relatório de Gestão, opinando pela aprovação do mesmo. Como terceiro ponto de pauta o Presidente da AGO/AGE e liquidante Sr. Gilberto Antonio Neves Pereira da Silva conforme o Decreto nº 14.395, de 03/02/2011, adverte que para dar continuidade aos trabalhos de liquidação/extinção da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí - CODIPI, “em liquidação”, é importante a recondução dos atuais Conselheiros Fiscais e Suplentes, bem como da Secretária. E finalmente como ultimo assunto a necessidade de atualização das respectivas remunerações. Encerradas as deliberações, o Presidente iniciou a votação das matérias, tendo sido aprovado o Relatório de Gestão do Triênio 2011, 2012 e 2013 e, na sequência, aprovado o Parecer do Conselho Fiscal, dando continuidade à ordem do dia foi deliberada a aprovação da recondução do atual Conselho Fiscal efetivo, secretária e suplentes, bem como mantidas as respectivas remunerações sem alterações dos seguintes membros do Conselho Fiscal efetivo; Conselheiras: Odimirtes Araujo Costa Reis Neves, CIC do MF nº 217.769.703-49, Thalita Torres Viana Cavalcante, CIC do MF nº 051.613.924-01, Luyne Vaz Ibiapina Sabóia, CIC do MF nº 007.847.273-33, Secretária: Maria do Socorro Costa de Sousa, CIC do MF nº 428.583.643-20, Suplentes: Antônio de Pádua Correia Miranda, CIC do MF nº 077.368.353-49. Anderson Regis Viana da Cunha, CIC do MF nº 649.318.383-91. Elma Lucia de Araujo Magalhães, CIC do MF nº 891.049.433-68. Seguindo a ordem da publicação, iniciada a **Assembleia Geral Extraordinária**, acerca das atividades de liquidação e Extinção, todas as providências já deliberadas nas AGEs anteriores estão em andamento. Em outros assuntos o Presidente da AGO/AGE, informa que segundo o levantamento feito dos imóveis pertencentes à CODIPI, existem alguns que estão atualmente ocupados por órgãos públicos do Governo do Estado do Piauí, que para a regularização seria necessária a realização de desapropriação por parte do Governo do Estado. Em outro ponto o Presidente da AGO/AGE, reafirma a necessidade de dar maior celeridade nos procedimentos de contratação de Empresa Especializada em Avaliação de Imóveis e informa que realizou a contratação de contador e advogado, através da EMGERPI, para o levantamento do ativo e passivo da empresa para fins de liquidação e extinção da referida companhia. Expostos os assuntos, foi deliberado que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado seja comunicado acerca da necessidade de desapropriação por parte do Governo, para regularizar os imóveis ocupados por órgãos públicos pertencentes ao referido ente estatal. Que sejam tomadas providências o mais rápido possível acerca da contratação da Empresa Especializada em Avaliação de Imóveis, inclusive sendo levantada a possibilidade de contatar o CRECI/PI | Conselho Regional de Corretores de Imóveis para solicitar auxílio na elaboração de Termo de Referência para realizar o procedimento licitatório. Encerradas as pautas, o Presidente não havendo mais nada a tratar, declarou suspensos os trabalhos pelo período necessário à lavratura da presente Ata. Isto concluído reiniciou-se a leitura da presente que, por todos foi aprovada e assinada pelos seguintes membros: Presidente da AGO/AGE, Sr. Gilberto Antônio Neves Pereira da Silva, representando o Governo do Estado do Piauí acionista majoritário o Sr. João Batista de Freitas Júnior,

Procurador do Estado do Piauí / OAB-PI 2167, Matrícula Nº 087992-4, Conselheiras: Odimirtes Araújo Costa Reis Neves, Thalita Torres Viana Cavalcante, Luynne Vaz Ibiapina Sabóia, Secretária: Maria do Socorro Costa de Sousa, Suplentes: Antônio de Pádua Correia Miranda, Anderson Regis Viana da Cunha, Elma Lucia de Araujo Magalhães. O presente é resumo fiel da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí-CODIPI, “em liquidação”, NIRE 22 3 0000081 1, realizada em 18.03.2014 e Registrada na Junta Comercial do Estado do Piauí em 14.04.2014 sob o nº306232. Protocolo 14/016863 de 14.04.2014.

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES DO PIAUÍ-ETELPI, “EM LIQUIDAÇÃO”, REALIZADA EM 18/03/2014.

Às 10:00 (dez) horas do dia 18 (dezoito) de Março de 2014 (dois mil e quatorze), na sede da Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí - EMGERPI, à praça Marechal Deodoro nº 774, centro, neste município de Teresina, Estado do Piauí, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os acionistas da Empresa de Telecomunicações do Piauí - ETELPI, “em liquidação” conforme Art. 2º inciso III do Decreto nº 13.326 de 20.10.2008, inscrita no CNPJ nº12.170.221/0001-97, NIRE 22 3 0000193 1, atendendo a convocação que lhes fizera o liquidante/interventor nomeado através do Decreto nº14.395 e 03/02/2011, Sr. Gilberto Antonio Neves Pereira da Silva, conforme Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí, edição do dia 26 de Fevereiro do corrente ano, no jornal Meio Norte, edições dos dias, 27, 28 de Fevereiro e 01 de Março do corrente ano e no jornal O Dia, edições dos dias, 27, 28 de Fevereiro e 01 de Março do corrente ano, bem como a publicação do Aviso de disponibilidade do Relatório de Gestão do Triênio e Parecer Fiscal publicado no Diário Oficial do Estado edição dos dia 17 de março do corrente ano, no jornal Meio Norte, edições dos dias, 15,17 e 18 de Março do corrente ano e no jornal O Dia, edições dos dias, 15, 17 e 18 de Março do corrente ano. Presente o acionista majoritário, o Estado do Piauí, representado pelo Sr. João Batista de Freitas Júnior, Procurador do Estado do Piauí, OAB-PI nº 2167, Matrícula Nº 087992-4, além dos membros do Conselho Fiscal, razão porque dispunha-se de quorum para instalação e funcionamento regular da Assembleia. Diante disto, o Senhor liquidante que presidiu a AGO/AGE, convidou a mim Maria do Socorro Costa de Sousa para secretariar os trabalhos, em seguida determinou que fosse instalada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, determinando à secretária que lesse a convocação, **publicada nos seguintes termos:** O liquidante/interventor da Empresa de Telecomunicações do Piauí - ETELPI, “em liquidação”, CNPJ nº 12.170.221/0001-97, Gilberto Antônio Neves Pereira da Silva, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 13.395 de 03/02/2011, convoca os senhores acionistas para **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a fim de deliberar sobre: **ORDINÁRIA**-1) Apresentação do Relatório de Gestão do Triênio 2011/2012/2013; 2) Parecer do Conselho Fiscal: **EXTRAORDINÁRIA**-1) Encerramento das atividades de liquidação/extinção da referida empresa; 2) Outros assuntos que estejam relacionados à competência do liquidante/interventor. A **ORDINÁRIA** será

realizada às 10:00 (dez) horas e **EXTRAORDINÁRIA** às 10:30 (dez e trinta) horas de terça-feira, dia 18 do mês de março do ano de 2014, tendo por local a Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí – EMGERPI, Praça Marechal Deodoro nº 774 - Centro – Teresina (PI). Na sequência da ordem, iniciada a apreciação do conteúdo da **Assembleia Geral Ordinária**, foi apresentado e deliberado sobre o Relatório de Gestão do Triênio 2011, 2012 e 2013. Seguindo a ordem do dia, foi apresentado e deliberado sobre o Parecer Fiscal que avaliou o Relatório de Gestão, opinando pela aprovação do mesmo. Encerradas as deliberações, o Presidente iniciou a votação das matérias, tendo sido aprovado o Relatório de Gestão do Triênio 2011, 2012 e 2013 e, na sequência, aprovado o Parecer do Conselho Fiscal. Seguindo a ordem da publicação, iniciada a **Assembleia Geral Extraordinária**, foi deliberada a providência de encerramento das atividades de liquidação / extinção da Empresa de Telecomunicações do Piauí – ETELPI, “em liquidação”. Como segundo ponto de pauta da AGE, em outros assuntos, o Presidente da AGO/AGE e liquidante Sr. Gilberto Antonio Neves Pereira da Silva conforme com o Decreto nº 14.395, de 03/02/2011, adverte que até a conclusão dos trabalhos de encerramento de liquidação/extinção da referida empresa, é importante a recondução dos atuais Conselheiros Fiscais e Suplentes, bem como da Secretária. Encerradas as deliberações, já em processo de votação, foi aprovada a providência de encaminhamento do pedido de extinção da Empresa de Telecomunicações do Piauí – ETELPI, “em liquidação”, que deverá ser encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado à Assembleia Legislativa do Piauí e, na sequência, aprovada a recondução dos atuais Conselheiros Fiscais, Suplentes e Secretária, bem como mantidas as respectivas remunerações sem alterações dos seguintes membros do Conselho Fiscal efetivo, Conselheiras: Odimirtes Araujo Costa Reis Neves, CIC do MF nº 217.769.703-49, Thalita Torres Viana Cavalcante, CIC do MF nº 051.613.924-01, Luynne Vaz Ibiapina Sabóia, CIC do MF nº 007.847.273-33, Secretária: Maria do Socorro Costa de Sousa, CIC do MF nº 428.583.643-20, Suplentes: Antônio de Pádua Correia Miranda, CIC do MF nº 077.368.353-49. Anderson Regis Viana da Cunha, CIC do MF nº 649.318.383-91. Elma Lucia de Araujo Magalhães, CIC do MF nº 891.049.433-68. Encerradas as pautas, o Presidente não havendo mais nada a tratar, declarou suspensos os trabalhos pelo período necessário à lavratura da presente Ata. Isto concluído reiniciou-se a leitura da presente que, por todos foi aprovada e assinada pelos seguintes membros: Presidente da AGO/AGE, Sr. Gilberto Antônio Neves Pereira da Silva, representando o Governo do Estado do Piauí acionista majoritário o Sr. João Batista de Freitas Júnior, Procurador do Estado do Piauí / OAB-PI 2167, Matrícula Nº 087992-4, Conselheiras: Odimirtes Araújo Costa Reis Neves, Thalita Torres Viana Cavalcante, Luynne Vaz Ibiapina Sabóia, Secretária: Maria do Socorro Costa de Sousa, Suplentes: Antônio de Pádua Correia Miranda, Anderson Regis Viana da Cunha, Elma Lucia de Araujo Magalhães. O presente é resumo fiel da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Empresa de Telecomunicações do Piauí - ETELPI “em liquidação”, NIRE 22 3 0000193 1, realizada em 18.03.2014 e Registrada na Junta Comercial do Estado do Piauí em 14.04.2014 sob o nº306233. Protocolo 14/016862-1 de 14.04.2014.



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO PIAUÍ - CIDAPI, “EM LIQUIDAÇÃO”, REALIZADA EM 18/03/2014.

Às 10:00 (dez) horas do dia 18 (dezoito) de Março de 2014 (dois mil e quatorze), na sede da Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí - EMGERPI, à praça Marechal Deodoro nº 774, centro, neste município de Teresina, Estado do Piauí, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Piauí - CIDAPI, “em liquidação” conforme Art. 2º, inciso VII do Decreto nº 13.326 de 20.10.2008, inscrita no CNPJ nº 06.851.711/0001-56, NIRE 22 3 0000076 4, atendendo a convocação que lhes fizera o liquidante/interventor nomeado através do Decreto nº 14.395 de 03/02/2011, Sr. Gilberto Antonio Neves Pereira da Silva, conforme Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí, edição do dia 26 de Fevereiro do corrente ano, no jornal Meio Norte, edições dos dias, 27, 28 de Fevereiro e 01 de Março do corrente ano e no jornal O Dia, edições dos dias, 27, 28 de Fevereiro e 01 de Março do corrente ano, bem como a publicação do Aviso de disponibilidade do Relatório de Gestão do Triênio e Parecer Fiscal publicado no Diário Oficial do Estado edição dos dias 17 de março do corrente ano, no jornal Meio Norte, edições dos dias, 15, 17 e 18 de Março do corrente ano e no jornal O Dia, edições dos dias, 15, 17 e 18 de Março do corrente ano. Presente o acionista majoritário, o Estado do Piauí, representado pelo Sr. João Batista de Freitas Júnior, Procurador do Estado do Piauí, OAB-PI nº 2167, Matrícula Nº 087992-4, além dos membros do Conselho Fiscal, razão porque dispunha-se de quorum para instalação e funcionamento regular da Assembleia. Diante disto, o Senhor liquidante que presidiu a AGO/AGE, convidou a mim Maria do Socorro Costa de Sousa para secretariar os trabalhos, em seguida determinou que fosse instalada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, determinando à secretária que lesse a convocação, **publicada nos seguintes termos:** O liquidante/interventor da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Piauí – CIDAPI, “em liquidação”, CNPJ: 06.851.711/0001-56, Gilberto Antônio Neves Pereira da Silva, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 13.395 de 03/02/2011, convoca os senhores acionistas para **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a fim de deliberar sobre: **ORDINÁRIA**-1) Apresentação do Relatório de Gestão do Triênio 2011/2012/2013; 2) Parecer do Conselho Fiscal; 3) Reconstituição dos membros atuais efetivos e suplentes do Conselho fiscal, bem como a secretária; 4) fixação das respectivas remunerações; **EXTRAORDINÁRIA**-1) Andamento das atividades de liquidação/extinção da referida companhia; 2) Outros assuntos que estejam relacionados à competência do liquidante/interventor. A **ORDINÁRIA** será realizada às 10:00 (Dez) horas e **EXTRAORDINÁRIA** às 10:30 (dez e trinta) horas de Terça-Feira, dia 18 do mês de março do ano de 2014, tendo por local a Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí – EMGERPI, Praça Marechal Deodoro nº 774 - Centro – Teresina (PI). Na sequência da ordem, iniciada a apreciação do conteúdo da **Assembleia Geral Ordinária**, foi apresentado e deliberado sobre o Relatório de Gestão do Triênio 2011, 2012 e 2013. Seguindo a ordem do dia, foi apresentado e deliberado sobre o Parecer Fiscal que avaliou o Relatório de Gestão, opinando pela aprovação do mesmo. Como terceiro ponto de pauta o Presidente da AGO/AGE e liquidante Sr. Gilberto Antonio Neves Pereira da Silva conforme o Decreto nº 14.395, de 03/02/2011, adverte que para

dar continuidade aos trabalhos de liquidação/extinção da referida empresa, é importante a recondução dos atuais Conselheiros Fiscais e Suplentes, bem como da Secretária, E finalmente como ultimo assunto à necessidade de atualização das respectivas remunerações. Encerradas as deliberações, o Presidente iniciou a votação das matérias, tendo sido aprovado o Relatório de Gestão do Triênio 2011, 2012 e 2013 e, na sequência, aprovado o Parecer do Conselho Fiscal, dando continuidade à ordem do dia foi deliberada a aprovação da recondução do atual Conselho Fiscal efetivo, secretária e suplentes, bem como mantidas as respectivas remunerações sem alterações dos seguintes membros do Conselho Fiscal efetivo; Conselheiras: Odimirtes Araujo Costa Reis Neves CIC do MF nº 217.769.703-49, Thalita Torres Viana Cavalcante, CIC do MF nº 051.613.924-01, Luyne Vaz Ibiapina Sabóia, CIC do MF nº 007.847.273-33, Secretária: Maria do Socorro Costa de Sousa CIC do MF nº 428.583.643-20, Suplentes: Antônio de Pádua Correia Miranda, brasileiro, CIC do MF nº 077.368.353-49. Anderson Regis Viana da Cunha, CIC do MF nº 649.318.383-91. Elma Lucia de Araujo Magalhães CIC do MF nº 891.049.433-68. Seguindo a ordem da publicação, iniciada a **Assembleia Geral Extraordinária**, acerca das atividades de liquidação e Extinção, todas as providências já deliberadas nas AGEs anteriores estão em andamento. Em Outros assuntos, especificamente com relação aos imóveis da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Piauí - CIDAPI, “em liquidação”, encontra-se pendente a realização de visita *in loco* por parte da equipe de liquidação aos municípios de Corrente, Simplício Mendes e São João do Piauí. Expostos os assuntos, o presidente da AGO/AGE submeteu as matérias em votação, tendo sido deliberado que serão realizadas viagens aos municípios citados o mais breve possível, haja vista a necessidade de levantamento do ativo da Empresa para fins de liquidação e extinção da mesma. Em outro ponto o Presidente da AGO/AGE, reafirma a necessidade de dar maior celeridade nos procedimentos de contratação de Empresa Especializada em Avaliação de Imóveis e informa que realizou a contratação de contador e advogado, através da EMGERPI, para o levantamento do ativo e passivo da empresa para fins de liquidação e extinção da referida companhia, tendo sido deliberado que sejam tomadas providências o mais rápido possível acerca da contratação da Empresa Especializada em Avaliação de Imóveis, inclusive sendo levantada a possibilidade de contatar o CRECI/PI | Conselho Regional de Corretores de Imóveis para solicitar auxílio na elaboração de Termo de Referência para realizar o procedimento licitatório. Encerradas as pautas, o Presidente não havendo mais nada a tratar, declarou suspensos os trabalhos pelo período necessário à lavratura da presente Ata. Isto concluído reiniciou-se a leitura da presente que, por todos foi aprovada e assinada pelos seguintes membros: Presidente da AGO/AGE, Sr. Gilberto Antônio Neves Pereira da Silva, representando o Governo do Estado do Piauí acionista majoritário o Sr. João Batista de Freitas Júnior, Procurador do Estado do Piauí / OAB-PI 2167, Matrícula Nº 087992-4, Conselheiras: Odimirtes Araújo Costa Reis Neves, Thalita Torres Viana Cavalcante, Luyne Vaz Ibiapina Sabóia, Secretária: Maria do Socorro Costa de Sousa, Suplentes: Antônio de Pádua Correia Miranda, Anderson Regis Viana da Cunha, Elma Lucia de Araujo Magalhães. O presente é resumo fiel da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Piauí-CIDAPI, “em liquidação”, NIRE 22 3 0000076 4, realizada em 18.03.2014 e Registrada na Junta Comercial do Estado do Piauí em 14.04.2014 sob o nº306234. Protocolo 14/016861-3 de 14.04.2014.